



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 006 - QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB/PP) - 21</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB) - 20</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Maria do Carmo Alves</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Relato da participação de S. Exa. em reunião com outros parlamentares da Amazônia Legal e com o Ministro Mangabeira Unger. Necessidade de se discutir a questão das hidrovias na Amazônia. Manifestação favorável à escolha de Manaus como sede de jogos da Copa do Mundo de 2014. 01502

SENADOR *GERSON CAMATA* – Cumprimentos ao Presidente Lula pela maneira como se relaciona com os prefeitos. Crítica a ações de alguns ministros do governo Lula. Necessidade de cobrança de contrapartidas ao governo do Paraguai pelo aumento do preço que o Brasil pagará pela energia elétrica de Itaipu. 01505

SENADOR *GILVAM BORGES* – Registro de audiência, ontem, do Presidente do BNDES com o Governador Waldez Góez, quando se tratou das questões emergentes do Estado do Amapá. 01507

SENADOR *MÃO SANTA* – Considerações sobre o encontro dos novos prefeitos com o Presidente Lula. 01508

SENADORA *SERYS SLHESARENKO* – Argumentação no sentido de que Cuiabá seja uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. 01510

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Leitura de matérias publicadas pela imprensa, a respeito do asilo concedido ao italiano Cesare Battisti. 01512

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Comentários à decisão do TSE que cassou o registro da candidatura da Prefeita Maria do Carmo, de Santarém, no Pará, reeleita em outubro de 2008. 01519

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES*, como Líder – Reflexão sobre a crise diplomática entre o Brasil e a Itália, causada por decisão do governo Lula em conceder asilo ao italiano Cesare Battisti. 01521

1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 13/2009, de 13 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimen-

to nº 1.140, de 2008, do Senador Marco Antônio Costa. 01524

Nº 15/2009, de 16 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.066, de 2008, da Senadora Marina Silva. 01524

Nº 16/2009, de 16 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.247, de 2008, do Senador Renato Casagrande. 01524

1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 1/2009, de 9 de janeiro último, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.064, de 2008, da Senadora Marina Silva. 01524

Nº 8/2009, de 9 de janeiro último, do Ministro de Estado da Previdência Social encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.067, de 2008, do Senador Alvaro Dias. 01524

Nº 6/2009, de 8 de janeiro último, do Ministro de Estado da Previdência Social comunicando que o assunto abordado no Requerimento nº 1.226, de 2008, do Senador Sérgio Zambiasi, é de competência do Ministério da Fazenda. 01524

Nº 9/2009, de 9 de janeiro último, do Ministro de Estado da Previdência Social encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.145, de 2008, do Senador Heráclito Fortes. 01524

1.2.4 – Aviso

Nº 2, de 2009-CN (nº 7/BCB-Presi, de 30 de janeiro de 2009, na origem), do Presidente substituto do Banco Central do Brasil, encaminhando Relatório trimestral sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas por aquela Instituição, referentes ao 4º trimestre de 2008, conforme determina o art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008. 01524

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 4, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para modificar o prazo de indicação de candidatas e a periodicidade de entrega do Diploma. 01525

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a criação do “Dia Nacional da Mulher Negra” e dá outras providências. 01526

Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta artigo à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para assegurar direitos dos passageiros de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional. 01527

Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar o valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre mulheres e homens. 01528

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso. 01529

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera o § 4º do art. 275 do Código Eleitoral, para determinar que os embargos de declaração interrompam o prazo para a interposição de outros recursos, e para permitir a imposição de multa na hipótese de recurso protelatório. 01529

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que altera o art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispensar o reexame necessário nos casos que especifica. 01531

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 75, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999. 01539

Nº 76, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista e poeta Marcondes Sampaio. 01539

Nº 77, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a comemorar os vinte e cinco anos do movimento das “Diretas Já”. 01539

Nº 78, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Salame da Silva. 01540

Nº 79, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Max Martins da Rocha. 01540

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Matérias não apreciadas

Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão, em virtude da falta de **quorum**... 01541

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Comemoração pela transferência definitiva da titularidade de terras da União para o Estado de Roraima. 01551

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do encontro de novos prefeitos com o Presidente Lula. Importância da renegociação da dívida dos municípios com o INSS, assinada pelo presidente Lula. 01552

SENADOR ALVARO DIAS – Apelo em favor dos acionistas proprietários de ações preferenciais da Aracruz Celulose S.A. 01553

1.4.2 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 5 de março do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras do Diploma da Mulher Cidadã Bertha Lutz. 01557

Lembrança de que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar o centenário da Cruz Vermelha Brasileira, de acordo com os Requerimentos nºs 1.653, de 2008; e 9, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita e outros Senhores Senadores. 01557

1.4.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro de audiência com o Ministro Mangabeira Unger para tratar da questão da Floresta Nacional do Jamanxim. Defesa da Medida Provisória nº 458, que trata da regularização fundiária de terras da União na Amazônia Legal. 01558

SENADOR CÉSAR BORGES – Preocupação com a crise financeira mundial e seus efeitos sobre o Brasil. Defesa da redução do **spread** bancário. . 01562

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Defesa da PEC dos Vereadores. 01565

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Necessidade de medidas para garantir a segurança nas escolas. Defesa da aprovação de Projeto de Lei do Senado, que cria uma Agência Federal de Segurança Escolar no Brasil. 01573

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Saudação aos Prefeitos que vieram a Brasília para encontro com o Presidente Lula. Defesa da descentralização dos recursos orçamentários em favor dos estados e municípios. 01576

SENADOR JAYME CAMPOS – Apresentação de proposta para a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Interior, como iniciativa de apoio ao crescimento dos pequenos municípios brasileiros. 01579

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR – Críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). 01582

1.4.4 – Comunicações

Da Liderança do PSB no Senado Federal, indicando o Senador Renato Casagrande para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz. (Ofício nº 14/2009, de 10 do corrente) 01583

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando a Senadora Patrícia Saboya para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz. (Ofício nº 12/2009, de 11 do corrente) 01584

Da Liderança do PSOL no Senado Federal, indicando o Senador José Nery para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz. (Ofício nº 79/2009, de 10 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Osmar Dias e Jefferson Praia, como titular e suplente, para comporem a Comissão de Assuntos Econômicos. (Ofício nº 2/2009, de 10 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Patrícia Saboya e João Durval, como titulares, para comporem a Comissão de Assuntos Sociais. (Ofício nº 3/2009, de 11 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Osmar Dias e Jefferson Praia, como titular e suplente, para comporem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 4/2009, de 11 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Cristovam Buarque e Jefferson Praia, como titular e suplente, para comporem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Ofício nº 5/2009, de 11 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Jefferson Praia e Cristovam Buarque, como titular e suplente, para comporem a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Ofício nº 6/2009, de 11 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Cristovam Buarque e Jefferson Praia, como titular e suplente, para comporem a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (Ofício nº 7/2009, de 11 do corrente) 01584

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Cristovam Buarque e Patrícia Saboya, como titulares, para comporem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Ofício nº 8/2009, de 11 do corrente) 01585

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando o Senador João Durval, como titular, para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. (Ofício nº 9/2009, de 11 do corrente) 01585

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando os Senadores Cristovam Buarque e Jefferson Praia, como titular e suplente, para comporem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. (Ofício nº 10/2009, de 11 do corrente) ... 01585

Da Liderança do PDT no Senado Federal, indicando o Senador Cristovam Buarque, como titular, para compor a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Ofício nº 11/2009, de 11 do corrente) 01585

1.4.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR JOSÉ NERY, como Líder – Manifestação de pesar pelo falecimento do poeta Max Martins. Leitura de carta aberta do Comitê Dorothy ao Desembargador Rômulo Ferreira Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. .. 01585

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Saudação aos prefeitos, que vieram esta semana a Brasília para encontro com o Presidente Lula. Cobrança de mais recursos para as prefeituras. Defesa do orçamento impositivo. 01588

SENADOR JOÃO PEDRO – Manifestação sobre o Encontro dos Prefeitos eleitos com o presidente Lula. Defesa da escolha do Amazonas como uma das sedes na Copa do Mundo de Futebol de 2014. 01592

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Abordagem sobre a importância do municipalismo. 01594

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Defesa de debate sobre o asilo concedido ao italiano Cesare Battisti. Preocupação com o fechamento da unidade industrial da empresa Citrosuco, na cidade de Bebedouro-SP. 01596

1.4.6 – Comunicação

Do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, comunicando a indicação do Senador Marcelo Crivella para assumir a função de Ouvidor-Geral, no biênio 2009/2010. (Ofício s/nº, de 9 do corrente) 01597

1.4.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMEU TUMA – Os desafios a serem vencidos pelo Senado Federal, no início de mais um ano legislativo. 01598

1.4.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 12, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01599

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS ADMINISTRATIVOS

2.1 – Atos do Diretor-Geral

Nºs 344 e 345, de 2009. 01609

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHOS E ORGÃOS**Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz**CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 5ª Sessão Deliberativa Ordinária, Em 11 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo,
da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Mão Santa*

(inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 56 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/2/2009 07:42:15 até 11/2/2009 20:57:23

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLÁ	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicitaria a V. Ex^a, se possível, a minha inscrição para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Arthur Virgílio, sem prejuízo dos demais Senadores inscritos para o Expediente de hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra muito grande em abrir esta sessão presidida por V. Ex^a, precisamente me reportando à reunião dos Prefeitos de todo o Brasil com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais ainda: acabo de participar de uma reunião com Parlamentares da região Norte – da Amazônia Legal, melhor dizendo – e com o Ministro Mangabeira Unger, que apresentou projetos densos e que merecem estudo até por ser o Ministro Mangabeira Unger um intelectual, uma figura de peso, que erra ao formular, acerta ao formular, mas formula, o que é raro. Geralmente, todos leem o que os formuladores escrevem. Ele formula sujeito a chuvas e trovoadas, a críticas e elogios. Eu elogio o fato de ele estar se dedicando com afinco ao estudo da realidade amazônica, Senador Camata. O Ministro Mangabeira Unger está estudando com afinco e senso de realidade.

Tivemos há pouco tempo um trauma muito grande, que foi esse acidente aéreo no Município de Manacapuru. As causas estão sendo avaliadas. Eu já disse desta tribuna e repito que confio na idoneidade da empresa. É uma empresa pela qual eu voou quando faço as minhas viliagiaturas pelo interior do Estado. Vou continuar voando por ela. Não tenho nenhuma razão para desconfiar da perícia dos seus pilotos, da decência dos seus dirigentes. Mas, obviamente, as investigações têm de ir até o final, porque 24 vidas foram ceifadas,

quatro sobreviventes, a agonia de um ribeirinho que tentou abrir a porta de emergência e não conseguia e teve que se afastar, senão seria tragado pelo efeito do vácuo, e teve que deixar então os seres humanos que estavam ali morrerem, ele vindo de longe, salvando sua própria vida, enfim.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que nós temos de discutir para valer essa questão dos portos na minha região. As hidrovias são os rios da Amazônia. Poucos Municípios do Estado têm a ver com estrada. A maioria depende da navegação aérea, que é cara e não acessível a todos os amazonenses do interior do Estado, e a maioria absoluta depende da navegação hidroviária.

Não são poucos, não são raros os acidentes que, em toda a região amazônica, acontecem a cada ano. E nós vamos nos embrutecendo, Senador Jefferson Praia, vamos nos embrutecendo como se fosse comum, como se a nossa vida valesse menos, como se a vida de um cidadão da região Norte valesse menos. Então, morreram trinta, pronto.

Não morreram vinte e quatro na guerra do Iraque no dia em que caiu o avião em Manacapuru; não morreram vinte e quatro no Afeganistão; não morreram vinte e quatro pessoas em nenhum lugar, Senador Camata, que esteja sob conflito. Então, é uma guerra civil não declarada essa falta de segurança no voo, essa falta de investimento em infraestrutura aeroportuária.

E eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar a presença, no plenário, neste momento, de inúmeros Prefeitos do meu Estado. Inúmeros. Muitos deles, por coincidência, dirigentes de Municípios que são ligados por estradas a algum lugar. Eles estão aqui acompanhados do Deputado Marcelo Serafim, que é um parlamentar muito atento à realidade do seu Estado, que vai cumprindo um mandato promissor, muito brilhante. Hoje reuni-me, no gabinete da Deputada Rebecca Garcia, com diversos outros Prefeitos, que estavam também discutindo, se preparando para a reunião com o Ministro Mangabeira Unger, e discutindo em profundidade as questões que os afligem. Mas eu quero saudar os Prefeitos todos na figura do ex-Prefeito de Autazes e Presidente da Associação Amazonense de Municípios, José Thomé Filho.

Não citarei todos, mas citarei o Prefeito Marcos, do Município de Apuí, que é ligado por estrada a Lábrea porque é ligado por estrada a Humaitá; o Prefeito Jair, do Município de Manaquiri, que é ligado por estrada a Manaus e a vários Municípios da região do Médio Amazonas; o Prefeito Fernando, de Presidente Figueiredo, que é um dos poucos Municípios realmente autossuficientes do ponto de vista da sua renda, das suas possibilidades econômicas, é ligado por estrada a Manaus e por essa via tem acesso aos serviços que

Manaus propicia porque está a 95 km de Manaus; o Prefeito Gean é ligado por estrada também a Lábrea, a Humaitá, a Porto Velho e, portanto, ao Brasil.

O grosso dos Municípios...e aqui está o Prefeito de Borba, cujo apelido é muito carinhoso, é uma figura pela qual tenho amizade de família, mas é assim que o povo o elege todas as vezes, o Careca Holanda, o Prefeito Holanda. Ele nem é tão careca assim. Se a gente olha, não é tão careca. Ao contrário, é bastante dotado de cabeleira. Enfim, bom gestor, atento administrador, mas o Prefeito faz parte de um Município que depende exclusivamente de hidrovias, assim como Beto Mafra, liderança do Município de Maués, depende exclusivamente de hidrovias ou de aeroportos para locomoção. Isso é algo muito grave e temos que cuidar disso para valer.

Eu não gostaria de esperar o próximo evento, não gostaria de esperar a próxima desgraça, eu não gostaria de esperar o próximo desastre e, depois, as condolências de praxe. Vem-se à tribuna, faz-se nota de pesar. Nós, enfim, estamos todos contristados. Mas a realidade não muda, a realidade é a mesma. E eu insisto que temos que valorizar a vida do homem amazônico, porque não há por que sua vida ser encurtada pelo fortuito e pelo descaso, que é um descaso de décadas, de sucessivos governos, em relação às medidas infraestruturais que têm de ser tomadas para proteger a economia, mas, sobretudo, para proteger a vida do homem da região.

Eu gostaria de saudar os meus conterrâneos com muito afeto e com muito carinho.

Quero dizer, ainda, Sr. Presidente, que estamos acompanhando essa luta pela escolha das sedes ou das subsedes da Copa do Mundo, as cidades que sediarão ou subsediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014. Parece que está longe, mas não está. Parece que é um mero jogo político, mas não é. Afinal de contas, as cidades escolhidas receberão, obrigatoriamente, recursos federais e terão que usar recursos próprios também, para investir, para preparar as cidades para receber tantos turistas que virão atrás desse maior espetáculo da Terra mesmo, que é uma Copa Mundial de Futebol.

Manaus, vejo que está muito bem cotada. O Governo do Estado, do qual sou adversário, apresentou um projeto bastante consistente. Tem a favor do projeto o fato de Manaus ser o centro da Amazônia. Está na Amazônia Ocidental, é o Estado menos devastado ecologicamente, graças aos efeitos benéficos do Parque Industrial de Manaus, que vive a partir de muita tecnologia que lá se desenvolve e a partir dos incentivos concedidos desde o Marechal Castello Branco à chamada Zona Franca de Manaus.

Mas Manaus vejo que é logicamente uma das cidades a ser escolhida. É uma disputa. Não sei o que está na cabeça do Sr. Blatter, não sei o que está na cabeça do Presidente Ricardo Teixeira, não sei o que está na cabeça...

O Presidente Lula fez um apelo por Belém. Considero justo, pois, lá, o Pará é governado por uma aliada dele, enfim. Mas não quero excluir o Pará do Senador Flexa Ribeiro de jeito algum. Eu gostaria muito de ver o Amazonas e o Pará sediando a Copa do Mundo. Se tiver que ser um só, óbvio que, como Parlamentar do Amazonas, óbvio que, pelas razões objetivas que aponto de o coração da floresta Amazônica estar na minha região, o maior Estado da região, é o Estado com menos desmatamento, é o Estado que mais pode dar exemplo de cuidado com a ecologia, é o Estado que menos emite CO² a prejudicar a vida da humanidade e a prejudicar o clima da humanidade, vejo Manaus muito bem posta nessa corrida.

Precisa melhorar o aeroporto? Precisa, e até 2014 dá tempo, e já há planos da Infraero para fazer a recuperação, a renovação do aeroporto. Manaus precisa de investir mais em segurança, como outras cidades também? Estamos procurando fazer isso e vamos fazer o possível. O fato é que, daqui para frente, insistirei muito, insistirei sempre, insistirei diariamente em que as autoridades brasileiras se convençam de que devem pedir por Manaus; as autoridades da Fifa percebam que devem escolher Manaus; e a CBF, que ela compre, com sensibilidade, com força, a idéia de que as outras onze cidades haverão de ser muito bem escolhidas, mas que uma delas, sem dúvida, seja Manaus.

Não discuto Rio de Janeiro, não discuto outro grande centro de futebol, que é São Paulo, não discuto Rio Grande do Sul, não discuto as localidades onde se joga o futebol mais sofisticado. Eu não discuto. Mas eu gostaria de trazer estes ingredientes: se queremos mostrar a floresta no que ela tem de mais virgem para o mundo, é Manaus; se queremos mostrar as possibilidades de, quando se fala tanto em desmatamento na região, se ter um Estado com 98% de sua floresta intactos, é Manaus; quando se fala numa cidade que tem muito a oferecer de folclore, de beleza, de música, de artistas plásticos, a beleza do Teatro Amazonas, que é uma atração mundial, inclusive com o festival de ópera anual que vem desde o Governo do atual Prefeito Amazonino Mendes e se estende pelo seu sucessor, que é uma fonte de atração de turistas para o Amazonas. É uma cidade grande. Se se fala em hotéis, Manaus, hoje, já está bem posicionada e planeja ampliar a oferta de apartamentos, de quartos para hospedar os visitantes. Mas, hoje, eu diria que

já é a cidade melhor posicionada no Norte do País, na região amazônica, do ponto de vista de oferta de quartos de hotéis.

Temos, então, muito o que fazer. Até lá, Deputado Marcelo Serafim, estarão prontos os dois últimos viadutos iniciados na gestão do seu pai e que significam uma intervenção significativa para melhorar o trânsito, que é de fato caótico, como é caótico o trânsito em qualquer cidade do porte de Manaus. É uma cidade de economia dinâmica, Senador Camata, e são 50 mil carros, se não me engano, por mês, que são emplacados e começam a circular em Manaus. Até lá, essas intervenções viárias estarão concluídas.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, com muita honra, Senador Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Esse hino com que V. Ex^a canta e louva Manaus, com todos os méritos, a ele eu queria acrescentar que ela é a Califórnia brasileira, o Vale do Silício, pela alta tecnologia de sua indústria, que muito orgulha o Brasil. Fornece para o mercado interno e está exportando para o mundo inteiro produtos eletro-eletrônicos que saem da Zona Franca de Manaus, da Califórnia do Brasil, do Vale do Silício do Brasil, embora situada lá em cima, mas cientificamente, tem muita semelhança com aquilo que se realiza naquele prodigioso Estado norte-americano.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu gosto muito da comparação que faz o prezado amigo Senador Gerson Camata. Agradeço muito sua compreensão que gostaria muito que fosse a compreensão de todos os brasileiros. Ela já é, cada vez mais, graças à luta de todos nós, uma compreensão do Senado, mas que seja uma compreensão do Brasil inteiro. Havia muito preconceito. Na Zona Franca de Manaus – e em determinado momento era mesmo – havia muita corrupção por lá. Isso acabou! Acabou de muitos anos para cá, de mais de uma década para cá. E nós estamos fazendo lá investimento em tecnologia – V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a não sabe como eu sou grato por esse aparte que V. Ex^a dá. E mais: vamos exibir – e aí eu pego a sua deixa para dizer – mais do que a floresta, vamos exibir alta tecnologia para nossos visitantes.

Então, eu não consigo imaginar uma Copa do Mundo na Amazônia sem o Amazonas. E, obviamente, não consigo imaginar que a gente faça uma Copa do Mundo no Brasil ignorando a região amazônica.

Volto a dizer – e peço a V. Ex^a um minuto para concluir, Senador Marconi Perillo, que, no meu Estado, há quem cultive uma tola rivalidade entre Amazonas e Pará. Eu amo o Estado do Pará. Porque, primeiro, há 500 mil paraenses que moram em meu Estado e,

com eles, eu convivo. O Presidente do meu Partido é paraense, o advogado Mário Barros. Eu conheço o Pará como não sei se tantos paraenses o conhecem. Conheço o litoral, conheço as praias de água doce, conheço Salinas, conheço Mosqueiros, portanto; eu conheço Belém como a palma de minha mão, com amigos, com eventos. É difícil eu perder um Círio de Nazaré – a festa religiosa mais forte e mais expressiva do País. Eu gosto do Círio pelo antes, pela translação; durante, pela festa em si; e pelo depois da festa, que é ir para a casa de alguém – e costume ir para casa do Senador Flexa Ribeiro, porque aquele é o Natal do paraense.

E mais: eu conheço aquilo que poucos candidatos a Presidente da República conhecem. Eu conheço a Ilha de Marajó. Não é todo mundo que conhece a Ilha de Marajó. Eu digo que é pouco brasileiro aquele que pretenda se candidatar a Presidente da República e que não vá a um lugar onde não tem votos. Mas é dever ir à Ilha de Marajó para mergulhar em uma das realidades mais bonitas e mais sublimes que o Brasil pode oferecer, que é a cultura do policiamento em cima de búfalos, da limpeza pública feita por intermédio de búfalos também. Um lugar lindo, maravilhoso! Desenvolveu, Deputado Marcelo Serafim, Senador Camata, Senador Jefferson Praia, uma luta marcial tão bonita, que é a luta marajoara. Existe há 200 anos sem ninguém ter ensinado a eles. É uma greco-romana, um *wrestling*, de melhor nível, praticado por pescadores e vaqueiros há mais de 200 anos. Eu perguntei: teve japonês por aqui? Não teve. Eles mesmos aprenderam. Então, isso aí deveria fazer parte do currículo do primeiro grau e do segundo grau do Pará.

Eu amo o Pará. Apenas, eu digo: que venha a Copa do Mundo contemplando o Pará e o Amazonas. Se tiver de ser um só, a lógica e o coração me mandam pedir que a Copa do Mundo vá para Manaus.

Obrigado pelo aparte do Senador Gerson Camata. E saúdo, mais uma vez, os Prefeitos que, em um número tão expressivo, comparecem a esta sessão, cumprindo com o seu dever de ouvir o Presidente da República, fazer suas cobranças, apresentar seus pleitos e, sem dúvida alguma, contando com a melhor disposição, suprapartidariamente falando, de toda a Bancada do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Convido para fazer sua oração, para usar da palavra, com base no art. 14, para uma comunicação inadiável, o ilustre ex-Governador Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, queria primeiro cumprimentar o Presidente Lula pela maneira como vem tratando os Prefeitos do Brasil. Eu me recordo de que, em Governos anteriores, os Prefeitos vinham, faziam passeata – parecia até a CUT, com bandeiras, pedindo audiência. No final, o Presidente recebia uma comissão. O Presidente Lula não. Sua Excelência se orgulha, organiza, vai lá, faz discurso, leva os Ministros, discute, distribui manual. Acho que é uma maneira melhor de integrar o Brasil.

Ao cumprimentá-lo, entretanto, queria fazer um apelo ao Senhor Presidente da República, porque ele precisa puxar a orelha de determinados Ministros. Por exemplo, não sei qual foi o Ministro, suponho que seja o da Justiça, que mandou agora uma mensagem dizendo que rádio clandestina não é mais crime, todo mundo pode veicular uma rádio clandestina, sendo que o Ministério das Comunicações, a Anatel fechou, nos últimos anos, 16,8 mil rádios clandestinas.

Veja V. Ex^a a quantidade de emissoras que estão prejudicando as legalmente instaladas, interferindo nas frequências dos aviões, provocando uma série de incidentes, interferindo nas administrações municipais, transformando-se em rádios sectárias, algumas na área religiosa, outras na área política. Acho que, para organizar o espaço do éter, de onde se propagam as ondas de radiodifusão, tem que haver uma punição para quem instala uma rádio comunitária. Para 3 mil rádios comunitárias legalizadas há 18 mil clandestinas.

Está errado! Tem de haver organização no País, tem de haver ordem, tem de haver uma legislação que puna aquele que pratica um ato ilegal. E o Governo agora, no lugar de apertar, de fiscalizar, está liberando. Até o Ministro das Comunicações não gostou disso. Não pode ser isso! Não pode ser assim! E estão dizendo agora que vão liberar a TV comunitária. Qualquer um bota uma TV no ar, com o que quiser. Eu acho que não é bom para o Brasil esse comportamento.

Há um outro problema, Sr. Presidente, que o Presidente da República precisava observar um pouquinho. Eu falei aqui há pouco tempo que o Ministério da Saúde distribuiu um manual em que dizem que é o manual da doutrina do dano menor. Esse manual ensinava como se deve fazer para cheirar cocaína e não se prejudicar: você não deve usar nota de dinheiro, mas comprar um canudo próprio; como usar a maconha: se você fumar maconha, beba bastante água para o olho não ficar vermelho. Isso é um manual para ensinar o indivíduo a se drogar, ensinar o indivíduo a se tornar um viciado numa época em que estamos vendo a droga destruindo

do a juventude do Brasil, aumentando a criminalidade. Não se toma providência nenhuma. Pelo contrário, com o dinheiro nosso, do contribuinte, nós, que pagamos tributos e vocês que pagam tributos, o Governo faz um manual ensinando como se deve drogar.

Agora, o mesmo Ministério da Saúde resolveu distribuir gel para os homossexuais. Fazer o que com esse gel? Com o dinheiro do contribuinte! E com tanta criança passando fome, tanta necessidade de melhorar as penitenciárias, distribuir gel para estimular uma prática sexual que não deveria ser estimulada!? Não sei, mas acho que não está correto. Se o Brasil estivesse nadando em dinheiro, todo mundo, se o povo estivesse comendo bem, o povo se alimentando, se não houvesse criança faminta, se não houvesse penitenciária com excesso de presos, se as estradas estivessem maravilhosas, está certo, vamos gastar dinheiro. Mas não! É um supérfluo estranho. Eu nunca vi, em qualquer lugar do mundo, uma coisa dessas. No Brasil, está acontecendo.

Agora, outro dia, ouvi uma declaração do Ministro do Meio Ambiente que estranhei. No Rio de Janeiro, jovens estavam fumando maconha numa praia, com os traficantes vendendo maconha como se fosse Coca-Cola, picolé ou qualquer outra coisa. Aí, a polícia interveio, mas o Ministro foi contra: “Não, não pode. Deixa o pessoal fumar maconha, o pessoal vender maconha”. Que é que é isso? Meu Deus do céu! Uma droga, maconha, cocaína, e o Ministro quer que venda na rua igual a picolé! O tráfico está destruindo o Brasil! Os consumidores de maconha e de cocaína financiam os armamentos que matam os nossos jovens, financiam os armamentos dos bandidos. E um Ministro do Governo é contra a polícia, porque a polícia está coibindo o uso de drogas em local público! Eu nunca imaginei que eu pudesse assistir a uma coisa dessas! Estou estranhando isso.

Vejo também nos jornais que o Brasil está acertando a sua situação no Paraguai: ele vai pagar mais pela energia elétrica de Itaipu, que nós construímos! Nós vamos pagar mais ao Paraguai. O Governo, não; nós! Vai subir a conta de luz para podermos pagar o Paraguai.

Eu vinha defendendo aqui que tem de se pedir, em troca, ao Paraguai que ele iniba os traficantes, que o Governo do Paraguai persiga aqueles indivíduos ou proíba o trânsito de armas pelo território do Paraguai, que estão abastecendo os marginais do Rio e de São Paulo. Vemos, a toda hora, na televisão a polícia prender 30 metralhadoras, 40 revólveres, 12 mil balas; no outro dia, mais 30... Onde eles arranjam tantas armas? No Paraguai. Elas vêm de lá. Por que o Governo do Paraguai não inibe, não prende, não faz uma campa-

nhá contra esse tráfico de armas que passa dentro do seu território e vem matar brasileiros aqui, na mão dos marginais que recebem essas armas? Por que o Governo brasileiro não exige em troca do Governo do Paraguai que eles parem de roubar os automóveis dos brasileiros e levarem àquele País para vender e trocar por droga? Diminuiria 50% o roubo de carros no Brasil. Mas o Governo brasileiro é passivo, o Paraguai faz o que quer, enche o Brasil de maconha, enche o Brasil de cocaína, enche o Brasil de armas e, em troca, o Governo brasileiro vai mandar mais um dinheirinho; o Governo brasileiro não, nós.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu não posso conceder um aparte porque falo pelo art. 14. Seria o maior prazer para mim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Aí a gente fica observando essas coisas.

Depois esse asilo – vou repetir – concedido a esse terrorista, com quatro mortes frias, de gente inocente. Matou, foi julgado na Itália, condenado duas, três, quatro vezes, julgado na França, e o Brasil concede asilo a esse indivíduo que cometeu esses crimes.

Qualquer um dos senhores, se entrasse no Brasil com passaporte falso, tirasse uma carteira de identidade falsa, recebesse dinheiro de fora e não declarasse no Imposto de Renda, teria que responder um processo e acabaria preso. Ele fez isso tudo no Brasil! Que maravilha! Esse maravilhoso... Não pode...

Não é assim que se administra um País, Presidente Lula! Puxe a orelha desse pessoal! Faça esse pessoal ser como V. Ex^a, um homem que ama o Brasil, que quer o bem do seu País. Mas quem faz essas coisas que eu disse aqui não faz bem ao País.

Está na hora de dar um soco na mesa, Senhor Presidente, puxar a orelha desse pessoal, enquadrar essa gente do seu Governo e mostrar que Vossa Excelência é quem manda no Brasil, e da maneira que os brasileiros querem, com o apoio de 84% que Vossa Excelência tem do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero dar duas notícias. Uma é muito ruim, mas, ao mesmo tempo, já com um dado positivo em volta. O Presidente

do Clube de Regatas Flamengo, ex-Deputado Márcio Braga, será submetido, segunda-feira, a uma cirurgia para colocar duas ou três pontes de safena. Está afastado do cargo, portanto, devido a problemas cardíacos. Ele será atendido pelo competente cardiologista Cláudio Domênico. Então, desejo ao nosso amigo Márcio Braga, nosso colega e meu Presidente, rubro negro que sou, que entre em campo logo.

Sr. Presidente, para anteciparmos as coisas e deixarmos tudo bem claro, algo que transmitirei daqui a pouco ao Presidente Sarney é que o PSDB, primeiro, não concorda com nenhuma votação – e conta com a solidariedade do Democratas –, nenhuma votação enquanto não se resolver a questão das comissões. A Casa está sem funcionar e é preciso resolver isso. Não se faz uma omelete sem quebrar ovos. Se tem que quebrar ovos, vamos quebrar os ovos de uma vez.

Segundo, eu não concordo tampouco com a proposta intermediária de votarmos algumas comissões e não votarmos outras. Entendemos que devemos cumprir o ritual da Casa: todas no mesmo dia. E isso já deveria ter acontecido. Já estamos entrando na terceira semana. Dá a impressão de marasmo e de indecisão. Não é, portanto, um bom começo. Um bom começo seria nós decidirmos. Se alguém quer desrespeitar a desproporcionalidade, que venha para a luta, que venha competir. Parece que é o caso do PTB em relação às pretensões do PSDB, que tem o direito à terceira escolha pela lei da proporcionalidade. Que venha competir, não temos o que discutir. Não temos o que discutir. Agora, consideramos indesculpável a Casa entrar na terceira semana sem ter os seus dirigentes de Comissão; é indesculpável estarmos inventando fórmulas do tipo “algumas sim, outras não”.

Para deixar bem claro à Mesa, bem claro ao Presidente Sarney, o PSDB se opõe terminantemente à votação do que quer que seja na Casa, enquanto não resolvermos algo que já deveria estar resolvido há muito tempo. Volto a dizer – e qualquer cozinheiro sabe disto – que não se faz uma omelete sem quebrar ovos. Se tem que haver contrariedade a alguém, que se contrarie logo. Se alguém quer contestar o princípio da proporcionalidade, que se apresente à votação e dispute os votos, arcando obviamente com as consequências de amanhã não ter as suas pretensões respeitadas. Não tem cabimento fingirmos que há normalidade quando perdura uma situação de anormalidade aqui na Casa. O PSDB, portanto, não concorda com votação e obstruirá qualquer tentativa de se votar qualquer coisa nesta Casa, enquanto a Casa não enfrentar a sua verdade.

Para mim, a solução é o Presidente Sarney chamar os Líderes e estabelecer as regras do dissenso ou

do consenso, marcando data, e essa data não deveria passar de terça ou quarta-feira da semana que vem. Não podemos passar este vexame perante a opinião pública, de terça ou quarta-feira da semana que vem não termos ainda os novos dirigentes de Comissão. Isso já vai começar a ridicularizar o Senado.

O PSDB quer apenas que se cumpra a proporcionalidade. Ele tem direito à terceira e à oitava escolhas, e ele fará a terceira e a oitava escolhas. Se for desafiado na terceira, talvez faça a sétima escolha, porque o jogo é assim. Temos que fazer uma nova forma de Cristianismo. Essa história de dar a outra face não é muito o nosso estilo. Nosso estilo é reagir à altura daquele que nos esbofeteou.

Então, Sr. Presidente, o PSDB hoje não concorda com a votação, e já disse o Líder José Agripino que conto com a solidariedade do DEM para obstruirmos esta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência registra a comunicação de V. Ex^a. Hoje, pela manhã, transmiti essa apreensão de V. Ex^a ao Presidente José Sarney, que me disse que vai envia-los esforços possíveis e necessários com vistas à composição imediata das comissões.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem foi um dia muito importante para nós que integramos a Bancada do Estado do Amapá, pois estivemos em audiência com o Presidente do BNDES, juntamente com o Governador Waldez Góes, sua equipe de assessores, entre eles Alberto Góes, e o Prefeito da capital e defendemos um grande projeto para podermos tratar das questões emergentes do Estado do Amapá.

Sem dúvida, Sr. Presidente, estamos nos preparando para alavancarmos o desenvolvimento do Estado. Somos um dos Estados mais jovens, a exemplo de Roraima e Tocantins. Estamos com a nossa emancipação política e econômica desde 1988. Buscamos, com muitas dificuldades, mas o Amapá já encontrou a sua vocação: a vocação do turismo, a vocação da agroindústria, a vocação da indústria, pela posição geoestratégica do Estado do Amapá. Nós estamos ali, na grande foz do rio Amazonas, às portas do grande oceano Atlântico.

Por esse motivo, somos o portal da Amazônia, por onde os navios que levam e trazem riquezas adentram até o grande Estado do Pará, Rondônia, Acre, Roraima. É justamente no Delta. E por esse motivo, o Amapá se estrutura com posições vantajosas. Hoje, contamos,

decisivamente, com um projeto já bem elaborado e discutido pelo Governo do Estado para podermos buscar os R\$800 milhões para a pavimentação, para a construção de pontes, para a pavimentação das AP 010, 340, 070, em que iremos interligar os Municípios de Amapá, Pracuuba, Itaubau, Vitória, Laranjal do Jari. E estamos assim, de forma bem acelerada, buscando as obras estruturantes.

E é nesse momento de crise, Sr^a Presidenta, que nós realmente buscamos as grandes alternativas para podermos permear os caminhos do desenvolvimento. Nós estamos com o Leão do Tucuruí também chegando pelo sul do Estado, por Laranjal do Jari, e isso nos traz a segurança definitiva de que as futuras indústrias que haverão de tomar assento em terras amapaenses terão o que é mais importante, que são justamente energia, estradas, pontes, condições para que se possa produzir e ter condições de receber e de mandar, ou seja, de importar e de exportar.

Sem dúvida, estamos trabalhando de forma correta, bem planejada. Por isso, nossas congratulações ao Governador do Estado, Waldez Góes, sua equipe e a Bancada federal. Tenho a honra de ser o Líder dessa Bancada, que tanto peleja pelos mais altos interesses do Estado do Amapá e do País.

Estamos trabalhando firmemente. Recentemente, estive com a Governadora Ana Júlia para tratarmos da abertura de um grande encontro dos Governadores dos Estados que compõem a Grande Amazônia para trabalharmos em um projeto que consideramos da mais importância estratégica para o desenvolvimento da grande região amazônica, que é justamente a hidrovía Transmarajoara, porque é uma hidrovía.

A exemplo do que ocorreu com o grande canal do Panamá, acreditamos que a hidrovía Marajó diminuirá a distância da chegada dos navios à metrópole da Amazônia, Belém, e, em seguida, Manaus, ao grande Estado do Amazonas, e isso terá um custo gigantesco para a grande região amazônica. Acho que essas obras estruturantes são fundamentais para que possamos, sem dúvida nenhuma, trilhar pelo caminho do desenvolvimento.

Da tribuna do Senado também quero ratificar que já estamos enviando um ofício à Diretoria do Banco da Amazônia para que possamos ter os diretores do Banco da Amazônia tratando com as forças vivas da economia do Estado sobre os projetos de interesse da região. Isso já ocorre dentro de um trabalho que estamos assentando por todos os caminhos que estamos percorrendo.

Eu estive com a direção do Basa e estamos nos organizando para captarmos os recursos necessários para que as forças vivas da economia possam real-

mente fazer o que é uma preocupação do País todo, hoje liderado pelo Presidente Lula, que é a geração de postos de trabalho, de riquezas.

E para encerrar, quero agradecer à Governadora Ana Júlia, que deverá estar indo ao Amapá – estamos próximos do carnaval –, ocasião em que iremos homenagear o Estado do Pará. Deveremos receber a Governadora Ana Júlia, Governadora do Estado do Pará, para que ela possa prestigiar o nosso carnaval no Estado do Amapá.

Sr^a Presidenta, sem mais delongas, quero agradecer também ao grande Presidente Danilo, da Funasa, que, hoje, às 12 horas e 40 minutos, nos recebeu para tratarmos de um assunto das Prefeituras lá do nosso Estado. Acompanhado do Prefeito Zezinho, de Pedra Branca, estivemos lá para trabalhar a liberação de um convênio de R\$810 mil.

Além das grandes idéias, sempre digo aqui que, pela praticidade e objetividade, o meu perfil é o perfil do andarilho, do caminhador que bate de porta em porta, que vai buscar os recursos, que vai aos Ministros... Por esse motivo, usamos a tribuna, atuamos nas comissões, apresentamos projetos, mas confesso que a nossa vocação é a vocação de buscar soluções, de buscar resultados e de subsidiar os nossos gestores, os gestores públicos, como Prefeitos e o próprio Governador do Estado. -

Quero, para concluir, parabenizar o Presidente Lula pelo grande encontro com os mais de cinco mil Prefeitos que estiveram visitando a nossa capital, em que propôs soluções extremamente positivas, alvissareiras: a questão da renegociação das dívidas, que deixam milhares de Prefeituras inadimplentes com o INSS, alongando isso, e outros procedimentos que realmente só merecem o nosso reconhecimento. Isso justifica até que o nosso Presidente esteja com a popularidade em alta pelo espírito público, pela capacidade política e administrativa.

Portanto, Presidente Lula, muito obrigado por ter proporcionado esse grande encontro com os prefeitos de todo o País todo e ter propostas e já autorizado soluções que vão, sem dúvida, melhorar e dar perenidade às prefeituras do País.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Gilvam Borges.

Passo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Mozarildo... Senador Mozarildo...

Essas coincidências... Está ouvindo, Serys? Com todo o respeito, ninguém pode dizer, e eu aprendi com Petrônio Portella, um piauiense que presidiu esta Casa, com muita grandeza... Ele sempre dizia – ô, Mozarildo –, e eu não entendia, Augusto Botelho: “não agredi os fatos, não agredi os fatos”. E eu não entendia. Hoje eu entendo.

O fato é que o Presidente da República, o Presidente, tem uma liderança popular ímpar. O fato é que ele teve 60 milhões de votos, 20 milhões a mais do que o seu concorrente, o extraordinário homem público, ex-Governador de São Paulo, Alckmin. Isso é um fato. Então, não vou agredir. Mas também há estes negócios que eu apreendi, ô, Mozarildo: que a gente não pode querer ser mais inteligente do que todo o mundo, porque nós temos a inteligência mediana.

Ontem, aniversário do Partido dos Trabalhadores – isso é normal, porque o Partido tem que fazer aniversário. Mas que coincidência, olha a festa: prefeitos, milhares e milhares, alguns deles tiveram que se hospedar lá no Goiás, porque não tinha mais... E as correspondências: que eles viessem acompanhados das primeiras-damas. Muito bom! Isso é muito bonito, e, com isso, ele dá um exemplo à Nação. Ele, com a encantadora Marisa Letícia, não é? É uma encantadora senhora. Está certo: os prefeitos e secretários. Era gente, era muita gente. Ontem, você não conseguia um restaurante. Era muita gente, e era o aniversário do Partido dos Trabalhadores!

Mas também é uma verdade que a história se repete. Eu não vou lá na história antiga do Hitler, de Goebbels, porque esse tinha 96% nas pesquisas. O Hitler, Adolf Hitler, de Goebbels, disputou várias eleições. E o lema do seu comunicador, o Duda dele, Goebbels, era: uma mentira repetida, repetida se torna verdade.

Papaléo, mas eu não ia longe, eu ia na nossa ditadura. Presidente Castello Branco, Presidente Costa e Silva – pouco tempo, adoeceu –, Presidente Médici, Presidente Geisel e Presidente João Figueiredo. Eu conheci pessoalmente Castello, conheci pessoalmente Geisel e João Baptista Figueiredo – um pai-d’égua esse João Baptista Figueiredo. Ele não era político, era militar. Eu tomei dois porres com ele: ele ficou bêbado, e eu também, lá no Paiuí. *In vino veritas*. Autêntico. Ele

disse que ia fazer disso uma democracia e fez. Passou. Não foi o que ele queria, que era Tancredo, Deus quis o Sarney. Aí é outra história.

Mas eu não conheci o Médici. Mas o Médici teve essa pesquisa e teve mais que o Luiz Inácio. “Ninguém segura este País”, até o Brasil ganhou a Copa. Foi muito carnaval. “Ame-o ou deixe-o”! O milagre revolucionário da economia, e, hoje, a história não bota assim.

Então, o que eu queria dizer era o seguinte...

Ele foi muito inteligente e antecedeu aquela marcha que os Prefeitos fazem para reivindicar. E Prefeito é bicho bom. Olha, eu tenho uma saudade doida. Eu fui já um bocado de coisa. Eu tenho 66 anos de idade. Mas eu gostei de ser prefeitinho. É bom, é próximo do povo, a gente vê. Roubo a gente sabe, porque é pequenininho ali, sabe quem rouba. Não há aquela história do último que sabe, o chifrudo? Mas o Prefeito sabe logo, porque ele assina todos os cheques. O Governador, quando vê, é um escândalo. O Presidente também, quando vê, diz: “aloprados”!

Mas este País melhorou, Serys, por um Prefeito: Graciliano Ramos, do Alagoas. Foi ele que fez a inspiração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu aprendi muito com ele, porque detesto ditadura. Por quê? Porque eu li *Memórias de um Cárcere*, em que ele descreve a ditadura do estadista Vargas – bondoso, mas não é bom –; e depois, Elio Gaspari, que escreve sobre a ditadura militar que nós vivemos.

Mas este País era uma zorra. Ó, Serys, essa Lei de Responsabilidade Fiscal foi a melhor coisa. Vou dizer como era uma zorra. Havia uma tal de ARO, Antecipação de Receita Orçamentária, Serys. No final do governo, o prefeitinho tirava o dinheiro que queria, tirava o empréstimo que queria.

Voi terminar, Serys. Seja generosa. Cadê a generosidade da mulher? O tempo?

Mas, com a ARO, antecipação, tirava. Tudo tirava dinheiro externo. Era uma zorra. Ninguém sabia quantas prefeituras deviam e quanto o País... O grande estadista Fernando Henrique Cardoso botou aí essa Lei de Responsabilidade Fiscal, inspiração de Graciliano Ramos, de Alagoas. E, aí, nós sabemos o que devemos, como tiramos e tudo. E eu digo e confesso que tirei a última ARO. Ele proibiu isso. Quando ele proibiu, eu fui lá e tirei para fazer uma ponte no Piauí. E fiz a ponte Wall Ferraz em 87 dias. O Governo do PT está lá amarrado há oito anos fazendo outra ponte no mesmo rio.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Este País deve colocar uma estátua a Pedro Malan. Foi ele quem fez. Isso foi uma loucura. Quem gosta de pagar? A gente

devia, não sabia quanto – eu mesmo, e tal. Eram 11% da receita líquida; outros Estados, 13%. Tive uma briga intensa, porque São Paulo pagava 11%, e ele queria que o Piauí pagasse 13%. Então, eu disse: não é assim, é o pai, a mãe, o mais fraco. E acabamos pagando 11%. Foi essa a realidade.

Isso é importante, mas a festa de ontem não foi tão assim, não, porque eles já faziam. O nosso Presidente Luiz Inácio pensou que abortaria a marcha dos Prefeitos. Não vai, não. De todos eles, eu senti. Tenho os Prefeitos do Piauí, as Prefeitas bravas me contaram.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Duas mulheres extraordinárias, Ivana e Janaína, disseram que o mais aplaudido orador foi este da Confederação Nacional de Municípios: Presidente Paulo Ziulkoski. Ele apenas disse: Sua Excelência Luiz Inácio, esse negócio dos institutos é como dar uma Novalgina a quem está com febre e convulsão: baixa ali, continuam os mesmos problemas e a dívida.

Ó, Serys, V. Ex^a é professora.

Neste País, os portugueses cobravam 20%, era um quinto. O povo dizia: “É o quinto do inferno!” Agora, neste Governo do Partido dos Trabalhadores, é 40% que o brasileiro e a brasileira pagam. Quer dizer, vivemos, no Governo de Luiz Inácio e do Partido dos Trabalhadores, dois quintos dos infernos. É muito imposto para um povo trabalhador.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, nossos aplausos. Votei, em 1994, no Partido dos Trabalhadores, no Luiz Inácio.

Nossos parabéns. É um Partido como todos. Agora, temos que diferir o joio e o trigo. Como todos, como o meu Partido, o PMDB, tem, como os outros, o PSDB. V. Ex^a é trigo. Tem muita gente boa: o Paulo Paim é trigo, o Augusto Botelho é trigo. Mas, cuidado, Luiz Inácio, que os aloprados, que o joio do seu Partido poderá, pelo exemplo que está dando de corrupção, neste País, enterrar nossa democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Convido o Senador Mão Santa, porque vou fazer um pronunciamento agora, para assumir a Presidência.

A Sra. Serys Shhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Papaléo Paes, que representa o Estado do Amapá e o PSDB.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não poderia deixar de cumprimentar todos os prefeitos do Brasil que vieram para cá, ao encontro do Presidente da República, e que realmente devem ter discutido assuntos importantes e devem sair daqui um pouco mais aliviados dessa carga enorme que está sobre as prefeituras.

Principalmente hoje, com a municipalização, tivemos a expansão de todos os serviços para prefeitura, e, fundamentalmente, aquelas prefeituras que têm uma pequena arrecadação, como é o caso da maioria das prefeituras do País, devem sofrer grandes dificuldades para cumprir com suas obrigações.

Mas quero cumprimentá-los e enchê-los de esperança. E toda a boa vontade de qualquer dirigente do País que aconteça a favor das prefeituras é sempre bem-vinda.

Mas, fundamentalmente, quero deixar aqui registrado, Sr. Presidente, com muita honra: recebi a visita do Prefeito de Macapá, da capital do meu Estado, onde se concentram cerca de 60% dos habitantes do Estado. É um jovem que foi ao meu gabinete, conversamos a respeito da administração, pela experiência que passei como Prefeito de Macapá, e cuja administração me surpreende muito, exatamente porque me parece até que, bem antes do que esperávamos, os resultados estão acontecendo.

Então, quero parabenizar o Município de Macapá, por ter sabido escolher um bom Prefeito, e parabenizar todos os macapaenses e o Prefeito Roberto Goês, pela sua disposição, pelo seu dever com a população, que está sendo muito bem cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos a todos os Prefeitos que foram saudados pelo Senador Papaléo Paes, que simboliza a história de um Prefeito decente e atuante, como a maioria dos Prefeitos do nosso País.

Convido para usar da palavra a nossa Vice-Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que está inscrita, em permuta com o Senador Antonio Carlos Júnior.

Senadora Serys, regimentalmente, são dez minutos, mas vou dar mais dez porque é a nota para V. Ex^a. Fique à vontade e use o tempo que achar conveniente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside

a Mesa neste momento. Vou procurar cumprir o tempo, talvez com um pouquinho de prorrogação, aquela prorrogação devida, em respeito aos outros Srs. Senadores que estão inscritos.

Falarei da importância desse convite do Presidente Lula aos Prefeitos e Prefeitas, às primeiras-damas, enfim, a todos os que estiveram presentes. Realmente, em termos de participação, foi o maior de todos os tempos; com certeza, pois, até onde estou informada, tivemos mais de 13 mil inscritos para entrar naquele recinto, o Centro de Convenções. Foi um momento extremamente importante para o Brasil. Mas vou falar sobre isso possivelmente amanhã, porque estou esperando terminar, inclusive, estou conversando com muitos Prefeitos do meu Mato Grosso, e há alguns à minha espera no meu gabinete.

Hoje, o Senador Arthur Virgílio já fez um pronunciamento nesse sentido, em relação à Copa do Mundo, e eu venho aqui também fazer um pronunciamento nesse sentido.

Desde o momento em que nós, de Mato Grosso, tivemos informação da possibilidade de um dos Estados dentro do Pantanal ser uma das subsedes da Copa do Mundo, tem havido uma luta entre os dois Estados irmãos, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A gente não pode, realmente, provocar nenhum tipo de rixa e de polêmica. Ao contrário, temos que fazer essa busca. Espero que Cuiabá seja a contemplada, mas, se for Campo Grande, queremos ser muito bem recebidos lá; e, se for Cuiabá, com certeza, receberemos nossos coirmãos de Mato Grosso do Sul com muita alegria, com muito entusiasmo.

Como disse, eu não poderia deixar de estar nesta tribuna falando sobre a possibilidade de Cuiabá ser escolhida pela Fifa, Federação Internacional de Futebol, como uma das 12 subsedes da Copa do Mundo de 2014, que acontecerá no Brasil.

Para nós, que temos o Pantanal como uma de nossas riquezas naturais, um ecossistema que maravilha o mundo, devo dizer que já é uma vitória saber que a região pantaneira irá, com certeza, servir de palco a esta festa, que é a Copa do Mundo. Sessenta e quatro anos depois da Copa do Mundo de 50, o Brasil volta a sediar o maior de todos os eventos do futebol, que é o esporte das multidões pelo mundo afora.

Tenho observado, pela mídia de nossa região, que se estabeleceu – ou se está querendo estabelecer – uma disputa entre alguns cuiabanos e alguns campo-grandenses por causa dessa definição da sede da Copa no Pantanal, escolha marcada para acontecer no próximo mês de março, na Suíça.

Peço vênia, Senhores e Senhoras, para dizer ao ilustre e muito respeitado Governador de Mato Grosso

do Sul, André Puccinelli, que, realmente, quanto à defesa de Campo Grande que ele faz, ele está correto. Estamos defendendo Cuiabá, mas não podemos atacar um ao outro, como eu já disse aqui.

Nem o Governador de Mato Grosso, nem eu, como Senadora, nenhum mato-grossense pode desmerecer Mato Grosso do Sul, como também Mato Grosso do Sul não pode desmerecer nosso Mato Grosso. Todos são brasileiros, tanto aqueles que residem em Mato Grosso do Sul quanto aqueles que residem em Mato Grosso.

Sinceramente, para usar a linguagem do futebol, no meu modesto entendimento, não podemos cometer essa falta grave, pois não há enfrentamento entre as duas capitais e muito menos entre seus moradores. É preciso que tenhamos maturidade para “jogarmos” literalmente a favor de todo o Centro-Oeste.

Avalio que este é um momento de festa, tanto para Cuiabá quanto para Campo Grande, porque triste seria ver a Copa fora do Pantanal, e, pelo que nos alertou a ex-Vereadora Soninha – que compôs a Câmara de São Paulo e, recentemente, disputou a prefeitura paulista e é também uma ativa comentarista esportiva, das mais respeitadas de nosso País, honrando, por sinal, todas as mulheres brasileiras com seu desempenho –, existiu este risco: o risco de que os Estados do Pantanal ficassem sem a Copa. Acreditamos que um deles tem grande chance de sediar a Copa.

Felizmente, eu diria que essa etapa foi superada. Só que é preciso que essa disputa não alimente a cizânia. Muito pelo contrário, se Campo Grande for a escolhida, como já disse aqui, é preciso que se mantenha um clima de fraternidade, para que todos nós possamos nos deslocar de Cuiabá, de todo o Mato Grosso, de todas as regiões vizinhas, com muito orgulho, até a capital de Mato Grosso do Sul e curtir, numa boa, os jogos que lá se realizarão.

Tenho certeza de que a manifestação do Governador não representa o pensamento dos mato-grossenses do sul. Assim como sei também que, em Cuiabá, todos que se deslocarem de Campo Grande até a capital de Mato Grosso para lá acompanharem o jogos da Copa, se a nossa capital for escolhida, como confio que será, também haverão de contar com uma acolhida gentil e calorosa de nosso povo. Nossa hospitalidade é conhecida no mundo todo, Sr. Presidente.

Vamos manter no espírito aquele apelo do Presidente Tancredo Neves: não vamos nos dispersar, porque a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 deve representar um momento de afirmação da brasilidade diante do mundo. Vamos mostrar para todo o mundo o padrão de civilização que alcançamos e, certamente, depois da Copa, o Pantanal e todo o

Brasil haverão de ser muito mais procurados por turistas e visitantes de todas as partes do Planeta. É este o grande objetivo que temos que perseguir isolando torcedores truculentos – que não vão existir nesta disputa –, incentivando realmente a torcida a ser alegre, festiva, a ser uma torcida de felicidade da população nos gramados.

Digo tudo isto para afirmar, com a devida permissão dos meus colegas de Senado – tanto o meu querido Delcídio Amaral como o meu muito caro e querido Valter Pereira –, que tenho a certeza de que Cuiabá tem tudo para merecer a preferência da Fifa e ser escolhida como a subsede pantaneira da Copa do Mundo de 2014.

Quando o Estado de Mato Grosso foi dividido em dois, no já longínquo ano de 1979, Campo Grande, na verdade, comandava um território economicamente mais dinâmico. O passar dos anos, todavia, tem demonstrado que o impulso desenvolvimentista também se tornou uma marca muito forte em Cuiabá e no nosso Mato Grosso. Hoje nós temos uma situação econômica muito destacada na região Centro-Oeste, tendo registrado saltos continuados em nossa performance, de tal forma que, antes mesmo da Copa, os olhos de todo o mundo já se acham voltados para a terra mato-grossense e sua população tão empreendedora. Os investimentos em infraestrutura, disparados, notadamente, depois de o Presidente Lula assumir o Palácio do Planalto, garantem também uma posição privilegiada a Cuiabá e a nosso Mato Grosso como um todo.

Agora mesmo, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, Cuiabá e Várzea Grande, Municípios que formam a Grande Cuiabá, estão se transformando em um grande canteiro de obras, de forma a garantir a universalização do atendimento da população no que diz respeito à tratamento de água e esgoto sanitário.

Com a vontade e a determinação dos Prefeitos Murilo Domingos, de Várzea Grande, e de Wilson Santos, de Cuiabá – que fique muito claro que não são Prefeitos do meu Partido e, obviamente, não são Prefeitos do Partido do Presidente Lula, porque eu sou do Partido do Presidente Lula, do PT –, vemos uma grande movimentação em termos de PAC para que se reduza a zero a falta de esgotamento sanitário e para que se tenha 100% desse serviço feito assim como o oferecimento de água potável para todos e para todas.

Além da festa do futebol, a Copa de 2014 certamente ampliará a visitação internacional a Cuiabá como portal da Amazônia e do Pantanal.

(Fazendo soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço só mais dois minutos, pois tenho mais um do meu tempo.

Um dos mais extraordinários patrimônios da humanidade, o Mar de Xaraés, a maior planície inundável do mundo, com fauna e flora exuberantes, tradições culturais de características ímpares e uma população acolhedora e de uma simpatia sem igual. A partir de Cuiabá, os visitantes certamente se espalharão por toda a região pantaneira, constatando os fenômenos que ali têm sido plantados pelo trabalho e pela criatividade da população mato-grossense.

Falar em Cuiabá é falar também das belezas da Chapada dos Guimarães, do rio Cuiabá, de Nobres, de Poconé, da festeira cidade de Santo Antônio de Leverger, que serve de palco para um dos carnavais regionais mais animados e descontraídos de todo o País; falar de Cuiabá é falar de Rondonópolis, de Sorriso, de Sinop, de Querência, de Nova Mutum, de Lucas do Rio Verde e de tantas e tantas outras cidades sobre as quais vou falar nos próximos dias aqui, que se transformaram, aos olhos do mundo, em centros de excelência na produção de soja, de algodão, concentrando o maior rebanho bovino do Planeta e merecendo destaque pelo acolhimento de migrações que vieram não só de todas as regiões do Brasil, mas também de diversas partes do mundo, formando um contingente populacional que, como em poucas regiões do planeta, tem hoje a marca consagradora da diversidade.

Eu tenho muita alegria de representar o povo de Cuiabá e o povo de Mato Grosso neste Senado. Tenho expectativas muito positivas com relação à escolha que se dará no próximo mês de março. Estou confiante de que em Mato Grosso, que hoje se destaca economicamente pelo alto padrão de desenvolvimento alcançado a partir do trabalho de nossos cuiabanos de pé rachado e da turma da botina, que tem desbravado as nossas regiões interioranas, vai o primeiro lance desta Copa e terá a sua capital, Cuiabá, escolhida como uma das subsedes do Campeonato Mundial de Futebol de 2014. Todos os mato-grossenses, homens e mulheres, da terceira idade, as crianças, os jovens, todos realmente estão empenhados. Torço muito, como torce toda a gente mato-grossense.

Lá em Cuiabá, estamos todos juntos, Presidente, na mesma emoção. E com os cuiabanos, não há quem possa. Por isso é que vibro e acredito: a Copa do Mundo é nossa!

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys, vou passar à Fifa o resultado: dois

para Mato Grosso, um para Mato Grosso do Sul – Jayme Campos fez o primeiro pronunciamento, ontem o Valter Pereira empatou, e agora a Serys Slhessarenko marca mais um ponto.

Caro Heráclito Fortes, e nós não podemos pedir... É uma vergonha: o Piauí tem um grande estádio, o Alberto Silva, o Albertão, mas o Governador que está lá deixou... Barras quis disputar o campeonato brasileiro, Heráclito, e teve de jogar, com o esforço do Maninho, em Goiás e no Maranhão. Infelizmente, o Governador deixou acabar o estádio Albertão. Mas, vamos ver aí, não é Heráclito Fortes? V. Ex^a, que tem inteligência, também a gente vai reivindicar.

Consultando a lista de oradores, convido para usar da palavra o Senador do PTB de Roraima, que vai falar por permuta com o Senador Francisco Dornelles, Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa; Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa tem, nos últimos dias – alias, já há várias semanas –, se ocupado do caso do italiano Cesare Battisti, a quem o Ministro Tarso Genro houve por bem, numa decisão pessoal, unilateral portanto, dar refúgio no Brasil. Isso tem tido consequências as mais diversas. O Supremo ainda vai julgar o caso da extradição dessa pessoa, mas eu me preocupo muito.

Ontem ouvi aqui pronunciamento do Senador Gerson Camata, que é um brasileiro descendente de italiano, que aqui fez não só uma análise, mas até complementou as acusações comprovadas contra essa pessoa.

Hoje, Sr. Presidente, tive o cuidado de selecionar uns dois ou três artigos da imprensa sobre esse assunto. Vou ler trechos e peço que, depois, V. Ex^a os dê como parte integrante do meu pronunciamento, porque acho importante que nós, brasileiros, Parlamentares e, principalmente, Senadores, não fiquemos silentes ou omissos diante desse problema. Essa questão não pode ser tratada pelo viés de ideologia de esquerda, de direita ou de centro. O que temos de analisar é justamente a questão da justiça e a questão da importância desse caso para o País.

Quero ler hoje um trecho do artigo do jornalista Sérgio Fausto, que é Coordenador de Estudos e Debates do Instituto Fernando Henrique Cardoso e membro do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo:

Um amigo, que agora acompanha de perto a cena política da Itália e faz tempo reflete sobre as relações internacionais, sob a

perspectiva das sociedades civis, e não apenas dos governos dos países, escreveu-me esta semana a respeito dos danos que o episódio Battisti vem provocando à imagem do Brasil na sociedade italiana.

Muito se tem falado sobre os efeitos do episódio nas relações governo a governo. O estrago salta aos olhos. Menos visível, mas não menos importante, é a perda da simpatia e do prestígio acumulados ao longo de anos pelo Brasil entre os italianos.

Não é uma perda irreversível, claro, mas levará tempo para sanar os efeitos da decisão desastrada e quase inexplicável do Ministro Tarso Genro. Ao conceder refúgio a Cesare Battisti – nunca é demais lembrar, contrariando a decisão do Conselho Nacional dos Refugiados e não obstante sentenças condenatórias em tribunais italianos e uma corte europeia -, ele desconsiderou não apenas a reação previsível do governo daquele país, mas principalmente o sentimento existente na sociedade italiana em relação aos chamados “anni di piombo”. [ou anos de chumbo]

Foram mesmo anos de chumbo: entre o atentado a bomba da Piazza Fontana, em 1969, e a explosão da estação de trem de Bolonha, em 1980, grupos de extrema-direita e extrema-esquerda promoveram o terror. Não apenas se trucidaram reciprocamente, mas também vitimaram políticos, agentes do Estado, principalmente policiais e juízes, e muitas pessoas comuns. Foram muitos os mortos – 85 deles apenas no atentado da estação de Bolonha, perpetrado pela extrema-direita. E imenso o trauma deixado.

O sequestro e o posterior assassinato de Aldo Moro, pelo seu significado político, dão a chave para entender a dinâmica daqueles anos terríveis. Moro havia sido o primeiro-ministro por duas vezes, era uma das principais lideranças do maior partido do país, a Democracia Cristã (DC), e estava empenhado na construção do que à época foi conhecido como “o compromisso histórico”.

Tratava-se de uma aliança entre a Democracia Cristã (DC) e o Partido Comunista Italiano (PCI), que atingira quase 35% nas eleições legislativas de 1976. Pelo lado da DC, Moro era o principal artífice da aliança. Pelo PCI, Enrico Berlinguer, que vinha conduzindo

o partido para longe do PC da Rússia. Da sua ótica, o “compromisso histórico” serviria para dar estabilidade política à Itália num momento especialmente delicado (além do terrorismo, o país enfrentava os efeitos da crise resultante do primeiro choque do petróleo) e pavimentar o caminho para uma transição pacífica para o socialismo. O Chile, onde a polarização entre os partidos de esquerda e a DC abriu caminho para o golpe de Pinochet, em 1973, oferecia-lhe o contraexemplo.

O “compromisso histórico” tinha muitos inimigos. Na extrema-esquerda, as Brigadas Vermelhas e outros grupúsculos, entre os quais o de Cesare Battisti, que apostavam na polarização política e na destruição do “Estado imperialista das multinacionais” (as Brigadas assim designavam o Estado italiano), pela via armada. Na extrema-direita, os setores terroristas do Movimento Social Italiano, partido fascista, que viam no “compromisso histórico” a antessala da “comunização” do país.

Compartilhavam essa percepção, com maior ou menor nuance, setores do serviço secreto italiano e do establishment conservador norte-americano. Sim, a Itália, pela presença de um partido comunista de massas, foi o foco das preocupações e da atuação dos Estados Unidos na Europa Ocidental durante a guerra fria. Na Bota [isto é, lá na ponta da Itália], a intromissão da CIA na política doméstica não é mito, mas um fato histórico fartamente documentado. Como se não bastasse, o “compromisso histórico” encontrava oposição na ala da Democracia Cristã ligada a Giulio Andreotti, também ele primeiro-ministro da Itália por duas vezes, político mais conservador, cujas ligações com a Máfia viriam a público anos depois.

A despeito de tudo, a aliança entre a DC e o PCI avançou. Moro foi sequestrado quando se dirigia ao Parlamento para uma sessão na qual seria confirmado o primeiro governo da DC com o apoio dos comunistas. Brutalmente assassinado com dez tiros à queima-roupa, desferidos pelo líder brigadista Mario Moretti, teve seu corpo encontrado 55 dias após a sua captura no porta-malas de um carro abandonado na Via Caetani, em Roma, num ponto equidistante entre as sedes do PCI e da DC. O simbolismo não poderia ser mais claro. Ao

assassinar Moro, as Brigadas procuravam sepulturar o “compromisso histórico”.

A aliança entre a DC e o PCI, ao final, não teve vida longa, por razões que vão além do assassinato de Moro. Na esteira de seu fracasso, a política italiana voltou a girar em torno das alianças da Democracia Cristã com outros partidos menores, lubrificadas por práticas pouco ortodoxas na lida com recursos e cargos públicos, que foram desnudadas no âmbito da Operação Mãos Limpas, nos anos 90. [...]

[...]

Foi esse sentimento de repulsa – guardado, mas ainda vivo – que a decisão do Ministro Tarso Genro atraiu contra o Brasil e o Governo atual. Fosse apenas contra o Governo atual, teríamos, em tese, um problema circunscrito e com prazo determinado. [É bom lembrar: “se fosse apenas contra o Governo atual ou contra o Ministro Tarso Genro, teríamos um problema circunscrito e com prazo determinado”.] Mas é a imagem do Brasil que se vê atingida, a menos que o STF “corrija” a decisão ministerial. Isso parece improvável. É que a decisão de Tarso Genro, ao que tudo indica, não fere a legalidade. Ela fere o bom juízo político que se espera de um Ministro de Estado.

(O Sr. Presidente faz tocar a campanha)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Presidente, eu gostaria de solicitar mais alguns minutos, até para ouvir dois dos Colegas que desejam apartear.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Quantos minutos V. Ex^a deseja?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Creio que, em cinco minutos, posso concluir o meu pronunciamento. Senador Valter Pereira...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Seis. E fez questão de vir ouvi-lo o Presidente em exercício Marconi Perillo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, acompanho atentamente o discurso de V. Ex^a e quero dizer que não assiste nenhuma razão ao Parlamentar que entende ser um assunto estranho às suas atividades nesta Casa apreciar a matéria que V. Ex^a aborda oportunamente dessa tribuna. De sorte que eu não havia ainda me manifestado e vou aproveitar

o discurso de V. Ex^a para fazê-lo. De fato, o Brasil tem uma tradição de conceder o asilo, de conceder o refúgio. Mas é preciso distinguir as coisas. É preciso distinguir o tipo de crime que pode abrigar aquele que busca refúgio ou asilo político em nosso País. Nós passamos por uma experiência dolorosa de uma ditadura, uma ditadura que perseguia, que era implacável e que, às vezes, levava o nosso compatriota a buscar o mesmo favor de outros Estados com os quais o Brasil mantinha relações. No entanto, o que é o crime político? Precisamos entender claramente isso. Por acaso, Senador Mozarildo Cavalcanti, a Itália vivia numa ditadura? Por acaso, era um regime autoritário que fustigava os cidadãos italianos? Por acaso, eram forças militares que estavam atentando contra o direito e contra a cidadania daquele que hoje busca refúgio neste País? Por tudo que li a respeito, não comporta esse favor. Não comporta por quê? Porque a Itália, nesse período, vivia sob a égide de um regime democrático, e era exatamente esse regime democrático que sofria os atentados, que sofria toda sorte de violação. Portanto, não vejo onde está a perseguição política para que fosse dado esse abrigo, fosse dado esse refúgio ao Battisti. Acho que a Itália tem razão em reivindicar o que está reivindicando. A propósito, Senador Mozarildo, ontem, se não me engano, o Supremo Tribunal Federal negou a liminar à Itália. Hoje, comentando com algumas pessoas sobre esse evento, elas me diziam que a liminar havia sido negada. Eu dizia que havia sido negada a liminar, mas não foi indeferido o processo. Isso significa que o Supremo Tribunal Federal do Brasil admitiu discutir, sim, o mérito dessa questão e vai fazê-lo. Acredito piamente que lá a interpretação não vai ser ideológica, nem política; efetivamente, será técnico-jurídica e vai refletir a necessidade de um reparo que, para favorecer um foragido, está estremecendo as relações do Brasil com um dos países que sempre foi o apanágio da democracia em todo o mundo. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu que agradeço a V. Ex^a e concedo ao Senador Papaléo Paes um aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, antes quero dizer que o Senador Valter Pereira fez uma bela explanação jurídica. Ele, que é jurista, falou como jurista. Eu vou falar como médico. As ações do médico são bem imediatas, emergenciais. Quero parabenizar V. Ex^a por trazer este assunto que é extremamente importante e precisa ser discutido mesmo porque está em jogo a Nação brasileira, o respeito que a Nação brasileira precisa

ter no exterior, neste mundo. Fundamentalmente, não podemos ficar perguntando um para o outro: que País é este? Então, por uma questão que eu caracterizo de puramente ideológica, estão abrigando um criminoso. Esse senhor é um criminoso, pois tirou, pelo menos comprovadamente, quatro vidas. Então, a pessoa se veste de terrorista, pegou uma fantasia de terrorista, vem para cá, e por causa da questão ideológica do Governo que nos conduz, que governa hoje o País, com um ministro que realmente tem uma tendência rigorosamente para apoiar ideologia de esquerda radical, que não existe mais, e dá uma anistia para esse homem ficar dentro do nosso País, eu, realmente, lamento muito. Ontem o Senador Suplicy, um homem de bem, respeitado por todos nós, fez uma defesa e quase chora neste plenário por causa desse tal de Battisti. Foi emocionante. Eu iria fazer um aparte e até deixei, para não desequilibrá-lo mais na emoção dele. E isso me choca profundamente. Por quê? Porque eu lembro dos cubanos. Os caras fizeram uma opção de não voltar mais para Cuba. Atletas fizeram uma opção. Foi opção deles. Não mataram ninguém, não. Eles disseram: “Nós não queremos ir para lá mais. O regime de lá é muito cruel. Nós trocamos a família, que fica lá, os amigos, mas não conseguimos mais sobreviver lá emocionalmente”. E o Brasil extraditou esses dois cidadãos, que, segundo a imprensa internacional, foram torturados, unhas arrancadas, para pagar. Castigo do seu Fidel. Arranca unha com alicate a sangue-frio, dá castigo, e hoje ninguém nem sabe notícia deles. Então, é lamentável que um País como o nosso Brasil, um País grande e que realmente é um orgulho para todos nós, sujeite-se a um Battisti ficar tomando conta de todo o noticiário. Está sendo mais noticiado positivamente do que o próprio PAC, que é o plano para eleger a substituta do Presidente da República. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu agradeço os apartes tanto do Senador Valter Pereira, quanto do Senador Papaléo. Realmente extraio dos dois apartes duas coisas importantes: primeiro, como diz o Senador Valter Pereira, é bom lembrar que, à altura daqueles acontecimentos, a Itália não vivia num regime ditatorial, nem de exceção. Ao contrário, o regime democrático buscava fazer uma conciliação entre a Direita Cristã e o Partido Comunista italiano. Aqueles que não queriam isso é que estavam fazendo, como o Sr. Battisti, uma guerrilha à parte para implodir esse entendimento.

Eu quero, Sr. Presidente, ao partir para o encerramento, pedir a V. Ex^a para destacar aqui algumas

matérias. Também em, **O Jornal do Brasil**, o jornalista Augusto Nunes escreveu um artigo dizendo: “A decisão soberana pode ser ultrajante”. E disse: “Tarso precisa ser matriculado num curso de Direito para crianças”. No jornal **O Globo**, a matéria diz:

Frattini: ‘Tarso apóia idéias de guerrilha’. O Ministro Tarso Genro considera-se injustificado pelo que chama de “grande imprensa”, cujo único objetivo, em sua opinião, seria a consolidação do neoliberalismo.

O Ministro da Justiça usa palavras difíceis e sem necessidade. A verdade é que, do ponto de vista da (boa) imprensa, quase tudo o que importa é a criação de um ambiente onde a livre iniciativa possa firmar-se e prosperar. Porque é nesse ambiente que a (boa) imprensa pode sobreviver por seus próprios meios.

Nos modelos de que o Ministro parece gostar, a imprensa acaba dependente dos estados, cumprindo orientação de alguma alta personalidade ou “conselho”.

O resultado disso é trágico para a liberdade de informação e, conseqüentemente, para toda a sociedade.

Sr. Presidente, peço a transcrição do artigo do jornalista Augusto Nunes. Quanto a esta matéria do jornal **O Globo**, cujo título é *Frattini: Tarso apoia ‘idéias de guerrilha’*. E a matéria que li do Sergio Fausto *O pior cego...* porque “salta aos olhos o estrago da decisão desastrosa sobre o episódio Battisti”, cometido pelo Ministro Tarso Genro.

Quero dizer aqui que eu não me surpreendo com essa decisão do Ministro Tarso Genro, porque ele realmente está como aquele japonês que depois que acabou a II Guerra Mundial estava escondido em uma caverna e saiu de lá pensando que ainda estava em guerra e saiu matando as pessoas. Assim que está o Ministro Tarso Genro: pensa que ainda estamos naquela época em que precisava fazer aquelas guerrilhas, aqueles movimentos. Não. Nós estamos em um Estado de direito. Ele é o Ministro da Justiça e não sabe disso. Ele é realmente um homem que pauta por medidas de exceções, não deveria nunca ser o Ministro da Justiça.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O pior cego...

Sergio Fausto

Um amigo, que agora acompanha de perto a cena política da Itália e faz tempo reflete sobre as relações internacionais, sob a perspectiva das sociedades civis, e não apenas dos governos dos países, escreveu-me esta semana a respeito dos danos que o episódio Battisti vem provocando à imagem do Brasil na sociedade italiana.

Muito se tem falado sobre os efeitos do episódio nas relações governo a governo. O estrago salta aos olhos. Menos visível, mas não menos importante, é a perda de parte da simpatia e do prestígio acumulados ao longo de anos pelo Brasil entre os italianos.

Não é uma perda irreversível, claro, mas levará tempo para sanar os efeitos da decisão desastrosa e quase inexplicável do ministro Tarso Genro. Ao conceder refúgio a Cesare Battisti – nunca é demais lembrar, contrariando a decisão do Conselho Nacional dos Refugiados e não obstante sentenças condenatórias em tribunais italianos e uma corte europeia – ele considerou não apenas a rea-

ção promoveram o terror. Não apenas se trucidaram reciprocamente, mas também vitimaram políticos, agentes do Estado, principalmente policiais e juízes, e muitas pessoas comuns. Foram muitos os mortos – 85 deles apenas no atentado na estação de Bolonha, perpetrado pela extrema-direita. É imenso o trauma deixado.

O sequestro e o posterior assassinato de Aldo Moro, pelo seu significado político, dão a chave para entender a dinâmica daqueles anos terríveis. Moro havia sido primeiro-ministro por duas vezes, era uma das principais lideranças do maior partido do país, a Democracia Cristã (DC), e estava empenhado na construção do que à época ficou conhecido como “o compromisso histórico”.

Tratava-se de uma aliança entre a DC e o Partido Comunista Italiano (PCI), que atingira quase 35% nas eleições legislativas de 1976. Pelo lado da DC, Moro era o principal artífice da aliança. Pelo PCI, Enrico Berlinguer, que vinha conduzindo o partido para longe do PC da URSS. Da sua ótica, o “compromisso histórico” serviria para dar estabilidade política à Itália num momento especialmente delicado (além do terrorismo, o país enfrentava os efeitos da crise resultante do primeiro choque do petróleo) e pavimentar o caminho para uma transição pacífica para o socialismo. O Chile, onde a polarização entre os partidos de esquerda e a DC abriu caminho para o golpe de Pinochet, em 1973, oferecia-lhe o contraexemplo.

O “compromisso histórico” tinha muitos inimigos. Na extrema-esquerda, as Brigadas Vermelhas e outros grupúsculos, entre os quais o de Cesare Bat-

tisti, que apostavam na polarização política e na destruição do “Estado imperialista das multinacionais” (as Brigadas assim designavam o Estado italiano), pela via armada. Na extrema-direita, os setores terroristas do Movimento Social Italiano, partido fascista, que viam no “compromisso histórico” a antessala da “comunização” do país.

Compartilhavam essa percepção, com maior ou menor nuance, setores do serviço secreto italiano e do establishment conservador norte-americano. Sim, a Itália, pela presença de um partido comunista de massas, foi o foco das preocupações e da atuação dos Estados Unidos na Europa Ocidental durante a guerra fria. Na Bota, a intromissão da CIA na política doméstica não é mito, mas um fato histórico fartamente documentado. Como se não bastasse, o “compromisso histórico” encontrava oposição na ala da Democracia Cristã ligada a Giulio Andreotti, também ele primeiro-ministro da Itália por duas vezes, político mais conservador, cujas ligações com a Máfia viam a público anos depois.

A despeito de tudo, a aliança entre a DC e o PCI avançou. Moro foi sequestrado quando se dirigia ao Parlamento para uma sessão na qual seria confirmado o primeiro governo da DC com o apoio dos comunistas. Brutalmente assassinado com dez tiros à queima-roupa, desferidos pelo líder brigadista Mario Moretti, teve seu corpo encontrado 55 dias após a sua captura no porta-malas de um carro abandonado na Via Caeliani, em Roma, num ponto equidistante entre as sedes do PCI e da DC. O simbolismo não poderia ser mais claro. Ao assassinar Moro, as Brigadas procura-

vam sepultar o “compromisso histórico”.

A aliança entre a DC e o PCI, ao final, não teve vida longa, por razões que vão além do assassinato de Moro. Na esteira de seu fracasso, a política italiana voltou a girar em torno das alianças da DC com outros partidos menores, lubrificadas por práticas pouco ortodoxas na luta com recursos e cargos públicos, que foram desnudadas no âmbito da Operação Mãos Limpas, nos anos 90. Desnudadas, mas não erradicadas, infelizmente.

Num aspecto crucial, porém, houve progresso na política italiana nos mais de 30 anos que nos separam do caso Aldo Moro: o terrorismo, cujas fronteiras com o crime comum se tornaram cada vez mais tênues, foi eliminado pela atuação do Estado e pela repulsa veemente da quase totalidade da sociedade italiana.

Foi esse sentimento de repulsa – guardado, mas ainda vivo – que a decisão do ministro Tarso Genro atraiu contra o Brasil e o governo atual. Fosse apenas contra o governo atual, teríamos, em tese, um problema circunscrito e com prazo determinado. Mas é a imagem do Brasil que se vê atingida, a menos que o STF “corrija” a decisão ministerial. Isso parece improvável. É que a decisão de Tarso Genro, ao que tudo indica, não fere a legalidade. Ela fere o bom juízo político que se espera de um ministro de Estado. ■

Sérgio Fausto, coordenador de Estudos e Debates do IFHC, é membro do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP. E-mail: sfausto40@hotmail.com

Salta aos olhos o estrago da decisão desastrosa sobre o episódio Battisti

ção previsível do governo daquele país, mas principalmente o sentimento existente na sociedade italiana em relação aos chamados “anni di piombo”.

Foram mesmo anos de chumbo: entre o atentado a bomba da Piazza Fontana, em 1969, e a explosão da estação de trem de Bolonha, em 1980, grupos de extrema-direita e extrema-esquer-

Coisas da Política

Augusto Nunes

augusto@jb.com.br

A decisão soberana pode ser ultrajante

EM 1936, O GOVERNO CONSTITUCIONAL de Getúlio Vargas presenteou o ditador Adolf Hitler com a deportação de uma alemã presa numa cadeia do Rio. Tratava-se da militante comunista Olga Benário, mulher de Luiz Carlos Prestes, então grávida de Anita. Em 1942, o assassinato da extraditada estrangeira na câmara de gás de um campo de concentração nazista confirmou que, para afagar os donos do poder na Alemanha, o governo Vargas reduziu o país a cúmplice de um crime hediondo. A entrega de Olga aos carrascos foi uma decisão ultrajante das autoridades brasileiras. Mas foi uma decisão soberana.

Ao promover a refugação política o italiano Cesare Battisti, o Brasil tomou uma decisão soberana, recita a cada meia hora o ministro Tarso Genro. Mas foi também uma decisão ultrajante, por, beneficiar um terrorista que roubou e matou para assassinar o regime democrático. Conjugadas, a saga de Olga Benário e a história do bandido condenado à prisão perpétua na Itália e libertado pelo País do Carnaval ensinam que decisões soberanas podem ser desastrosas.

Deveria ser esse o tema da aula inaugural do cunhinho de direito para crianças em que precisa ser urgentemente matriculado o advogado Tarso Genro. Ele tem de aprender que "soberano" não é sinônimo de "justo". O governo do país ofendido praticaria um ato tão soberano quanto arbitrário caso revidasse a sentença que absolveu Battisti com o confisco do passaporte italiano concedido à descendente de imigrantes Marisa Letícia da Silva. A dupla cidadania da primeira-dama permitiria passar-se à segunda lição, concebida para explicar ao ministro por que o governo italiano se negou a extraditar Salvatore Cacciola.

Como Marisa Letícia, Cacciola tem duas nacionalidades. E as leis

daquele país proíbem a extradição de qualquer cidadão sem contas a ajustar com a Justiça de lá. O erro do foragido foi passar em Mônaco. Capturado pela polícia do principado, acabou devolvido ao Brasil por lhe faltar a cidadania monegasca. Um cunhinho simples, assim pouparia o País do Carnaval das afrontosas representações de fantasias em frangalhos. E livraria os homens de bem das aparições televisivas do padrinho de bandido.

Tarso precisa ser matriculado num curso de direito para crianças

Quanto maior é a confusão em que se mete, mais verborágico se torna o estilista do idioma. Como seus colegas do mundo da moda no inverno e no verão, a cada surto de loquacidade Tarso pesca uma palavra no poço de erudição.

"Refundação" chegou na temporada 2005/2006 – refundação do PT, refundação do governo, refundação do Brasil. Em 2007/2008, foi a vez do modelito "republicano". O país tornou-se republicano, as operações da Polícia Federal viraram republicanas, a oposição não captou o espírito republicano da coisa. Neste janeiro, inspirado no caso Battisti, Tarso Genro criou a linha "soberania".

"Foi uma das situações mais difíceis da minha vida", revelou o estilista na recente entrevista ao jornalista Alexandre Garcia. E momentos assim exigem costuras singularmente inventivas, souberam os brasileiros que acompanharam o delírio transmitido pela TV Globo. A década de 70, contou Tarso, "foi um período triste da História italiana". (Para restabelecer a alegria, jovens guerrilheiros criaram o mundo maravilhoso dos atentados a bomba e assassinatos).

"Na Itália, ao contrário do Brasil, não houve a anistia", pisou no acelerador. (Se ocupasse o mesmo cargo naquele país, portanto, Tarso estaria hoje em campanha para castigar os carcereiros e guardas daquela época). O entrevistador observou que a Itália do pós-guerra foi sempre um exemplo de democracia. Tarso fingiu concordar e decolou rumo a outra tese poderosa: a ocorrência de exceções confirma a existência do estado de direito. Quer dizer: se não houvesse de vez em quando episódios que escancaram a face autoritária, como a condenação de um justiceiro revolucionário, seria difícil perceber que, de modo geral, a Itália era mesmo uma democracia.

Como assim?, espantou-se a plateia. Muito simples, caprichou o pensador de Santa Maria. Os Estados Unidos mostram há mais de 200 anos o que é um regime democrático, certo? Mas criaram a prisão de Guantánamo, capaz de deixar insone qualquer torturador, certo? Está provado que democracia às vezes abriga coisas de ditadura.

Por que Tarso não se cala ao menos no mês do Carnaval?

Frattini: Tarso apoia 'ideias de guerrilha'

Chanceler ataca ministro por declarações em defesa de Cesare Battisti

• ROMA, BRASÍLIA e RIO. O ministro das Relações Exteriores da Itália, Franco Frattini, voltou ontem a criticar o ministro da Justiça brasileiro, Tarso Genro, ao acusá-lo de "apoiar ideias de guerrilha". Ele disse que Tarso, que concedeu status de refugiado político ao ex-ativista Cesare Battisti, confundiu os anos 70 do Brasil com a situação vivenciada na Itália no mesmo período.

— O caso de Cesare Battisti, no Brasil, foi analisado por um ministro da Justiça que tem uma visão ideológica e política muito evidente, de aberto apoio às ideias de guerrilha — disse o chanceler.

Para Frattini, Tarso fez "uma enorme confusão entre a situação ditatorial que infelizmente seu país enfrentou nos anos 70 com o que aconteceu na Itália, que vivia uma democracia".

— A posição do Brasil é errada juridicamente, inaceitável politicamente, e preocupa muito o preceito de que se possa colocar em discussão a democracia de um país-membro da União Europeia — afirmou.

No Rio, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, afirmou ontem que a decisão do Parlamento Europeu de analisar o caso Battisti não afetará os trabalhos da

Corte. Segundo ele, o destino do italiano será julgado em breve, e o Supremo dará "uma boa solução para o caso".

Ontem, os deputados da coalizão governista italiana Povo da Liberdade (PDL) no Parlamento Europeu afirmaram que planejam propor, na Casa, moção conjunta favorável à extradição de Battisti. Amanhã, o Parlamento debaterá o caso e haverá uma votação para exprimir a opinião dos deputados.

Advogados de Battisti reforçaram ontem a ofensiva para tentar caracterizar a Itália como um país que desrespeitaria os direitos humanos. Em mala-direta a jornalistas, a defesa do ex-ativista apelou a um re-

latório de 2007 em que a ONG Anistia Internacional critica o tratamento a presos e imigrantes em território italiano.

O documento menciona "constantes denúncias de uso excessivo da força e de maus-tratos praticados por funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei" no país. A Anistia critica a Itália por não tipificar o crime de tortura, o que daria espaço para abusos em delegacias e prisões. E conclui: "É um fato, não um argumento, que sustenta a preocupação de Battisti em ser extraditado". ■

OPINIÃO

QUESTÃO DE GOSTO

• O MINISTRO Tarso Genro considera-se injustiçado pelo que chama de "grande imprensa", cujo único objetivo, em sua opinião, seria a consolidação do neoliberalismo.

O MINISTRO da Justiça usa palavras difíceis sem necessidade. A verdade é que, do ponto de vista da (boa) imprensa, quase tudo o que importa é a criação de um ambiente onde a livre iniciativa possa firmar-se e

prosperar. Porque é nesse ambiente que a (boa) imprensa pode sobreviver por seus próprios meios.

NOS MODELOS de que o ministro parece gostar, a imprensa acaba dependente do(s) estado(s), cumprindo orientações de alguma alta personalidade ou "conselho".

O RESULTADO disso é trágico para a liberdade de informação e, consequentemente, para toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, de acordo com o Regimento, V. Ex^a será atendido na sua reivindicação de publicação.

Consultando a lista de oradores, não há comunicação inadiável, há uma inscrição de liderança pela Minoria, mas não está presente, o Senador Demóstenes Torres. Consultando a lista de oradores, convido para usar da palavra, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini, a Senadora do Partido dos Trabalhadores Fátima Cleide, que representa o Estado de Rondônia nesta Casa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Senadora Rosalba Ciarlini em aceitar a permuta.

Quero saudar todos os novos Prefeitos e Prefeitas que estão em Brasília, que aceitaram o convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o grande encontro que se realiza nesta cidade, desde a tarde de ontem, e saudar também as iniciativas do Presidente Lula com relação às medidas tomadas para viabilizar os nossos Municípios, diante da crise que se avizinha também em nosso País.

Sr. Presidente, nesse encontro de Prefeitos e Prefeitas que ocorre em Brasília, senti a ausência, embora a presença física estivesse lá, mas a ausência, como Prefeita, da minha companheira Maria do Carmo, que é a Prefeita da cidade de Santarém, no Estado do Pará.

Hoje venho a esta tribuna referir-me à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, tomada em dezembro do ano passado, de cassar o registro de candidatura da Prefeita Maria do Carmo, reeleita em outubro de 2008, com mais de 52% dos votos de seus concidadãos, em uma coligação, Senador Augusto Botelho, que reuniu nada mais nada menos que 11 partidos diferentes. O consenso em torno do nome dela, portanto, era grande e expressivo.

O que chama a atenção neste caso, Sr. Presidente, não é o fato da cassação, mas a razão apresentada para isso. Maria do Carmo não foi acusada de abuso de poder econômico, não foi acusada de corrupção eleitoral ou compra de votos, não responde a nenhum processo por improbidade administrativa nem a qualquer outro. Teve seu registro cassado simplesmente porque é membro licenciado do Ministério Público Estadual.

É bem verdade, Srs. Senadores, que, desde a Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, os membros do Ministério Público estão proibidos

de exercer atividades político-partidárias. Se querem fazê-lo, precisam exonerar-se ou aposentar-se. Maria do Carmo, no entanto, fora eleita pela primeira vez para a Prefeitura de Santarém, em outubro de 2004, portanto, antes da promulgação da Emenda. Pôde, assim, disputar a eleição sem se afastar definitivamente do cargo de Promotora de Justiça e, ao disputar e ganhar a eleição de 2004, adquiriu o direito, também garantido pela Constituição, de disputar a reeleição no pleito de 2008.

Temos, portanto, Sr. Presidente, um caso de conflito entre preceitos constitucionais; de um lado, o preceito, incluído no final de 2004, de que membros do Ministério Público estão proibidos de exercer atividade político-partidária. De outro, o preceito que concede o direito à reeleição a Prefeitos, Governadores e ao Presidente. A questão que se põe é: afinal, qual o preceito deve prevalecer no caso de Maria do Carmo?

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Fátima.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pois não, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria que a senhora me explicasse por que ela foi cassada. Eu não entendi bem. Por quê?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Ela teve o registro de candidatura cassado após ser reeleita, porque é membro do Ministério Público do Estado do Pará e não pediu exoneração.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Mas ela não era Prefeita antes de sair essa lei?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Era Prefeita, e é disso que estou falando, Senador Augusto Botelho. Estamos diante de um conflito de preceitos constitucionais. A ela é garantido também o direito de reeleição e, quando ela foi eleita em 2004, não havia ainda o dispositivo constitucional que proíbe aos membros do Ministério Público concorrer a cargos públicos, continuando como funcionários.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Augusto Botelho.

Então, Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores, senhores ouvintes e telespectadores, o caso não é tão simples.

Maria do Carmo teve pareceres favoráveis à sua permanência por parte do Juiz Eleitoral de Santarém e do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. No Tribunal Superior Eleitoral, perdeu por quatro votos a três, com voto favorável do próprio Presidente do Tribunal, Ministro Carlos Ayres Britto, ou seja, foram duas decisões a favor dela e uma contra, tomada, no entanto, com margem de apenas um voto.

Portanto, por uma margem ínfima, o mandato de Maria do Carmo está ameaçado. E isso, senhores, é, a meu ver, o mais grave. Uma ameaça ao mandato de Maria do Carmo é uma ameaça dirigida contra a vontade popular, que se manifestou duas vezes a favor da Prefeita em 2004 e 2008.

Considerando o respeito à vontade popular, fica claro que o caso não envolve apenas dois preceitos constitucionais, como eu já disse antes. São, na verdade, três que estão em jogo. E a introdução do terceiro, a meu ver, não deixa margem a dúvida, resolvendo definitivamente o conflito em favor da permanência de Maria do Carmo no mandato que o povo de Santarém lhe concedeu. Esse preceito, Sr^{as} e Srs. Senadores, é tão básico e fundamental que está logo no início da Carta Magna, no art. 1º: “Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. É esse princípio da soberania popular que, a meu ver, é decisivo.

Há, sem dúvida, um conflito entre a regra introduzida em 2004 que proíbe a atividade política dos membros do Ministério Público e a regra que concede o direito à reeleição. Mas, no caso de Maria do Carmo, não tenho dúvida em dizer que o princípio da soberania popular, somado ao direito que ela adquiriu ao ser eleita pela primeira vez, resolve o conflito, fazendo a balança pender favoravelmente à Prefeita. Como bem disse o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral em seu voto, “quando o eleitorado escolhe um prefeito, já o faz na perspectiva de reelegê-lo como direito fundamental dele, prefeito, e do próprio eleitor”.

O caso agora está no Supremo Tribunal Federal, que – tenho certeza – saberá examinar a questão com o cuidado que ela pede e que o Tribunal sempre manifesta em suas decisões.

Sei que o STF, na defesa incansável da Constituição, saberá pesar os diversos princípios em jogo, e decidirá favoravelmente à Prefeita eleita de Santarém.

Sr. Presidente, é lamentável quando os ressentimentos da derrota política prolongam-se em disputas jurídicas como esta. Felizmente, nossa Corte Suprema é suficientemente sábia para não se deixar levar pelas estratégias dos ressentidos. Tenho confiança de que revisará a decisão do TSE.

Maria do Carmo é uma importante militante do Partido dos Trabalhadores. Foi a deputada estadual mais votada do partido no Pará, e, por pouco, em 2002, não se elegeu governadora do Estado. Eleita e reeleita Prefeita de Santarém, tem, portanto, grande apoio popular no Estado do Pará, fruto do reconhecimento do seu trabalho por parte do povo paraense.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, me solidarizar com Maria do Carmo e com todo o povo de Santarém. Eu mesma fui testemunha. Ao chegar a Santarém, me dirigindo ao interior daquela cidade, ao pegar um táxi, Senador Augusto Botelho, de madrugada, perguntei sobre a situação política da cidade. E o taxista, sem saber quem eu era, me respondeu: “Estão querendo afastar do poder a nossa querida Maria do Carmo”. E o senhor sabe que o taxista é um ótimo elemento de medição, de aferição do quanto uma pessoa é benquista na cidade.

E quero também, Sr. Presidente, reiterar aqui a minha confiança no Supremo Tribunal Federal. Tenho certeza de que esse Tribunal não hesitará em devolver o mandato a Maria do Carmo, e, assim fazendo, devolverá ao povo de Santarém a Prefeita que legitimamente ele escolheu em 2008.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer este pronunciamento na tarde de hoje porque considero grande injustiça o que está sendo feita com a Prefeita Maria do Carmo e injustiça que se coloca todos os dias aqui em nossos olhos.

Lamentavelmente, em relação ao meu Estado, Rondônia, a Justiça não age da mesma forma quando está lidando com pessoas, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que, comprovadamente por inquéritos da Polícia Federal, cometeram crimes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu estou lhe dando o tempo que V. Ex^a deseja.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Desses, o crime eleitoral é o menor e, infelizmente, continuam exercendo o mandato. Isso me causa uma grande indignação e, por essa razão, vim a esta tribuna fazer esse registro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui é a tribuna para isso porque o nosso patrono, Rui Barbosa, disse que só há um caminho para salvação: a lei e a justiça, e o que está acima, bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.

Estamos alternando e agora chegou um documento da Liderança da Minoria, outorgando a palavra a Demóstenes Torres, que muito se aproxima a Rui Barbosa. Sem dúvida alguma, é um dos homens que têm mais firmeza no Direito. Por isso que se anuncia que ele vai fortalecer e engrandecer o Senado com o seu nome na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, substituindo a figura de grande intelectualidade que é Marco Maciel.

O Regimento Interno diz que o Líder tem a palavra por cinco minutos, mas tem o espírito da lei que me permite dar-lhe o tempo que V. Ex^a desejar, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “os esquerdistas acreditam que a cadeia foi feita apenas para o inimigo. Afinal, eles são os portadores do futuro. Prendê-los seria prender o sonho de liberdade”. (Reinaldo Azevedo)

Hoje faz 20 dias que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de forma gratuita e irresponsável, criou uma séria crise de diplomática com a Itália. A motivação de tamanho desatino mora na decisão do ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro, de conceder refúgio político ao notável bandido, assassino e terrorista italiano, Cesare Battisti. O assunto a cada dia ganha mais força e recebeu ingrediente político adicional com a decisão do Parlamento Europeu de condenar a decisão brasileira.

Como são muito emocionais, há italianos em greve de fome, e um Deputado em Roma sugeriu que o Brasil é mais conhecido pelas pernas das mulatas do que pelo cérebro dos juristas. O que não é verdade. O italiano, nesse caso, errou. Ele não pode atacar o brasileiro por uma decisão do Ministro da Justiça.

Cesare Battisti é um grande terrorista.

O Ministro Tarso Genro errou, sem sombra de dúvidas. Agora, temos que dizer com todas as letras: o caso Battisti deu uma injeção de ânimo ao movimento que luta pela punição dos terroristas que infernizaram a Itália na década de 1970.

O desgaste deve continuar até que o Supremo Tribunal Federal dê a decisão final sobre o pedido de extradição do terrorista feito pelo governo italiano para que Battisti cumpra pena de prisão perpétua por quatro assassinatos cometidos há 30 anos, ou menos até.

O Presidente Lula naturalmente que autorizou o Ministro da Justiça a conceder este tremendo bom dia a cavalo, e agora, para manter o moral político do Dr. Tarso Genro, transforma o inconveniente em questão patriótica. Portanto, como da parte do Governo Lula não haverá recuo, caberá mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal tomar uma decisão política, a fim de resgatar a sensatez roubada por um ato administrativo irresponsável. Basta que o Supremo Tribunal Federal julgue o mérito da ação e entenda que Battisti cometeu crimes comuns de homicídio, o que corresponde com os fatos conforme muito bem considerou o Procurador Geral da República em muito bem fundamentado parecer.

O fato é que, deliberadamente, o Dr. Tarso Genro criou um problema de grande magnitude com um país irmão, cujas relações diplomáticas e comerciais sempre foram tratadas em primeira linha, para sustentar um capricho ideológico. Como é sabido, o Ministro da Justiça, contrariando uma decisão do Comitê Nacional

para os Refugiados (Conare), e em desacordo completo com o parecer do Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Souza, no processo de extradição do Senhor Battisti, decidiu conferir ao terrorista as benesses da impunidade à brasileira.

No ponto de vista forma, o Ministro da Justiça, de acordo com o art. 29 da Lei nº 9.474/1997, enquanto instância recursal da decisão do Conare, poderia e tinha o poder de acatar ou não a negativa do *status* de refugiado político ao Sr. Battisti. Tampouco deveria seguir automaticamente a posição processual do Procurador-Geral da República, já que se trata de um ato de competência do Poder Executivo.

Agora, é inquestionável que, ao rumar na contramão do melhor direito, o Ministro deixou de lado os postulados da Justiça para se fundamentar em princípios mesquinhos e revanchistas uma decisão política. Seria uma solução soberana de um país independente e democrático, como se referiu o Presidente Lula em socorro ao estrago da imagem institucional do Brasil? Perfeitamente, uma decisão de soberana estultice. Não é a primeira vez que o Dr. Tarso Genro faz interpretação dos estatutos legais brasileiros ora para proteger bandidos, ora para perseguir inocentes.

Foi assim no processo de extradição do Sr. Olivério Medina – um criminoso das Farc creditado informalmente no Governo Lula como embaixador da narcoguerrilha colombiana – e no caso da expulsão dos atletas cubanos que só queriam um lugar ao sol longe da ditadura dos irmãos Castro. A conduta do senhor Medina em território brasileiro, conforme documentação apreendida em poder do terrorista Raúl Reyes, é motivo substancial para que o narcobandido perdesse a condição de refugiado por praticar atividades contrárias à segurança nacional e à ordem pública. Mas, ao contrário, o que o governo fez foi premiar a esposa do narcoguerrilheiro com um cargo de confiança no Ministério da Pesca.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente! Esse senhor é um embaixador aqui das Farc, um movimento que trafica drogas, que mata inocentes, que sequestra. E o que o Brasil fez? O que é que o Ministro fez? Concedeu o refúgio, a condição de refugiado a Olivério Medina. E agora? Foram apreendidas no computador do senhor Raúl Reyes, quando morto, mensagens desse senhor aqui no Brasil, já refugiado, contribuindo com a narcoguerrilha colombiana. Qual era a obrigação do Ministro Tarso Genro? Imediatamente conceder-lhe ou cancelar a sua condição de refugiado. Fez isso o Sr. Tarso Genro? Por que não fez? E por que agiu dessa forma com aqueles que buscaram a condição de exilados no Brasil, os cubano?. Por que os expulsou e os mandou embora imediatamente? Por uma simples

verve ideológica esquerdista. Isso é um absurdo. O Brasil não pode proceder dessa forma.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro da Justiça, fundamentou a sua decisão de conceder status de refugiado político ao Sr. Cesare Battisti – respeitosamente tratado pelos petistas como escritor e filósofo – no argumento de que “o contexto em que ocorreram os delitos de homicídio imputados ao recorrente, as condições nas quais foram montados os seus processos, a sua total impossibilidade de ampla defesa face à radicalização da situação política na Itália, no mínimo geram uma profunda dúvida sobre se o recorrente teve direito ao devido processo legal”. Definitivamente isso não é verdade.

Caros Senadores, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero mostrar duas situações. Primeiro, eu tenho visto aqui Senadores trazendo cartas disso, daquilo, aquilo outro, dizendo que estão em busca da verdade. O Brasil não pode rever a decisão da Corte italiana. O que está sendo trazido aqui são cartas fora dos autos. Outro dia um Senador me perguntou: “O Senhor quer ir falar com Cesare Battisti?” Eu não! Não quero falar com ele, não quero falar com Daniel Dantas, não quero falar com Ferdinando Beira-Mar. Se eles estivessem sendo torturados, aí sim, uma comissão de Senadores deveria ir lá, pois estavam sendo maltratados no Brasil.

Agora, eu quero que os senhores percebam o que já decidiu o Supremo Tribunal Federal brasileiro e o que disse o Sr. Procurador-Geral da República Antonio Fernando:

“Outrossim, são incabíveis as discussões a respeito das provas que ensejaram a condenação e do próprio mérito desta, conforme jurisprudência dessa Corte [e traz o julgado cujo Relator foi o Ministro Celso de Mello]: Inadmissibilidade de discussão sobre a prova penal produzida perante o tribunal do Estado requerente. (...)”

A ação de extradição passiva não confere, ao Supremo Tribunal Federal, qualquer poder de indagação sobre o mérito da pretensão deduzida pelo Estado requerente ou sobre o contexto probatório em que a postulação extradicional se apóia”.

Não pode o Governo brasileiro julgar novamente esse senhor. Tem que julgar se ele cometeu crime político ou se ele era terrorista. Querer rever as provas do governo italiano é um absurdo, assim como o seria se o governo italiano quisesse rever as provas, interferir na Justiça brasileira. Isso também seria um absurdo.

Ainda assim o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando, traz aqui o que esse suposto inocente na realidade fez. O que diz o nosso querido Antonio Fernando se reportando ao processo na Itália? Primeiro ele diz:

“CESARE BATTISTI foi condenado por homicídios que, embora guardem certa motivação política [porque disse que fez isso em nome de uma ideologia], não tiveram como plano de fundo, por exemplo, uma manifestação ou rebelião, além de ceifarem a vida de civis e de autoridades que se encontravam então indefesos.”

E aí ele transcreve textos que dizem o seguinte: homicídio de Antonio Santoro, Marechal dos agentes de custódia do cárcere de Udine, acontecido em Udine em 6 de junho de 78.

A modalidade exata de tal homicídio foi assim reconstruída: (sic) o Battisti e Enrica Migliorati ficaram abraçados por cerca de dez minutos, apenas a alguns metros de distância do portão do prédio de Santoro enquanto Pietro Mutti e Claudio Lavazza esperavam no carro a chegada da vítima. Battisti se destacou imediatamente de Migliorati, se aproximou correndo de Santoro e o feriu primeiro com um tiro nas costas e com outros dois tiros, quase à queima-roupa, quando o Marechal era já à terra.

Então esse cidadão é um criminoso frio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Permito assim que eu terminar a leitura do relato do Procurador-Geral da República do Brasil, Dr. Antônio Fernando de Souza, mas permitirei o aparte.

Homicídio em Mestre em 16 de fevereiro de 1979. No dia 16 de fevereiro de 1979, lá pelas 16:50 horas, dois indivíduos de sexo masculino, com o rosto descoberto, mas com a barba e bigodes postiços, entram no açougue dirigido por Lino Sabbadin, em Caltana di Santa Maria di Sala, perto de Mestre e um destes, depois de ter se certificado que aquele homem que era diante dele era o próprio Sabbadin em pessoa, extraiu fulminantemente uma pistola de uma bolsa que trazia consigo e explodiu contra este dois golpes de pistola, fazendo-o cair pesadamente sobre um estrado, atrás do balcão, onde naquele momento estava trabalhando; imediatamente depois, dispara outros dois tiros sobre o alvo que, no mais, é já à terra, e tudo com a clara intenção de matar.

Isso aqui é *ipsis litteris*.

As investigações estabeleceram que os indivíduos de sexo masculino que entraram na loja do Sabbadin eram Cesare Battisti e Diego Giacomini.

Homicídio de Pierluigi Torregiani, acontecido em Milão em 16 de fevereiro de 1979. Às 15 horas de 16 de fevereiro de 1979, enquanto se dirigia para sua loja a pé, em companhia de seus dois filhos menores, Pierluigi Torregiani cai vítima de uma emboscada.(...) A decisão de matar o Torregiani amadureceu juntamente com aquela de matar o Sabbadin. As duas ações homicidas foram decididas juntamente, executadas quase contemporaneamente e unitariamente reivindicadas. (...))

Para decidirem sobre os dois homicídios foram feitas uma série de reuniões. Além disso, no curso das reuniões acima citadas, na casa de Mutti e de Bergamin, Battisti reforçou muitas vezes a necessidade inevitável da ação homicida.

O homicídio de Andrea Campagna, acontecido em Milão, em 19 de abril de 1979.

Às 14 horas do dia 19 de abril de 1979, o agente de polícia de Estado Andrea Campagna, membro da DIGOS, de Milão, com função de motorista, depois de ter visitado a namorada, junto à qual, como todos os dias, almoçava, se preparava, em companhia do seu futuro sogro para pegar o seu carro estacionado à via Modica, para depois acompanhá-lo na sua loja de sapatos da via Bari.

A este ponto, vinha improvisamente, enfrentado por um jovem desconhecido, que, aparecendo de repente detrás de um carro estacionado ao lado do carro do policial, explodia contra ele, em rápida sucessão, cinco tiros de pistola.(...)

Além disso, foi o próprio Battisti que cometeu materialmente o homicídio, explodindo cinco tiros na direção do policial, enquanto uma segunda pessoa o esperava a bordo de um Fiat 127 roubado e utilizado para a fuga.

Então, essas são as palavras do Sr. Procurador-Geral da República...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, desculpe-me interrompê-lo é que vai assumir a Presidência o nosso Presidente, de fato e de direito, este grande estadista do nosso País – que agora eu vi aqui, um quadro vale por dez mil palavras, os Prefeitos do nosso Brasil – ele que foi extraordinário Governador do Estado do Maranhão, foi um brilhante e extraordinário Presidente da República, no momento

mais difícil da história, foi do Executivo, é do Judiciário, pela sua formação de professor de Direito e, sem dúvida nenhuma, é um nome que iguala-se a Rui Barbosa, 32 anos Senador da República, com a diferença de ele ser três vezes Presidente do Senado, e Rui Barbosa não foi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Filho de um promotor de justiça e um desembargador...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite muito brevemente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Concedo. Concederei ao Senador Suplicy, perdoem-me, porque o Senador chegou esbaforido para defender o Battisti e eu quero ouvi-lo. Envidarei a palavra a V. Ex^a em seguida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Suplicy, pediria a V. Ex^a que uma das características que desejo dos Srs. Senadores é o irrestrito seguimento do nosso Regimento. Tendo a palavra pela liderança, não temos apartes. V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Fico satisfeito de começar a presidir esta sessão ouvindo V. Ex^a. Em seguida, V. Ex^a poderá ter a oportunidade de falar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, então peço a gentileza ao Senador Demóstenes Torres para que possa me ouvir. Voltarei daqui cerca de trinta minutos. Tenho um encontro de pronto no Supremo Tribunal Federal sobre este assunto. Em trinta minutos, pediria a oportunidade de esclarecer com respeito ao pronunciamento. Agradeço muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Suplicy, agradeço a compreensão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado. Esperarei o momento em que V. Ex^a esteja em plenário, em aproximadamente trinta minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço. Como V. Ex^a estará falando como orador, espero que V. Ex^a me conceda os apartes para que possamos discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Como dizia...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Dê-me logo dez minutos, Sr. Presidente. Pediria só a V. Ex^a que me desse mais alguns minutos de tolerância. (Pausa) Dê-me logo dez minutos, Sr. Presidente, que encerro este pronunciamento e não volto mais a esse assunto, só como ouvinte.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Ex^a sabe que, com o apreço que tenho a V. Ex^a, eu o faria, mas quero que todos tenhamos o maior respeito pelo Regimento da Casa, que garante a todos nós. V. Ex^a vai colaborar comigo nesse sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) –

Com certeza.

Sr. Presidente, então, o que eu dizia é que Cesare Battisti é um criminoso. E mais: disseram que ele não teve direito à ampla defesa. O Sr. Procurador-Geral da República disse que a defesa foi tão eficiente que chegou a conseguir a anulação de um julgamento. E mais: ontem, em uma entrevista ao jornal **Folha de S. Paulo**, o juiz Guido Salviani, que presidiu o julgamento, disse que Cesare Battisti foi julgado por 32 juízes. Suas sentenças chegaram a ser anuladas duas vezes até que fosse confirmada pela Corte de Cassação e pelo Supremo Tribunal Federal italiano. Então, ele teve, sim, esse direito.

Dizem que ele foi julgado à revelia, mas é isso mesmo. Quem foge é julgado de que forma, qual é a maneira? O Brasil também julga assim. Agora mesmo aprovamos, na reforma do Tribunal do Júri – tive oportunidade de ser relator –, um procedimento que diz claramente que, quando a pessoa foge no decorrer do processo, o processo segue à revelia, e foi o que aconteceu com o Sr. Cesare Battisti. E mais: a sua decisão, a decisão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) –

Peço só mais um minuto, Sr. Presidente. (Pausa.)

Então só para dizer que a própria Justiça italiana e, depois, a Justiça francesa, a Corte européia, todos reconhecem neste senhor a condição de terrorista.

Por fim, pra encerrar, e talvez depois eu tenha que voltar para fazer um novo pronunciamento. Esse senhor quer se refugiar no Brasil, e, se abrimos precedente, há uma leva de terroristas de esquerda do mundo inteiro querendo vir morar aqui. E os senhores sabem onde ele escolheu para morar? Copacabana. Quer a vida deliciosa de Copacabana, Sr. Presidente do Senado Federal! É isso que queremos para o Brasil? É a pergunta que faço.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, avisos do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISO DO

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

- Nº 13/2009, de 13 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.140, de 2008, do Senador Marco Antonio Costa;
- Nº 15/2009, de 16 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.066, da Senadora Marina Silva;
- Nº 16/2009, de 16 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.247, de 2008, senador Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 1/2009, de 9 de janeiro último, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.064, de 2008, da Senadora Marina Silva;
- Nº 8/2009, de 9 de janeiro último, do Ministro de Estado da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.067, de 2008, do Senador Álvaro Dias;
- Nº 6/2009, de 8 de janeiro último, do Ministro de Estado da Previdência Social, comunicando que o assunto abordado no Requerimento nº 1.226, de 2008, do Senador Sérgio Zambiasi, é de competência do Ministério da Fazenda; e
- Nº 9/2009, de 9 de janeiro último, do Ministro de Estado da Previdência Social encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.145, de 2008, do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As informações e a comunicação foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Banco Central do Brasil que passo a ler.

É lido o seguinte:

- Aviso nº 2, de 2009-CN(nº 7/BCB-Presi, de 30 de janeiro de 2009, na origem), do Presidente Subs-

tituto do Banco Central do Brasil, encaminham o Relatório trimestral sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas por aquela Instituição, referentes a 4º trimestre de 2008, conforme determina o art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2009

Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para modificar o prazo de indicação de candidatas e a periodicidade de entrega do Diploma.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução nº 2, de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Diploma será conferido, a cada dois anos e sempre em anos ímpares, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se na semana em que ocorrer o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, e agraciará cinco mulheres de diferentes áreas de atuação. (NR)”

“Art. 3º A indicação da candidata ao Diploma deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo currículo e de justificativa, até 1º de julho do ano anterior ao da sessão a que se refere o art. 2º.

Parágrafo único. Poderão indicar um nome de candidata ao Diploma entidades governamentais ou não-governamentais e parlamentares, à exceção de Senadores. (NR)”

“Art. 4º Será constituído, a cada dois anos, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal, para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas.

Parágrafo único. O Conselho escolherá, dentre seus integrantes, o seu presidente. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Bertha Maria Júlia Lutz, que inspirou a criação do Diploma criado no Senado Federal, nasceu em São Paulo, em 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz. Tornou-se líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras por ter sido responsável pela aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas.

Assim, o Diploma Bertha Lutz foi instituído, em 2001, como forma de homenagear mulheres que, no País, ofereceram contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero.

Contudo, a Resolução que criou o Diploma estabeleceu periodicidade de um ano para a realização de sessão destinada a agraciá-las mulheres de destaque no País. Essa periodicidade gera complicadores para as instituições proponentes e para o próprio Senado, na medida em que cerra portas a um processo mais estruturado de busca e seleção de candidatas à homenagem. Afinal, a indicação é resultado de pesquisa das organizações junto a suas bases para colher sugestões de nomes de mulheres que prestaram e prestam serviços de reconhecida importância para as comunidades e para o País.

Também no Senado, o processo de seleção e escolha das agraciadas impõe, além de uma avaliação criteriosa dos documentos enviados, a elaboração de relatórios e a análise por parte dos Senadores dos currículos das candidatas. Impõe, ainda, a elaboração e publicação do material de divulgação e a organização da sessão especial. Hoje, todo esse processo se dá em apenas um mês – tempo seguramente insuficiente para a magnitude da tarefa.

Por essa razão, julgamos ser necessária a alteração da Resolução nº 1, de 2001, para modificar a periodicidade da entrega do Diploma para dois anos.

Julgamos igualmente importante alterar a Resolução para permitir aos parlamentares, à exceção dos Senadores, a indicação de nomes de candidatas. Afinal, são eles os legítimos representantes do povo brasileiro.

Assim sendo, conclamamos os nobres Pares a apoiarem a presente proposta que, certamente, aperfeiçoará a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz nesta Casa.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. –
Senadora **Serys Slhessarenko**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora)

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 23, DE 2009****Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional da Mulher Negra” e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”, a ser comemorado anualmente no dia 25 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A mulher luta há anos por reconhecimento e por valorização na sociedade. Em nosso país temos o preconceito contra as mulheres praticamente institucionalizado e com agravante para algumas, a cor da pele, que as tornam alvos de mais discriminação.

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da realidade vivida na escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, tem jornadas de trabalho mais longas e menores rendimentos.

A mulher negra, portanto, tem que dispor de uma grande energia para superar as dificuldades que se impõe na busca da sua cidadania. Poucas mulheres negras conseguem ascender socialmente. Contudo, é possível constatar que está ocorrendo um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos.

A discriminação racial na vida destas mulheres é constante; apesar disso, muitas constituíram estratégias próprias para superar as dificuldades decorrentes dessa problemática.

Por tudo isso é que a instituição de um dia nacional da mulher negra é valorizar sua existência, é reforçar sua importância para a sociedade, é tornar visível suas demandas, sua situação. Este é o significado da data, celebrar a existência e dar voz e forma aos anseios das mulheres negras.

No dia 25 de julho é celebrado anualmente o Dia Internacional de Luta da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, entretanto o Brasil não tem uma data oficial de celebração da mulher negra, sendo importante termos em nosso calendário oficial de datas comemorativas um dia para homenagear a existência da mulher negra.

No entanto, é preciso criar um símbolo para a mulher negra, tal como existe o mito ZUMBI dos Palmares, as mulheres carecem de heroínas negras que reforcem o orgulho de sua raça e de sua história, de mulheres que sirvam de espelho para as batalhas cotidianas de cada mulher negra. Desta forma apresento, como forma de resgatar a memória de uma heroína negra negligenciada pela história, a homenagem à Tereza de Benguela

Tereza de Beneguela viveu na histórica cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a primeira capital de Mato Grosso, localizada às margens do rio Guaporé. Ela foi líder quilombola no século XVIII. Não se sabe ao certo se nasceu em Benguela, Angola, ou se nasceu no Brasil. Para nós, mulheres, importa o exemplo de garra e competência na luta contra a opressão.

Era esposa de José Piolho, que chefiava o Quilombo do Quariterê. Quando seu marido, José Piolho, morreu Teresa assumiu o comando. Tornando-se uma líder implacável e obstinada. Valente e guerreira ela comandou uma comunidade de três mil pessoas, o quilombo cresceu tanto ao seu comando que agregou índios bolivianos e brasileiros, o que despertou a atenção da Coroa, pois isto influenciaria a luta dos bolivianos e americanos (ingleses e espanhóis) para a passagem de mercadorias e internacionalização da Amazônia. Sob sua liderança, o quilombo resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770.

O Quilombo do Quariterê possuía organização político-administrativa, com parlamento, Conselhos (Ministérios) e uma Rainha, Tereza de Benguela – a Rainha Negra do Pantanal.

A Rainha Teresa comandou a estrutura política, econômica e administrativa do Quilombo, mantendo um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou resgatadas das vilas próximas.

O Quilombo desenvolvia agricultura de algodão e possuía teares onde se fabricavam tecidos que eram comercializados fora dos quilombos, como também os alimentos excedentes.

Pelo exposto reforçamos a necessidade de se homenagear a mulher negra e personificar esta homenagem elevando ao status de heroína nacional uma mulher negra e do interior do Brasil, criando uma referência histórica para todas as mulheres, em especial às mulheres negras.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 24, DE 2009**

Acrescenta artigo à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para assegurar direitos dos passageiros de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 42-A São direitos do passageiro de transporte rodoviário coletivo regular interestadual e internacional:

- I – receber serviço adequado;
- II – receber do Ministério dos Transportes e da transportadora informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III – obter e utilizar o serviço com liberdade de escolha;
- IV – levar ao conhecimento do órgão de fiscalização as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço delegado;
- V – estar garantido por seguro de responsabilidade civil da transportadora, nos termos do disposto em norma regulamentadora;
- VI – ser transportado com pontualidade, segurança, higiene e conforto, do início ao término da viagem;
- VII – ter garantida sua poltrona no ônibus, nas condições especificadas no bilhete de passagem;
- VIII – ser atendido com urbanidade pelos prepostos da transportadora e pelos agentes de fiscalização;
- IX – ser auxiliado no embarque e desembarque, em se tratando de crianças, pessoas idosas ou com dificuldades de locomoção;
- X – receber da transportadora informações acerca das características dos serviços, tais como horários, tempo de viagem, localidades atendidas, preço de passagem;
- XI – transportar, gratuitamente, bagagem no bagageiro e volume no porta-embulhos, observados os limites constantes do bilhete de passagem;

XII – receber os comprovantes dos volumes transportados no bagageiro;

XIII – ser indenizado por extravio ou dano da bagagem transportada no bagageiro;

XIV – receber a diferença do preço da passagem, quando a viagem se faça, total ou parcialmente, em veículo de características inferiores às daquele contratado;

XV – receber, às expensas da transportadora, enquanto perdurar a situação, alimentação e pousada, nos casos de venda de mais de um bilhete de passagem para a mesma poltrona, ou interrupção ou retardamento da viagem, quando tais fatos forem imputados à transportadora;

XVI – receber da transportadora, em caso de acidente, imediata e adequada assistência;

XVII – transportar, sem pagamento, crianças de até cinco anos, desde que não ocupem poltronas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores;

XVIII – efetuar a compra de passagem com data de utilização em aberto, sujeita a reajuste de preço se não utilizada dentro de um ano da data da emissão.

Parágrafo único. Nas hipóteses de cancelamento da viagem, recusa injustificada de embarque ou atraso superior a 2 (duas) horas, a transportadora pagará ao passageiro, de imediato e em dinheiro, multa correspondente ao valor da passagem, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior confirmada pelo órgão fiscalizador, sem prejuízo da utilização do bilhete de passagem em data posterior ou do reembolso do valor pago.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, no Brasil, é um serviço público essencial, responsável por uma movimentação superior a 140 milhões de usuários a cada ano.

Trata-se da principal modalidade na movimentação coletiva de usuários, nas viagens de âmbito interestadual e internacional. O serviço interestadual, em especial, é responsável por quase 95% do total dos deslocamentos realizados no País. Sua participação na economia brasileira é expressiva, assumindo um faturamento anual superior a R\$ 2,5 bilhões, com a utilização de 13.400 ônibus.

Apesar da importância dessa atividade para a vida dos brasileiros, o tratamento legal da matéria é insatisfatório. Não há uma lei específica para o setor. A principal norma jurídica é o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que “dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências”.

A presente proposição visa assegurar ao passageiro rodoviário a proteção legal de seus direitos, em complementação ao disposto no Código do Consumidor. Nesse sentido, inserimos na Lei nº 10.233, de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, artigo sobre os direitos do passageiro de transporte terrestre.

Além dos direitos atualmente constantes do decreto regulamentador, propomos que a transportadora pague uma multa ao passageiro, correspondente ao valor da passagem, sempre que houver recusa injustificada de embarque, cancelamento da viagem ou atraso superior a duas horas.

Contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação desse projeto, que beneficiará aos usuários do principal meio de transporte interurbano em nosso País.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2009

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar o valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre mulheres e homens

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 401-C:

“Art. 401-C. Pela infração do art. 373-A, III, será imposta ao empregador a multa administrativa de 2 (duas) a 20 (vinte vezes) o salário da trabalhadora prejudicada, elevado em 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há poucos dias, a imprensa noticiou a assinatura, pelo Presidente Barack Obama, dos Estados Unidos da América, da chamada Lei Lilly Ledbetter de Igualdade de Pagamento. Esta lei estabelece que, na ocorrência de qualquer hipótese de pagamento diferenciado de trabalhadores, baseado em gênero, raça, religião e idade, o prazo de cento e oitenta dias para ajuizamento de queixa perante o órgão administrativo responsável pelo monitoramento de iguais condições de trabalho será contado a partir de cada uma das violações cometidas, ou seja, a partir de cada pagamento. Ainda, possibilita o pagamento de compensação salarial referente a até dois anos do contrato de trabalho.

Sem embargo da importância da medida, é certo que a legislação brasileira possui um grau de proteção semelhante e, em alguns aspectos, mais elevado que o da legislação norte-americana, dado que a prescrição, conforme o disposto no art. 7, XXIX, da Constituição Federal é de cinco anos, limitada a propositura de reclamação trabalhista a dois anos da extinção do contrato de trabalho.

No entanto, a comparação de dados permite verificar que a disparidade de salários entre homens e mulheres é mais comum e mais elevada, em média, que nos Estados Unidos.

O exame da legislação pertinente – art. 7º da Constituição Federal e arts. 5º, 373-A, 401 e 461 da CLT – permite inferir que não se trata da ausência de instrumentos legais que favorece a permanência de tais iniquidades. A trabalhadora brasileira dispõe de mecanismos judiciais adequados para a persecução de seu direito a receber igual remuneração que seus colegas homens pelo desempenho do mesmo trabalho.

Ocorre que, ainda que existentes, as sanções administrativas cabíveis em caso de desrespeito desses dispositivos legais, contidas no art. 401 da CLT, são insuficientes para garantir uma efetiva vigilância e aplicação por parte dos empregadores.

Assim, apresentamos o presente projeto como modo de oferecer punições financeiramente mais substanciais ao empregador que não observe a necessária igualdade entre gêneros na remuneração e na administração de sua mão-de-obra.

A proposição aumenta o valor da multa administrativa aplicável e constitui, assim, um incentivo negativo aos empregadores infratores.

Com a certeza de que serão sensíveis ao pleito de igualdade das trabalhadoras do Brasil, pedimos aos nossos pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 26, DE 2009****Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, no Estado de Mato Grosso**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop, vinculado ao Ministério da Educação, com sede no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição do estabelecimento de ensino;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento do estabelecimento de ensino;

III – lotar no estabelecimento de ensino os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º O Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop terá como objetivos ministrar o ensino tecnológico, inclusive de nível superior, em áreas de interesse para o Estado de Mato Grosso, especialmente as de turismo, meio-ambiente, agropecuária e exploração agroflorestal.

Art. 3º A implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sinop fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei n.º 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criação do CEFET de Sinop é uma reivindicação antiga da região, por ser um pólo importante do agro-negócio e necessitar em larga escala de mão-de-obra qualificada, que por vezes é preciso trazer de outras regiões por não encontrar a oferta adequada.

Vamos ampliar as opções de ensino para a população da região norte do Estado de Mato Grosso,

levando desenvolvimento e qualificação profissional de qualidade para a população, especialmente jovens.

Um dos grandes gargalos para o desenvolvimento das cadeias produtivas é a qualificação profissional. O turismo é uma das áreas que mais se ressentem por não possuir adequados recursos humanos para seu desenvolvimento, carecendo de profissionais qualificados para atuação na área.

Desta forma, acreditamos que autorizar o executivo a criar o CEFET de Sinop estaremos investindo no futuro de nosso Estado, de nossa população e de nossos jovens. Viabilizar o acesso ao ensino público federal é garantias reais de qualificação e empregabilidade no mercado de trabalho, além de significar incremento na qualidade da produção da região.

A vocação agroindustrial do Estado deve ser respeitada com a criação de cursos que atenda à demanda crescente por mão-de-obra, assim como no desenvolvimento de técnicas mais adequadas para o correto manejo ambiental.

Por tudo isto que acreditamos ser de grande interesse regional e nacional a criação deste CEFET.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 27, DE 2009****Altera o § 4º do art. 275 do Código Eleitoral, para determinar que os embargos de declaração interrompam o prazo para a interposição de outros recursos, e para permitir a imposição de multa na hipótese de recurso protelatório.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 275 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 275.
.....

§ 4º Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

I – Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

II – Na reiteração de embargos protelatórios, a multa será elevada para até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ficando condicionada

a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.

III – Os valores mencionados nos incisos I e II do § 4º deste artigo serão corrigidos mês a mês pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) ou qualquer outro que venha a substituí-lo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Processo Civil prevê, no art. 535, o cabimento de embargos de declaração para esclarecer pontos omissos, obscuros ou contraditórios nos pronunciamentos judiciais.

Esse mesmo diploma legal diz, no art. 538, que essa medida *interrompe* o prazo para outros recursos, o que significa que depois de julgados os embargos de declaração, o prazo para outros recursos recomeça por inteiro, sem qualquer desconto do dias utilizados para a medida prevista no art. 535.

O Código Eleitoral também prevê o cabimento de embargos de declaração para esclarecer dúvida, suprir omissões, obscuridades ou contradições nos julgados de processos eleitorais.

Diferentemente do que acontece no processo civil, o Código Eleitoral estabelece no § 4º do art. 275 que a medida *suspende* o prazo para outros recursos, de modo que o intervalo de tempo utilizado até a sua tempestiva interposição é descontado do lapso temporal do recurso subsequente.

Assim, em resumo, no caso de *suspensão* o prazo já decorrido e utilizado para os embargos de declaração é computado, enquanto que na *interrupção* o prazo é reiniciado por inteiro após a cessação da causa interruptiva.

Apesar dessa substancial distinção, com bastante frequência a Justiça Eleitoral vem aplicando a regra do Código de Processo Civil (art. 538) em detrimento da redação vigente do § 4º do art. 275 do Código Eleitoral.

E o objetivo do projeto é tornar regra aquilo que a Justiça Eleitoral já vem aplicando, positivando que os embargos de declaração em matéria eleitoral *interrompem* o prazo para outros recursos.

Com isso, objetiva-se dar tratamento uniforme ao assunto de modo a evitar interpretações divergentes; conferir tratamento isonômico às partes litigantes; facilitar o trabalho dos advogados.

Acredita-se que esses benefícios serão atingidos sem trazer qualquer prejuízo ao rápido andamento dos processos, a exemplo do que foi feito no processo civil,

que passou por idêntica alteração quando a Lei nº 8.950 de 1994 deu a atual redação do art. 538 do CPC.

Outra inovação diz respeito às consequências para a interposição dos embargos de declaração com caráter protelatório.

No processo civil, a sanção é pecuniária, sendo lícito ao juiz ou tribunal fixar multa de 1 a 10% do valor da causa (art. 538, parágrafo único do CPC).

Na Justiça Eleitoral, a sanção é a declaração de não-suspensão do prazo, o que, conseqüentemente, impede a interposição de outros recursos e coloca a parte diante de uma grande insegurança jurídica.

O projeto também se propõe a alterar essa distorção, de modo a positivar a possibilidade de fixação, também na Justiça Eleitoral, de multa para a hipótese de embargos de declaração com caráter protelatório, o que também já vem acontecendo em casos específicos.

Contudo, há duas diferenças em relação ao processo civil.

Primeira: a multa não será revertida em favor da parte contrária, mas, sim, em favor do Estado, como acontece com todas as outras multas aplicadas nos processos eleitorais.

Segunda: será estabelecido valor certo para a multa, fixado em moeda corrente, a ser atualizado pelo índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias (IPCA), e não em percentual sobre o valor da causa, já que os processos eleitorais não têm conteúdo financeiro imediato e, portanto, não têm valor da causa.

É que, na hipótese de embargos de declaração protelatórios, acredita-se que a imposição de multa é sanção mais adequada, já que o afastamento da *interrupção* do prazo (ou *suspensão* como atualmente consta no § 4º do art. 275 do CE) para outros recursos pode permitir abusos de poder ou a perpetuação de equívocos de julgamento.

A multa dá ao julgador o poder de inibir e punir atos protelatórios, mas, por outro lado, não lhe confere o superpoder de, ao decidir que a medida é protelatória, impedir a interrupção de prazo para outros recursos.

Ora, pelo *princípio do duplo grau de jurisdição*, a parte tem direito de buscar a revisão de uma decisão judicial, o que pode não acontecer pela disposição atual, já que, reconhecendo o caráter protelatório, repita-se, o juiz pode impedir a interrupção (ou suspensão conforme seu entendimento) de prazo para outros recursos e com isso gerar a formação da coisa julgada sem ao menos possibilitar o reexame da matéria por órgão superior.

Penso que os embargos de declaração somente não interrompem o prazo para outros recursos quando forem intempestivos, mas não quando forem declarados protelatórios, já que para essa hipótese a sanção é de multa e nenhuma outra.

No âmbito do processo civil, há muito tempo a Corte Especial do STJ já sedimentou seu entendimento exatamente nesta linha:

“PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONSIDERADOS INCABÍVEIS – EFEITO INTERRUPTIVO – CPC, ART. 538 – TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL E DA APELAÇÃO – ANULAÇÃO DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM – PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.

– Consoante regra inserta no art. 538 do CPC, os embargos de declaração, ainda que considerados incabíveis, interrompem o prazo para a interposição de outros recursos; a penalidade prevista pela protelação é apenas pecuniária.

– Tempestividade do recurso especial que se reconhece.

– Verificado que o apelo especial insurgia-se contra decisão que, igualmente desconsiderando o efeito interruptivo dos aclaratórios julgou intempestiva a apelação, em razão do princípio da economia processual, impõe-se de plano o seu provimento, a fim de anular os acórdãos proferidos pelo Tribunal “a quo”, para que outro seja proferido, após a análise do mérito da apelação.

– Embargos de divergência conhecidos e providos.

(EREsp 302177/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/05/2004, DJ 27/09/2004 p. 173)

Assim, o objetivo do projeto é positivar esse mesmo entendimento no Código Eleitoral, de modo a aplicá-lo também aos processos eleitorais.

O apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei é fundamental, vez que se constitui em importante iniciativa do Senado Federal no sentido de aperfeiçoar os processos eleitorais.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Valter Pereira**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2009

Altera o art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispensar o reexame necessário nos casos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigor acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 475.

§ 4º O disposto neste artigo também não se aplica à sentença homologatória de acordo ou transação, em juízo, para terminar o litígio, nos termos da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 (NR)”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É necessário harmonizar-se a política de interposição de recursos judiciais e o reexame obrigatório dos feitos nos quais figurem, como partes, entes da Administração Pública, pois é inaceitável que advogados públicos sejam compelidos a recorrer de decisões apenas por dever de ofício.

Ora, o *reexame necessário* é a prática que torna obrigatória a confirmação, mediante o duplo grau de jurisdição, de toda sentença proferida contra os interesses da União, do Estado, do Distrito Federal, do Município e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e deve estar vinculado à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, por ser essa a norma que regulamenta os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em razão de sentença judiciária.

Com efeito, há casos em que a lei permite aos advogados do Poder Público promover transações e acordos, com o objetivo de pôr fim ao litígio, condição incongruente com a imposição, a esses mesmos advogados, de interpor recursos, por temerem ser acusados de omissão para com os interesses da Fazenda Pública, condição que os sujeita a processo por crime de responsabilidade, conforme disposições da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

É ilustrativo desse quadro o recurso de embargos de declaração impetrado pela Advocacia-Geral da União, na 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, no qual a União foi condenada a pagar multa pela prática de *chicana*,

termo que, no meio jurídico, designa conduta processual desonrosa (Embargos de Declaração nº 949.166/RS, no Recurso Especial nº 2007/0102.626-9).

Nos referidos embargos, o eminente ministro-relator realça o texto do art. 5º, inciso LXVIII, e do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, dispositivos que repelem a prática processual protelatória, e dispara: “*essas demandas dizem com as vidas das pessoas, com seus problemas, suas angústias e suas necessidades. A seu turno, a legislação infraconstitucional, condensando os valores e princípios da Lei Maior, é pensada para melhor resguardar direitos e não para servir de mecanismo subversivo contra eles*”.

Ora, o cidadão brasileiro, quando contende com a Fazenda Pública, não deve ser submetido a um sistema jurídico-legal baseado na protelação dos feitos, substanciado em recursos gratuitos, que o prive de seus bens e valores, pois o Estado que, no art. 14 do Código de Processo Civil, exige lealdade processual do jurisdicionado, tem o dever de zelar pela lisura de sua própria conduta.

Estas são as razões que motivam a presente proposição, destinada a acrescentar § 4º ao art. 475 do Código de Processo Civil, de modo a estabelecer ligação mais nítida entre o *reexame necessário* e as disposições da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Jefferson Praia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil

CAPÍTULO VIII

Da Sentença e da Coisa Julgada

Seção I

Dos Requisitos e dos Efeitos da Sentença

Seção II

Da Coisa Julgada

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (*Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001*)

I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (*Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001*)

II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda

Pública (art. 585, VI). (*Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001*)

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. (*Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001*)

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. (*Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001*)

§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (*Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001*)

CAPÍTULO II Dos Deveres das Partes e dos seus Procuradores

Seção I Dos Deveres

Art. 14. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: (*Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001*)

I – expor os fatos em juízo conforme a verdade;

II – proceder com lealdade e boa-fé;

III – não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento;

IV – não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.

V – cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. (*Incluído pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001*)

Parágrafo único. Ressalvados os advogados que se sujeitam exclusivamente aos estatutos da OAB, a violação do disposto no inciso V deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado. (*Incluído pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001*)

LEI Nº 9.469 – DE 10 DE JULHO DE 1997 – **DOU**
DE 11-7-1997 – ALTERADO

Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – **DOU** de 4-12-2008

Regulamenta o disposto no inciso IV do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.561-6, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Alterado Pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

§ 1º Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado neste artigo, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, inclusive no caso das empresas públicas federais e do Banco Central do Brasil.). Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

Redação anterior

Art. 1º O Advogado-Geral da União e os dirigentes máximos das autarquias, das fundações e das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a não-propositura de ações e a não-interposição de recursos, assim como requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos, atualizados, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), em que interessadas essas entidades na qualidade de autoras, réus, assistentes ou oponentes, nas condições aqui estabelecidas.

§ 1º Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado no “caput”, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, no caso da União, ou da autoridade máxima da autarquia, da fundação ou da empresa pública.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo às causas relativas ao patrimônio imobiliário da União.

Art. 1º-A. O Advogado-Geral da União poderá dispensar a inscrição de crédito, autorizar o não-ajuzamento de ações e a não-interposição de recursos, assim como requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, observados os critérios de custos de administração e cobrança.). Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à Dívida Ativa da União e aos processos em que a União seja autora, ré, assistente ou oponente cuja representação judicial seja atribuída à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.). Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008 Art. 1º-B. Os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a não-propositura de ações e a não-interposição de recursos, assim como requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos, atualizados, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), em que interessadas essas entidades na qualidade de autoras, réus, assistentes ou oponentes, nas condições aqui estabelecidas.). Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal e os dirigentes máximos das empresas públicas federais e do Banco Central do Brasil poderão autorizar a realização de acordos, homologáveis pelo Juízo, nos autos do processo judicial, para o pagamento de débitos de valores não superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de trinta. Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao

do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Alterado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

Redação anterior

~~Art. 2º O Advogado-Geral da União e os dirigentes máximos das autarquias, fundações ou empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos, homologáveis pelo Juízo, nos autos dos processos ajuizados por essas entidades, para o pagamento de débitos de valores não superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de trinta.~~

~~§ 1º O saldo devedor da dívida será atualizado pelo índice de variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), e sobre o valor da prestação mensal incidirão os juros à taxa de doze por cento ao ano.~~

~~§ 2º Inadimplida qualquer parcela, pelo prazo de trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo.~~

~~Art. 3º As autoridades indicadas no “caput” do art. 1º poderão concordar com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores, desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil).~~

~~Art. 4º Não havendo Súmula da Advocacia-Geral da União (arts. 4º, inciso XII, e 43, da Lei Complementar nº 73, de 1993), o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais quando a controvérsia jurídica estiver sendo interativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores.~~

~~Art. 5º A União poderá intervir nas causas em que figuraram, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais.~~

~~Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.~~

~~Art. 6º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e pelas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito.~~

Parágrafo único. É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais.

Art. 7º Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 – DOU de 4-12-2008

Redação anetrior

~~Art. 7º As disposições desta Lei não se aplicam às autarquias, às fundações e às empresas públicas federais quando contrariarem as normas em vigor que lhes sejam específicas.~~

~~Art. 8º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às ações propostas e aos recursos interpostos pelas entidades legalmente sucedidas pela União.~~

~~Art. 9º A representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, independe da apresentação do instrumento de mandato.~~

~~Art. 10. Aplica-se às autarquias e fundações públicas o disposto nos arts. 188 e 475, “caput”, e no seu inciso II, do Código de Processo Civil.~~

~~Art. 11. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.561-5, de 15 de maio de 1997.~~

~~Art. 12. Revogam-se a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995.~~

~~Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Congresso Nacional, 10 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional.~~

LEI 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada

ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o **caput** deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pes-

soa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX – perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI – incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III – doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV – permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII – frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII – permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII – permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV – negar publicidade aos atos oficiais;

V – frustrar a licitude de concurso público;

VI – deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII – revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

CAPÍTULO III

Das Penas

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

CAPÍTULO IV

Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio

privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Regulamento)

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º deste artigo .

CAPÍTULO V

Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.

Art. 15. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o **caput**.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. (Redação dada pela Lei nº 9.366, de 1996)

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 2.180-34, de 2001)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 7º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 8º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 9º (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 10. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 11. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

§ 12. (Vide Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001)

Art. 18. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos

bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

CAPÍTULO VI Das Disposições Penais

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;

II – da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

CAPÍTULO VII Da Prescrição

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

CAPÍTULO VIII Das Disposições Finais

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Ficam revogadas as Leis nºs 3.164, de 1º de junho de 1957, e 3.502, de 21 de dezembro de 1958 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República. – **FERNANDO COLLOR, Célio Borja**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXVIII – conceder-se-á **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO VII

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2009

Nos termos do art. 256, inciso I, combinado com o art. 372, do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, da qual sou o primeiro signatário.

Brasília, 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 76, DE 2009

Requer voto de aplauso para o jornalista e poeta Marcondes Sampaio, pelo seu excelente livro de estréia “Assim caminha a mediocridade”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso para o jornalista e poeta Marcondes Sampaio, pelo seu excelente livro “Assim caminha a mediocridade”.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e sua família.

Justificação

O jornalista e poeta Marcondes Sampaio, em seu livro de poesias intitulado “Assim caminha a mediocridade”, faz uma crítica bastante irreverente dos costumes e vícios da sociedade e a hipocrisia geral que vigora em nosso país.

Enfim, o livro é marcado por versos carregados de ironia que, ao mesmo tempo, são instrumentos de críticas importantes.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2009

Senhor Presidente,

Com fundamento no arts. 154, § 5º, e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a

realização de Sessão Especial destinada a comemorar os vinte e cinco anos do movimento das “Diretas Já”.

Justificação

O saudoso deputado Dante de Oliveira, logo nos primeiros meses de seu mandato, em 1983, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que estabelecia eleições diretas para Presidente da República, proposta essa que ficou conhecida como “Emenda das diretas”.

A partir daí, dava-se início, no Brasil, a uma onda de manifestações públicas pela realização de eleições diretas.

Em abril de 1984, foi lançada oficialmente a campanha nacional de apoio à emenda, com o slogan pelo qual acabaria ficando conhecida: “Diretas Já”.

Em 25 de abril de 1984, a emenda das eleições diretas foi votada no congresso Nacional. A votação terminou sem que a proposta conseguisse a maioria de dois terços exigida para ser aprovada, muito embora tenha recebido 298 votos favoráveis e apenas 65 contrários.


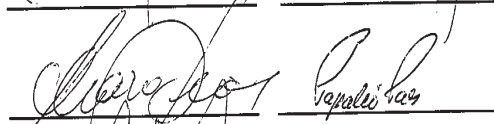
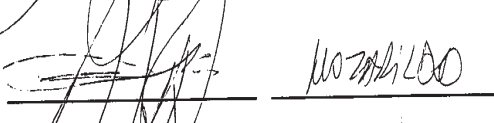

Apesar de ter sido rejeitada por uma diferença de apenas 22 votos, existe o consenso de que a emenda e o movimento pelas “Diretas Já” tiveram importância fundamental para a redemocratização do País.

Assim, para dar o merecido reconhecimento à Emenda e ao movimento e registrar as suas importâncias para a consolidação e o fortalecimento da democracia brasileira é que propomos a realização dessa sessão especial.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2009.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO

LÍDER DO PSDB

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 78, DE 2009

Requer voto de pesar Pelo falecimento do Srº. Elias Salame da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Voto de pesar pelo falecimento do Srº Elias Salame da Silva, líder empresarial no estado do Pará, tendo exercido a presidência da Associação Comercial do Pará – ACP e da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará – AIMEX. Foi Deputado Estadual 1959/69; Deputado Federal 1963/67. Recebeu Várias medalhas, dentre elas a da Ordem do mérito do Grão-Pará; e a da Ordem do Mérito advocatício. Requeiro ainda:

a) Inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento;

b) Apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO N° 79, DE 2009

Requer voto de pesar Pelo falecimento do Sr. Max Martins.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Max Martins da Rocha, nascido em Belém do Pará em 1926, Max Martins é a expressão máxima da poesia paraense. Autodidata, trabalhou no Instituto Medicamenta Fontoura como chefe de escritório em Belém; no Ministério da Saúde-SUCAM, como inspetor administrativo; e desde 1991 era diretor da Casa da Linguagem, da Fundação Curro Velho, em Belém. Requeiro ainda:

a) Inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento;

b) Apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões , 11 de fevereiro de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM 205, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 205, de 2008, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Sendo evidente a falta de número no plenário, não a submeterei a votos, uma vez que ela necessita de votação nominal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Exatamente para comunicar a posição do PSDB. Tenho essa missão partidária de transmitir a V. Ex^a que o PSDB aguarda a reunião de líderes para deliberação sobre a composição das Comissões da Casa, a fim de que a rotina dos trabalhos possa ser retomada no plenário do Senado Federal, com as votações de projetos importantes que aguardam deliberação.

Mas esta é uma decisão adotada pelo PSDB: não participar de votações no plenário antes que as Comissões sejam constituídas e possam retomar os seus trabalhos. É o apelo que nós formulamos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa, como tive oportunidade de repetir, vai pautar-se pelo Regimento. Às 16h, nós abrimos a Ordem do Dia. Evidentemente que o trabalho do nosso plenário, o trabalho do Senado Federal, depende – a nossa parte é uma parte administrativa – do entendimento político das diversas Lideranças e do Plenário da Casa.

Eu quero, em primeiro lugar, fazer um apelo aos Srs. Líderes, para que remetam à Mesa do Senado o nome dos seus respectivos liderados que devem compor as Comissões, para que, então, de posse desses nomes, publicados no Diário do Congresso, tenhamos a oportunidade de convocar a eleição das novas mesas diretoras das Comissões da Casa.

Quero esclarecer também ao plenário que, de acordo com o nosso Regimento, não há nenhuma interrupção, uma vez que as Comissões continuam a funcionar normalmente. Apenas os Presidentes des-

as Comissões não foram ainda eleitos, assumindo o mais velho de cada Comissão os trabalhos até a eleição dos novos membros.

É nesse sentido que reitero o apelo às Lideranças para que remetam à Mesa os nomes dos Senadores que deverão compor as devidas Comissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP.)

– Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Sendo evidente a inexistência de número no Plenário para votação, vamos adiar a mesma.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão:

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de

2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda,

que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor*

igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Jú-

nior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá*.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvati.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro*. Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho*.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virgínio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral,

que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de*

qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. *(Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Ca-

valcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso*

do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso*

so Americano a derrubar o veto aposto pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de censura e repúdio a Johan*

Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes “ilegais” por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colom-*

biano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete*

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade*

aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça. so-*

licitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP.)

– Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, vamos seguir a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

S. Ex^a declina de falar.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer publicamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter cumprido uma promessa feita a mim e ao meu Estado de Roraima. No dia 28 de janeiro próximo passado, aqui em Brasília, Lula concluiu o processo de transferência de terra da União para Roraima, antigo Território que, desde que foi alçado à condição de Estado, não tinha a posse definitiva de suas cidades, de suas vilas, de seus sítios, de suas fazendas e de suas terras.

Quero registrar aqui também o esforço do Governador Anchieta Júnior e de toda a Bancada do meu Estado, sem exceção, que fizemos para conseguir, finalmente, a transferência das terras da União para Roraima. Essa transferência só foi possível porque a Senadora Marluce Pinto, quando exercia o mandato de Senadora, criou uma lei que transferiu todas as terras que não estavam na faixa de fronteira para o Estado. Pegava uma terra na ponta do Estado mais para o lado do Brasil. E foi uma modificação na lei dela que permitiu que fosse feita essa transferência agora.

Devo lembrar que o ex-Governador Nildo Campos também lutou por essa transferência. O ex-Governador Flamarion Portela também esteve com o Presidente Lula, que prometeu que iria fazer. Nessa ocasião, o Presidente Lula nomeou uma comissão interministerial para estudar a transferência e fazê-la; porém, a reunião veio rolando, rolando. Aí, o Governador Ottomar Pinto, que assumiu o Governo, também fez uma nova reunião com o Presidente Lula e a promessa de fazer essa transferência foi restabelecida.

O Ottomar também, quando foi Governo, na primeira vez eleito por Roraima, lutou por isso e não conseguiu. E um dos últimos assuntos que eu conversei com o Ottomar Pinto, umas dez horas antes de ele ter o infarto que o levou daqui da terra, foi justamente quase trinta minutos de conversa a respeito da transferência das terras.

Ele tinha uma audiência, conseguida inclusive pelo Presidente Sarney com o Presidente Lula, no dia seguinte, para tratar desse assunto. Mas, na madrugada desse dia, ele teve um infarto e veio a falecer. O Anchieta, com articulação, conseguiu novamente puxar o assunto e o Lula, finalmente, transferiu as terras para Roraima.

Essa bandeira de luta eu carrego desde o início da minha campanha para Senador e durante todo o meu mandato aqui nesta Casa. Fico feliz de poder trazer ao plenário essa boa notícia de que a transferência das terras da União definitivamente aconteceu. Soa estranho um Estado não ter terra, mas era isso que acontecia com o meu Estado.

Tínhamos só uma pontinha de terra na área de alagadiços, que é a única área que está fora da faixa de fronteira. Participamos de várias reuniões no Palácio do Planalto, que iniciaram esse processo de transferência das terras. E agradeço o empenho do Presidente Lula, que sempre afirmou que queria transferir as terras. A dificuldade batia, ali, na assessoria, que sempre bota uma dificuldade, que complicava a transferência. Finalmente essa transferência se deu.

Hoje, nós podemos comemorar essa transferência. O processo foi concluído pelo Palácio do Planalto. Agora, Roraima tem posse de suas terras de acordo com a Constituição Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a transferência de seis milhões de hectares para Roraima possibilitará uma maior definição e investimento em políticas agrícolas definidas para o meu Estado, tanto por parte do Governo Federal quanto por parte do Governo Estadual.

Era difícil fazer uma política quando você não tinha garantia de que transferiria terra para quem fosse investir no meu Estado.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com todo prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Augusto Botelho, eu queria cumprimentar o Presidente Sarney porque, à época em que era Presidente da República, me deu a oportunidade de trabalhar ao seu lado durante cinco anos e ver de perto a luta para transformar os Territórios em Estados. Ele investiu maciçamente para que isso se tornasse realidade. Depois disso, veio uma série de procedimentos que foram praticamente desmembrando o Território de Roraima, que V. Ex^a aqui representa tão bem, quase que levando à mingua a posição territorial dentro do Estado brasileiro. Eu fico feliz que V. Ex^a esteja relatando o sucesso por sua luta, ainda que não nessa tribuna, mas veio para esta tribuna com esta vocação de recuperar a parte territorial do Estado de Rondônia. Acredito que há uma esperança muito grande de investimentos. Poderá não haver mais a possibilidade do medo de investir e amanhã perder estas terras. Então, eu cumprimento V. Ex^a e acho que a sua vigília permanente em defesa do restabelecimento do Território de Roraima não pode parar aí. É a vigilância permanente para que não se repitam fatos com o enfraquecimento do Estado. Cumprimento V. Ex^a e os representantes de Roraima nesta Casa pelo sucesso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Realmente agora vai ser o próximo passo: transferir a terra para as pessoas que vivem na terra, para as pessoas que estão há trinta, cinquenta, cem anos em sua terra e não têm o título de propriedade. Acho que foi um grande passo, um importante passo que o Presidente Lula deu, que vai corrigir uma injustiça, pois desde a Constituição de 1988, quando deixou de ser Território para ser Estado, nós esperávamos ter a posse legal das terras que compõem o nosso território.

Realmente, o Presidente Sarney teve uma importância muito grande na fundação do Estado. S. Ex^a criou as ZPEs, que até hoje não foram implantadas, não só no meu Estado, mas em todos os Estados brasileiros.

Já em conversa com V. Ex^a, explicou-me V. Ex^a que foi à China, que não era esse gigante que é agora, e o que viu de diferente foi essas ZPEs, em que ela estava começando a dar os primeiros passos. Então, V. Ex^a, prontamente, implantou mais de vinte ZPEs aqui no Brasil, por lei, mas os Estados não andaram, não fizeram, e agora nós estamos correndo atrás do prejuízo, mas temos que fazer isso, porque ainda é importante que se implantem as ZPEs em nosso Estado.

A transferência das terras para Roraima trará, de uma vez por todas, legalidade e legitimidade ao meu

Estado, pois não é possível um Estado sem o seu território, sem o seu chão. Não é possível um Estado em que o Governo não possa definir suas próprias políticas agrícolas por falta de terra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Roraima agora poderá caminhar rumo ao futuro, com as terras do Estado finalmente em nome de Roraima. Elaboraremos projetos para o desenvolvimento econômico e social da região. A transferência de terras para Roraima – eu gostaria de deixar bem claro – é uma conquista de todos nós, de nossa gente que vive em Roraima, dos Parlamentares, dos Governadores e dos ex-Governadores. Espero que realmente traga desenvolvimento para o meu Estado.

Era isto que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero registrar a presença, neste plenário, da ex-Governadora do Rio de Janeiro, a Sr^a Rosinha Matheus, a quem dou as boas-vindas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no momento oportuno, eu gostaria de pedir a palavra, pela Liderança do Governo, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a tem cinco minutos, como Líder do Governo, de acordo com o Regimento da Casa, até duas vezes após o Expediente, para usar da palavra.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante, inicialmente saudando a Marcha dos Prefeitos, o encontro de tantos Prefeitos e Prefeitas que estão em Brasília, muitos deles iniciando seu mandato municipal, por conta disso tudo com muita esperança, com muitos projetos, com muita vontade de mudar, de acertar e de melhorar a vida da população de cada Município.

Nesse encontro de Prefeitos, o Governo Federal tomou uma providência extremamente importante, que quero aqui ressaltar, que é exatamente a renegociação da dívida do INSS com os Municípios.

O Presidente Lula assinou dispositivo que autoriza o parcelamento, em até vinte anos, das dívidas atuais, pendentes e renegociadas inclusive, dos Municípios brasileiros com o INSS.

Por que peço a palavra, Sr. Presidente? Porque entendo que o Congresso, que a Câmara e o Senado precisam se debruçar sobre esse dispositivo e ampliá-

lo e melhorá-lo, porque foi dado um passo gigantesco, um passo importante para esse renegociação, mas é preciso que esse passo seja dado de uma forma contundente e que, efetivamente, ele resolva a questão, a pendência, o pagamento, a regularização de todos os Municípios brasileiros.

É importante parcelar em vinte anos, mas é importante também que se tenha um valor máximo de cobrança para as dívidas que serão renegociadas. Por quê? Para que persista a condição de pagamento dos Municípios nas novas prestações, nos novos pagamentos da Previdência Social. É preciso que haja capacidade de negociação e que o passivo acumulado se transforme em uma parcela palpável, uma parcela factível de pagamento para as prefeituras, para que as prefeituras não repactuem essas dívidas e depois simplesmente parem novamente de pagar por falta de capacidade de pagamento.

Então, é importante que tenhamos um valor percentual da arrecadação, provavelmente da receita líquida, para a pactuação das dívidas atrasadas e tenhamos a cobrança atualizada dos valores mensais de cada recolhimento da Previdência Social. Isso fará com que não se deixe de pagar o atrasado, mas que se mantenha pagando em dia o que é efetivamente devido a cada mês.

Faço essa ressalva porque já tivemos no País, em diversas ocasiões, vários parcelamentos de previdência, e esses parcelamentos de previdência terminam caindo numa situação de renegociar por um breve período e depois colocar novamente na rua da amargura, na inadimplência, na situação de falta de condição de convênios, a maioria dos Municípios brasileiros.

Então, a medida do Presidente Lula é extremamente importante. Quero saudar a decisão política do Presidente Lula de renegociar a dívida dos Municípios, pois muitos Municípios brasileiros que descontam 40%, 50% do Fundo de Participação dos Municípios diretamente na "boca do caixa" no Banco do Brasil, quando recebem o FPM, terão condição de pagar uma módica prestação, colocando, assim, na linha de frente o atendimento e a prestação de serviço à população do Município.

Então, deixo aqui o meu voto de aplauso, o meu registro de aplauso ao Presidente, mas fica também a convocação para que a Câmara e o Senado melhorem a proposta e, efetivamente, discutam com os Municípios, a fim de que tenhamos uma regra clara, definitiva, factível, para que os Municípios brasileiros continuem pactuando e continuem pagando a Previdência Social, porque só assim os Municípios estarão, inclusive, habilitados para realizarem obras do PAC, para fazerem convênio nas áreas de educação, saúde

de e infra-estrutura, que, efetivamente, representam investimento, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, venho à tribuna para fazer um apelo em favor dos acionistas, das centenas de pequenos investidores proprietários de aproximadamente quatro milhões de ações preferenciais da Aracruz Celulose S.A, conforme inúmeros relatos que tenho recebido de acionistas minoritários, especialmente por meio eletrônico. Tenho recebido centenas de *e-mails* a respeito deste assunto, muitos deles vindos do Paraná, porque recentemente houve a compra da empresa Aracruz Celulose pela empresa Votorantim Celulose e Papel S. A. Nesse negócio, a Votorantim adquiriu a participação acionária pertencente ao grupo Arapar, na empresa Aracruz. Muitos protestaram, porque inicialmente o Governo possibilitou, por meio do Banco do Brasil, a aquisição de ações do Banco Votorantim exatamente para evitar percalços financeiros daquela grande empresa que tem essa instituição financeira, a Votorantim.

Muitos se surpreenderam pelo fato de o Banco do Brasil tornar-se sócio de um banco privado. Mais surpresas ficaram, logo depois, quando o BNDES emprestou recursos para que a Votorantim pudesse adquirir ações da Aracruz.

O Governo socorreu a Votorantim porque, em função da crise, vivia um mau momento e, em seguida, oferece-lhe generoso empréstimo para que adquirisse ações da Aracruz. E, nessa operação, portanto, foi utilizado dinheiro público, via BNDES, para a viabilização dessa fusão.

Fui instado a fazer este apelo, Sr. Presidente, por acionistas minoritários, que afirmam terem sido prejudicados com essa fusão, na qual houve uma precificação, ou seja, uma avaliação injusta imposta pela Votorantim, favorecendo somente os portadores de ações ordinárias.

Estou trazendo uma denúncia que não é minha, Senador Mão Santa; é uma denúncia de acionistas minoritários, dos pequenos acionistas. É inegável que os proprietários de ações preferenciais foram duramente penalizados pela avaliação desproporcional constante do fato relevante emitido pela Votorantim Celulose e Papel S.A. no dia 20 de janeiro de 2009. Ao avaliar

em R\$2,18 uma ação que estava cotada no mercado a R\$2,65 – valor no fechamento do pregão do Bovespa –, os conselheiros da Votorantim causaram uma desvalorização instantânea da ação em 17,35%, redundando num prejuízo imediato de milhões de reais e provocando um grande abalo na economia popular.

A ação ficou totalmente desacreditada e vem acumulando quedas diárias. Enquanto isso, as ações ordinárias que interessavam aos compradores tiveram o seu preço quase que triplicado. No itinerário da operação, fica evidente que o grupo de acionistas majoritários agiu em causa própria, supervalorizando as ações ordinárias que lhes interessam e desvalorizando as ações preferenciais que estão fora da sua área de interesse, num flagrante desrespeito aos acionistas preferencialistas.

Que critérios foram usados para basear esses cálculos? Porque, se houve prejuízos ou diminuição de valor dos ativos, esses deveriam ser imputados a todas as ações de forma proporcional, ou todas são valorizadas ou todas são desvalorizadas. Não pode haver jamais dois pesos e duas medidas.

Realmente, Srs. Senadores, não há lógica numa operação que valoriza determinadas ações, que atendem a determinados interesses e que desvaloriza as demais.

Vale ainda ressaltar que houve uma grande movimentação de repúdio e reclamações, inclusive de vários fundos estrangeiros possuidores de grandes quantidades de ações preferenciais da Aracruz, descontentes com o resultado da operação. Foram desrespeitados princípios básicos do Direito, a proporcionalidade foi completamente desprezada, além da boa-fé, da razoabilidade e da justiça.

Os integrantes do Fórum de Preferencialistas da Aracruz e milhares de pessoas estão aguardando a resposta da Bovespa. É preciso esclarecer de que forma uma empresa consegue supervalorizar suas ações ordinárias e desvalorizar as ações preferenciais.

Sr. Presidente, este é um assunto eminentemente técnico, e, evidentemente, cabe aos especialistas responsáveis o esclarecimento público.

A razão da minha presença na tribuna não é fazer um julgamento precipitado de que houve desonestidade, de que houve exploração. Meu objetivo aqui é exatamente buscar o esclarecimento.

Há um apelo formulado à Bovespa para que esclareça, mas, da minha parte, há o apelo que formulo ao Governo, já que essa operação foi respaldada pelo Poder Público, por meio do BNDES, com o generoso empréstimo ofertado para viabilizar essa operação; aliás, duas operações generosas, com a participação efetiva do Poder Público e do Governo. A primeira, na

linha das políticas adotadas para o enfrentamento da crise financeira que se abate sobre o sistema financeiro internacional, socorrendo um banco privado; recursos públicos do Banco do Brasil em socorro a um banco privado. Logo adiante, um pouco depois, recursos de um banco público para possibilitar uma operação do setor privado envolvendo duas grandes empresas do País.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Cumprida a minha parte da Ordem do Dia, encerrada esta parte, passarei a Presidência ao nosso Senador Mão Santa e peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

Com o aparte, então, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, de maneira até antirregimental, porque o aparte deveria ser atinente, consistente com seu discurso, que ia em outra linha, aproveito a presença de V. Ex^a, até pelo companheirismo, pela fraternidade que nos une, pela nossa ligação partidária inclusive, para, em nome do Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, anunciar a presença muito honrosa para todos nós do Senador Jean Besson, que representa a região Rhône-Alpes e que é o Vice-Presidente do Grupo de Amizade França-Brasil. Portanto, a presença de uma figura tão ilustre engrandece o Parlamento Brasileiro e fazemos questão de, em nome do Partido da Social Democracia Brasileira, no seu discurso, saudá-lo. Sei que faço isso em nome de todos os nossos colegas, porque é honroso para o Presidente Heráclito Fortes recebê-lo; é honrosa para o Parlamento essa interlocução com um representante de uma Nação democrática, consolidadamente democrática, que passou por tantas vicissitudes e que constrói a cada momento a certeza de que as garantias individuais são intocáveis, a certeza de que a cooperação entre os povos é fundamental. Fora a contribuição inegável que é a paz mundial, que a França sabe, ao longo dos anos, ao longo das décadas, na sua história de tantos séculos, emprestar. Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. As nossas boas-vindas a esse ilustre visitante. Meus cumprimentos ao Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que o recebe em nome de todo o Senado

Federal. Certamente, visitas como esta honram o Parlamento brasileiro.

Prossigo, Sr. Presidente, dizendo que algumas das medidas adotadas pelo Governo para o enfrentamento da crise que se abate sobre o País como consequência de uma crise internacional não colocam como prioridade absoluta a geração de empregos. São valores expressivos destinados a resolver situações financeiras localizadas que não resultam no atendimento daquilo que é essencial hoje no Brasil: gerar empregos para reduzir o forte impacto da recessão, já identificada em todas as estatísticas oficiais a partir do mês de dezembro, sobretudo com uma queda brutal, inédita, nos últimos 18 anos, da produção industrial brasileira.

A preocupação número um do Governo do País deve ser, nesta hora, adotar políticas públicas que possam resultar na redução do impacto da recessão. A recessão é o grande fantasma que ronda o Brasil de hoje. E é exatamente por esta razão que, desde o primeiro momento, quando se falou pela primeira vez na crise internacional e se invocaram as consequências da crise de 29 para estabelecer um parâmetro, desde esse momento, quando nós pudemos ler a opinião de especialistas os mais variados, considerando que a crise poderia se alargar, se aprofundar, sugerimos que o Governo brasileiro construísse um comitê de crise, suprapartidariamente, reunindo especialistas de todos os setores da sociedade brasileira para não apenas opinar, para debater a crise, para investigar a crise e as suas conseqüências e idealizar alternativas que pudessem ser administrativamente medidas efetivas, competentes, para conter o processo avassalador da crise que invadia o Brasil desde o primeiro momento. Esse apelo não foi atendido pelo Governo Federal. O Presidente Sarney, assim que assumiu a Presidência do Senado, entendendo a gravidade da situação, idealizou a constituição de um comitê de crise no Senado Federal, exatamente para acompanhar as medidas adotadas pelo Governo, pelo Poder Executivo, e sugerir alternativas que possam contribuir para que o Brasil enfrente com sucesso a crise que nos atormenta.

É claro que não tem o mesmo efeito. Nós poderíamos estabelecer o comparativo da seguinte forma: no Executivo, as medidas idealizadas são executadas; no Legislativo, as medidas idealizadas são sugeridas. E fica ao critério aleatório do Poder Executivo a sua aceitação ou não. Muitas vezes, não são acolhidas; outras vezes, são acolhidas com atraso, e a demora acaba comprometendo o resultado final.

Portanto, em que pese a boa vontade do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e a importância mesmo da sua iniciativa, o lugar mais adequado para a instalação desse comitê de crise fica do outro lado da

rua, Senador Mozarildo Cavalcanti; fica lá no Palácio do Planalto. Lá é que deveria o Presidente Lula instalar um comitê de crise para enfrentar, com responsabilidade, vigor, agilidade e inteligência, a crise que está, sim, assustando o povo brasileiro.

Vou concluir, Sr. Presidente, fazendo um pedido às autoridades. Creio que cabem ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, à área econômica do Governo e ao BNDES esclarecimentos sobre essa operação que envolveu a Votorantim e a Aracruz.

Há aqui também um apelo, que é secundário, porque não se trata de instituição pública, mas é um apelo também dirigido à Bovespa, para que ela possa esclarecer os acionistas da Aracruz, aqueles que foram prejudicados com essa operação e que tiveram uma redução do seu patrimônio em razão do que ocorreu na contramão à valorização do patrimônio dos poderosos. Portanto, esse é o apelo que viemos formular na tribuna.

Nós vemos o BNDES vivendo alguns percalços na sua trajetória. Desde 2005, nós estamos formulando apelos para que o Tribunal de Contas realize auditoria para investigar os empréstimos externos concedidos pelo BNDES. Há pouco tempo, esta Casa aprovou o requerimento, e o BNDES deve estar neste momento sendo auditado pelo Tribunal de Contas da União. Mas, em razão de matéria veiculada na **Folha de S. Paulo**, no último domingo, voltamos a solicitar ontem inspeção e auditoria numa operação denunciada como suspeita entre o BNDES e o HSBC, com o BNDES, Senador Flexa Ribeiro, vendendo ao HSBC, a valores privilegiados, a sua carteira Finame, avaliada em R\$650 milhões, aproximadamente, e negociada por apenas R\$8,3 milhões com o HSBC. O BNDES chegou a recusar-se a receber pagamentos devidos de clientes Finame, alegando impossibilidade de receber, porque transacionava com o HSBC a venda sem licitação pública dessa carteira milionária Finame.

É uma operação também sem lógica. Há que se esclarecer. O Senado Federal tem o Tribunal de Contas como órgão auxiliar. Muitas vezes, a burocracia torna esse processo lento demais. O requerimento é apresentado, leva tempo para ser apreciado pela Mesa do Senado, mais tempo ainda para ser apreciado pelo plenário do Senado, e, quando chega ao Tribunal de Contas, o tempo já vai tarde. Portanto, nós tínhamos que ter maior agilidade.

Um fato como esse, um escândalo como esse, uma denúncia como essa tem que ser investigada imediatamente, prontamente. E é o que nós estamos solicitando: inspeção e auditoria, para conferir a lisura dos procedimentos adotados nessa transação do BNDES com o HSBC. Como eu disse ontem, foi um

presente de casamento real oferecido ao banco da terra da Rainha Elizabeth.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O Brasil, realmente, não está em condições de fazer essa cortesia com o chapéu do povo brasileiro. Não há governo autorizado a fazer esse tipo de cortesia com o chapéu do nosso povo. É por essa razão que nós queremos, prontamente, uma auditoria, para que possamos saber da licitude ou da ilicitude dessa operação e, sobretudo, para se apurarem responsabilidades, encaminhando ao Ministério Público para a instauração do competente inquérito, a fim de se apurar, civil e criminalmente, a responsabilidade, se eventualmente ilicitudes foram praticadas nessa operação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB–PI) – Acabamos de ouvir o Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias é um símbolo da grandeza deste Senado. Iniciou sua carreira política em 1969, Vereador lá da cidade do Paraná, Londrina, cujo Prefeito era um piauiense, Danton Paranaguá.

E este Senado tem o símbolo da grandeza. Há pouco, eu vi ali. Senador Eliseu Resende, V. Ex^a abraçava o Senador Wellington Salgado, e eu vi este quadro: Eliseu Resende e Wellington Salgado, Minas. Eliseu Resende também é um símbolo da grandeza deste Senado. Mineiro, foi tudo: Ministro do tempo de Tancredo, três vezes Ministro, Senador. E agora abraça Wellington Salgado, naquilo que Shakespeare diz: “*A sabedoria é somar a ousadia dos mais novos com a experiência dos mais velhos*”.

E diante de tantos Prefeitos, Senador Romero Jucá, eu quero lhe prestar uma homenagem de todo o Brasil: Romero Jucá, inteligência privilegiada do Nordeste, de Pernambuco. Foi Ministro da Previdência pouco tempo, mas quero dar o testemunho: fui convidado por ele, porque eu fui Prefeitinho no meu Estado, criei um instituto – no meu tempo era possível se criar os prefeitos das cidades grandes e dos municípios –, e eu vi a preocupação dele com essa dívida. Sem dúvida nenhuma, esse grande presente, esse grande avanço nas dificuldades das prefeituras nos pagamentos do INSS devemos à inteligência e à obstinação de Romero Jucá. No curto período em que ele passou na Previdência, ele se dedicou, e eu fui um dos convidados.

Então, nós queremos homenagear todos os prefeitos. Evidentemente, está escrito no Livro de Deus. Matheus, primeiro...

Então, tem aí um do Piauí – de São Luís do Piauí – o Francisco João da Silva. Mas para ver a grandeza dos prefeitos, e em homenagem a Minas, que saudei. Basta lembrar, atentai bem: nenhum político se igualou a Juscelino Kubitschek. E ele começou sua carreira, sem dúvida nenhuma, administrando e sendo Prefeito de Belo Horizonte, com o binômio “Energia e Transporte”.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o mais jovem Senador de Minas, Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, só para acrescentar sobre Eliseu Resende, que me dá a grande oportunidade na vida de sentar ao seu lado e, em alguns momentos, também me aconselhar, tendo à direita o Senador Eduardo Azeredo. E como Suplente do Senador Hélio Costa, quero acrescentar que o Senador Eliseu Resende é recordista em votos para o Senado em Minas Gerais. Além de ter sido três vezes Ministro, foi o maior especialista em rodovias e hidrovias. Além de tudo, ainda é o recordista em votos na história de Minas Gerais.

Quero apenas acrescentar que para mim é uma honra muito grande estar ao lado de V. Ex^a, e inclusive aqueles segredos que V. Ex^a fala para mim, ao seu lado, aqueles ensinamentos que V. Ex^a passa para mim.

É uma honra muito grande sentar ao seu lado, Eliseu. Parabéns pela sua história. Minas se sente honrada em tê-lo como o Senador da República mais votado na história de Minas Gerais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Magno Malta, do Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro, com muita alegria. Este é um momento importante do País, quando prefeitos do Brasil inteiro, do município, que é a base da Nação, se reúnem aqui. Vêm buscar esperança e voltam com alguma coisa nas mãos. Esse anúncio do Presidente Lula significa, absolutamente, de forma significativa, quase que tudo para algumas prefeituras, esse parcelamento de dívidas com o INSS. E alguns vão levando um pouco mais. Mas essa confraternização, esse entrelace com as autoridades, porque os Senadores

e os Deputados Federais são oriundos desses municípios, certamente significa também muito.

E faço o registro, com muita alegria, Sr. Presidente, de duas figuras que estão ao meu lado. Uma delas é o prefeito de Porto Seguro, Gilberto Abade, do útero do Brasil, onde nasceu nossa Nação, um amigo com uma história igual à minha, a do senhor, a do Presidente Lula, saído da pobreza, que lutou e virou prefeito do seu município, uma pessoa de quem me orgulha muito a amizade.

E também, Sr. Presidente, V. Ex^a que me acompanha e tem me aconselhado tanto para que eu escreva um livro sobre o que falou Dona Dadá, minha mãe, das célebres frases e pensamentos daquela mulher semi-analfabeta, que nasceu em Macarani, uma pequena cidade do interior da Bahia, onde nasci, pois bem, registro, com muita felicidade, a presença do Prefeito Carlinhos, de Macarani, minha cidade natal, hoje aqui no Senado.

Tive o prazer de caminhar com eles, ir a alguns ministérios. Estive agora com o Ministro Alfredo Nascimento, um ministro absolutamente operacional, com um Dr. Pagot, com respostas rápidas para beneficiar esse municípios. Em Porto Seguro, haverá a duplicação da entrada dessa cidade histórica, que já deveria ter sido feita e será feita agora, no mandato do Presidente Lula. E a nossa querida Macarani, da saudosa Dadá, vai sair do isolamento, por conta de uma ação do Governo Federal.

Registro a presença de seus assessores também, do Presidente do meu Partido lá em Macarani, do PR, do nosso querido Partido, e o faço com muita felicidade e à vontade, porque, tendo V. Ex^a na Mesa, com a compreensão que V. Ex^a tem, ficamos à vontade para colocar nossas idéias, aquilo que pensamos, e nossos sentimentos neste plenário.

Acabo de falar com cinquenta prefeitos do Amazonas, onde há um índice altíssimo de abuso de crianças. A CPI da Pedofilia está indo a Manaus. Existem casos concretos, terríveis e escabrosos, de abuso de crianças e de que trataremos em oitavas em Manaus.

Eu dizia isto aos prefeitos, e aos prefeitos que me ouvem agora, que estão nas galerias, que estão na Casa, que vêm prestigiar esta Casa, eu gostaria de dizer que, mais importante do que cimento, do que pedra marroada, mais importante do que fazer asfalto é cuidar de gente. E cuidar das crianças deste País.

Nossa situação é vergonhosa. Tem mais gente usando criança no Brasil do que usando droga – do que usando droga. Nós estamos entre os três maiores abusadores do mundo. Situação vergonhosa, que precisamos combater, e combater com políticas preventivas, para salvar as crianças do Brasil de preda-

dores, desgraçados, pedófilos, insanos, que invadem a emoção psicológica e o moral de crianças e de suas famílias.

Faço esse registro e peço a esses prefeitos que, em suas ações prioritárias, se esta já está incluída, façam dela a primeira; se não está, que a incluam e façam dela a primeira: cuidem das crianças dos seus municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentar a todos os prefeitos e o Prefeito de Porto Seguro. Lá estivemos quando o Presidente da República e estadista Fernando Henrique Cardoso comemorava os 500 anos do Brasil. Era Governador do seu Estado o Senador César Borges.

E os prefeitos também devem agradecer essa conquista ao nosso Senador Garibaldi Alves. Garibaldi Alves era Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, e ele alertou ao Poder Executivo, com a sua franqueza, com a sua experiência de ex-Prefeito e Governador, a problemática que os prefeitos tinham de enfrentar das dívidas do INSS. E eu era comandado – como hoje ainda sou – pelo Garibaldi.

Consultando a lista de oradores inscritos, Senador Flexa Ribeiro, que tinha permutado com o Senador Alvaro Dias. O Senador Flexa Ribeiro é do PSDB do Estado do Pará.

V. Ex^a, pelo Regimento, poderá usar a tribuna por até 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, inscreva-me como Líder do meu Partido. Senador Magno Malta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A nossa Secretária Executiva, Dr^a Cláudia Lyra, está providenciando.

Eu pediria apenas a permissão de atender a burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 5 de março do corrente, quinta-feira, às 10h, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agradecer as vencedoras do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Outrossim, a Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, portanto, 12, será dedicado a comemorar o centenário da Cruz Vermelha Brasileira, de acordo com os **Requerimentos nºs 1.653, de 2008; e 9, de 2009**, do Senador Geraldo Mesquita e de outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para registrar, com muita satisfação – e reconhecer, disse isso pessoalmente a S. Ex^a –, que estive ontem em uma reunião com o Ministro Mangabeira Unger para tratar da questão da Flona (Floresta Nacional) do Jamanxim, na Santarém-Cuiabá, no Município de Novo Progresso, abrangendo também parte do Município de Altamira. Hoje, tivemos com o Ministro Mangabeira Unger reunião na Comissão da Amazônia, com vários Deputados dos vários Estados da Amazônia legal e também de vários Senadores que lá estiveram.

Fui, Senador Mozarildo, um dos críticos, talvez dos mais duros, não da pessoa do Ministro, que é, reconhecidamente, uma pessoa competente, que tem conhecimento para ajudar o Brasil, por toda sua vida intelectual, que exerceu, grande parte dela, nos Estados Unidos; mas fui crítico da criação de mais uma secretaria com *status* de ministério no Governo do Presidente Lula. Era o 37º ministério a ser criado.

Lembro até que, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando discutíamos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), eu disse ao Senador Suplicy que, se ele fosse capaz de dar o nome dos 37 Ministros do Presidente Lula, Senador Mão Santa, eu iria rever a posição da CPMF. Como ele não pôde fazer e não tinha como fazê-lo – porque acho que nenhum membro do Governo pode listar, de cabeça, os 37 ministros –, então, o Senador Suplicy me liberou, pelo desconhecimento, de repensar algo que, para mim, era definitivo, como foi a extinção, ou melhor, o cumprimento da lei que extinguiu a CPMF em 31 de dezembro.

Mas o Ministro Mangabeira Unger tem mostrado, além de ser competente, ter uma determinação e uma coragem muito grande em enfrentar certos paradigmas com relação à Amazônia. Ele reconhece a limitação do seu ministério. Ele mesmo diz que não tem as condições que outros Ministros têm de baixar portarias; ele apenas elabora projetos e defende esses projetos que, na linha do Ministro, Senador Mozarildo, são corretos em relação à Amazônia.

Tenho dito sempre que, todas as vezes em que se tiver de falar algo de bom feito por este Governo, não tenho nenhuma objeção de fazê-lo. E o faço agora em

relação às medidas que o Ministro Mangabeira Unger tomou para a Amazônia Legal. Ele seguiu a linha que todos nós temos seguido, todos nós – o Senador Mário Couto, o Senador Papaléo Paes, o Senador Mozarildo – que somos da Região Amazônica. Se o Governo tem realmente vontade política de desenvolver, de forma sustentável, a Amazônia, tinha de tomar duas medidas emergenciais: a primeira, a regularização fundiária; a segunda, o zoneamento econômico e ecológico da Região em todos os Estados. Sem que isso seja feito, todo discurso em relação à nossa região torna-se palavras de palanque que, sem responsabilidade, são levadas pelo vento.

Ele agora fez com que o Executivo, o Presidente Lula editasse a Medida Provisória nº 458, Senador Mozarildo.

Eu sempre me coloquei aqui contra as medidas provisórias, por elas não terem, na maioria dos casos, nem urgência, nem relevância. Mas agora eu tenho que vir aqui à tribuna, Senador Mão Santa, defender a Medida Provisória nº 458, que trata da regularização fundiária, das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União no âmbito da Amazônia Legal. Ora, se era isso que nós estávamos clamando há muito tempo, no momento em que se baixa uma medida provisória, nós temos que reconhecer da urgência e da relevância dessa medida, e vamos defendê-la e vamos votar a favor dessa edição.

Mas não foi só isso que o Ministro Mangabeira Unger fez. O Ministro Mangabeira Unger, de forma corajosa, além de tratar de frente a questão da regularização fundiária, Senador Mozarildo, tirou essa tarefa do Incra. Graças a Deus que foi tirado do Incra algo que o Incra nunca fez e não queria fazer. Por mais de dez anos, o Incra não titula uma área na Amazônia. Pelo contrário: a ação do Incra na Amazônia é de criar conflito. É para criar conflito, não é para resolver conflito. A ação do Ibama, na Amazônia, é para criar conflito, não é para resolver conflito.

E o Ministro, de forma corajosa, vem de frente para resolver a questão fundiária. E disse ele hoje, na reunião com a Bancada da Amazônia, que o Zoneamento Econômico Ecológico também será feito em todos os Estados. Mas não basta ser feito. Têm que ser aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente e implementados. E ele disse que vai à luta, enfrentando as dificuldades que ele sabe que terá ao longo da sua caminhada.

Mas quero aqui parabenizar a ação do Ministro na regularização fundiária, – e mais – de retirar do Incra, porque o Incra não faria a regularização, como não o fez, e transferir essa regularização para um órgão que pudesse, efetivamente, fazê-la num tempo hábil.

Ouçõ, com muita honra, o aparte do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a é um amazônida por nascimento, por conhecimento e tem aqui feito uma defesa intransigente dos amazônidas que lá vivem. Eu quero dizer a V. Ex^a que eu também no início era um crítico do Ministro Mangabeira Unger, não só pelo fato de se criar mais um ministério no Governo Lula – são mais de 37 –, mas principalmente porque entendia que ia ser mais um para dar palpite sobre a Amazônia sem conhecer a Amazônia. Mas eu me surpreendi, primeiro, com o fato de ele ir à Amazônia – ao meu Estado ele está indo pela segunda vez amanhã. E pelas iniciativas. E ele realmente está tocando nos pontos nevrálgicos para resolver coisas que nós estamos toda hora aqui dizendo, Senador Flexa Ribeiro – V. Ex^a, eu, desde quando era Deputado: que a Amazônia não pode ser olhada apenas como a mata, os bichos e um pouquinho os índios. E os outros 25 milhões de habitantes que moram lá? Não existem? Aí, como V. Ex^a colocou, fica um Incra encravando as resoluções para a Amazônia – não titula, não resolve; o Ibama se preocupando mais com os bichos do que com os homens, com os seres humanos. Nós chegamos ao ponto de, nas nossas cédulas de dinheiro, nosso real, só ter bicho. Então, realmente chegamos a um extremo em que precisava um homem da visão do Ministro Mangabeira Unger, com a autoridade dele, que, inclusive, classificou agora que não pode haver uma postura ideológica em relação à questão da Amazônia e que classificou as esquerdas em três: uma, anacrônica, que realmente está apegada ao passado; uma, um pouquinho mais moderna, que é contra o capital e o neoliberalismo; e essa, mais moderna, com a qual ele simpatiza, que é realmente aquela que busca valorizar o ser humano que vive na Amazônia e explorar as riquezas em benefício do homem – quando falo homem, quero dizer homem e mulher, lógico. Essas medidas concretas estão surgindo, como a questão da titularização das terras da Amazônia. O que adianta ficar gritando que existe grilagem de terra na Amazônia, se o Governo Federal não titula? Se não titula, enseja que a pessoa que lá vive faça grilagem. Zoneamento econômico e ecológico vários Estados já fizeram, mas, sem a questão fundiária resolvida, não adianta nada. Então, quero realmente me somar ao pronunciamento de V. Ex^a e dizer que agora parece que vamos ter uma mudança. Ao se tirarem da mão do Incra, que só encrava o desenvolvimento da região, e do Ibama certas medidas, efetivamente, acredito que, aí, a Amazônia vai ser olhada por outros olhos, com o valor que ela tem, de ser 61% da área do País e de

ter lá 25 milhões de habitantes, que correspondem à população da Venezuela toda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Mozarildo Cavalcanti. Vou incluir o aparte de V. Ex^a que enriquece o meu pronunciamento, até porque V. Ex^a é um profundo conhecedor da nossa região e, de forma muito honrosa, representa o Estado de Roraima aqui no Senado Federal. Então, V. Ex^a também, como amazônida, como todos nós, reconhece as dificuldades. E quando medidas vêm no caminho do que a gente sempre defendeu, como V. Ex^a colocou, temos que apoiá-las. E mais do que apoiá-las, temos que lutar para que o Ministro Mangabeira Unger possa, realmente, colocá-las em prática.

Senador Mozarildo, a questão da regularização fundiária é um dos projetos do Ministro que já tem a medida provisória, mas ele vai mais adiante. Ele está propondo que possa ser construída sem que sejam feitas as eclusas, que é luta nossa, do Senador Eliseu Resende e de vários Parlamentares, para que não se repita o que aconteceu no Pará com a eclusa de Tucuruí – estamos há 25 anos para retomar a navegação do Tocantins e não conseguimos até hoje. Como está acontecendo também no Tocantins, em Lajeado. E como iria acontecer, e espero que o Ministro Mangabeira não permita, nas barragens de Estreito e outras que são feitas em rios que impedem a navegação.

E aí vem um outro ponto, Senador César Borges, em que o Ministro Mangabeira vem ao encontro do que nós, amazônidas, sempre falamos, que é implementar o sistema de transporte hidroviário. Implementar as hidrovias na Amazônia, que são as nossas estradas naturais, que, lamentavelmente, não se podem fazer ou por impedimentos ambientais ou porque não temos as eclusas nas barragens, que são construídas para gerar energia para todo o País.

Então, ele também assume esse compromisso de não permitir que se façam mais barragens sem eclusas. E vai mais além. Ele, na linha que V. Ex^a sempre defendeu, diz que há uma visão equivocada dos antropólogos na questão da política indígena. Ele enfrenta também essa situação, dizendo que os antropólogos, valorizando a visão deles, valorizando a cultura calcificada em detrimento do desenvolvimento dos indivíduos... Então, é outra polêmica, outra luta, outra linha de batalha que o Ministro Mangabeira Unger está abrindo. Então, ele está – disse isso a ele hoje –, de forma corajosa, enfrentando, diria até, Senador Mozarildo, alguns dogmas.

Ele vai mais – diz o Ministro com relação a investimentos na região amazônica: o Ministro Mangabeira Unger afirma que vai se concentrar, Senador Romeu Tuma, na regularização ambiental da Amazônia, com

a obrigação de que não se façam, como eu disse, barragens sem eclusas. Aí diz ele textualmente: “*O direito ambiental brasileiro é um não direito; delega poderes discricionários irrestritos a um elenco de potências*”.

Então, a visão do Ministro Mangabeira Unger é uma visão correta da Amazônia. Ele não quer a devastação da Amazônia, como nós não queremos. Nenhum amazônida quer que se derrube uma árvore a mais na Amazônia, nenhum, ninguém defende isso. Agora, nós defendemos o direito da melhoria da qualidade de vida daqueles 23 milhões de brasileiros que lá defendem a região para o nosso País. Eles têm direito a qualidade de vida idêntica a que têm outras regiões do nosso País, já avançadas.

Isso é possível. Daí se falar muito em desenvolvimento sustentável, daí se apregoar muito o desenvolvimento sustentável. Ora, desenvolvimento sustentável é desenvolvimento. É desenvolvimento, senão seria só sustentabilidade; não teria desenvolvimento. É isso o que o Ministro Mangabeira Unger defende.

Defende também um projeto que eu apresentei há quatro anos. Há quatro anos que o projeto tramita. Foi aprovado por unanimidade aqui no Senado Federal e está lá parado na Câmara por ação do Ministério de Meio Ambiente, que permite aquilo que o Ministro agora defende – a utilização das áreas antropizadas. O que vêm a ser áreas antropizadas? São áreas já alteradas para que se possa ter uma utilização econômica dessas áreas e fazer a compensação em áreas de preservação, segundo o zoneamento econômico-ecológico. Então, o zoneamento econômico-ecológico será a linha de direção de todos os Estados, de toda a região. Quais serão as áreas de preservação? Essas não têm que ser tocadas. Quais são as áreas para que se faça manejo florestal, de uso semi-intensivo, e que áreas poderão ser intensamente utilizadas na economia? E essas áreas quais são? São as áreas já alteradas. Não se quer mexer na floresta.

É possível que com a adesão do Ministro Mangabeira Unger a essa linha de luta, que tem o Ministro Reinhold Stephanes como defensor, o próprio Presidente Lula... Eu tenho informações, Senador Wellington Salgado, de que o Presidente Lula também acha que se deve usá-las, principalmente agora numa crise mundial, temos que gerar emprego e renda. E temos áreas abandonadas, totalmente abandonadas. O Senador Mário Couto, assim como eu, do Estado do Pará, se sairmos meia hora ou uma hora da capital, vamos encontrar centenas, milhares de hectares ou não utilizados ou subutilizados.

Então, essas áreas já modificadas precisam ser incorporadas na atividade econômica e se faça a pro-

teção ambiental nas áreas definidas pelo zoneamento econômico e ecológico.

Espero que realmente o Ministro Mangabeira Unger possa ter sucesso nos projetos que ele corretamente propõe para a Amazônia.

Ouçõ com muita honra o aparte do Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Flexa, é muito feliz a colocação de V. Ex^a quando cita o Ministro Mangabeira. Tive a oportunidade junto com o PMDB, na época do nosso Presidente anterior, de jantar na Casa da Presidência com o Ministro Mangabeira, em que ele colocou bem claro que hoje no mundo você tem os países que dominam a tecnologia e os países que fazem a mão-de-obra barata, Índia. E o Brasil está justamente no meio. Para onde vamos? E outra coisa que o Ministro colocou também, que me deixou tremendamente impressionado, é que ele defende, para que você passe o conteúdo de nação, onde isso acontece para que todos se unam? No serviço militar. Ele defende que todas as classes sociais, os mais ricos, os mais pobres têm que servir o serviço militar, têm que dormir no local, comer junto, o rico, o pobre, o branco, o negro. E ali, você começa a desenvolver a questão de nação. E ele defendia

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Obrigado. Vou ser rápido, Senador Flexa. Ele defendia também a questão das florestas, que é o que V. Ex^a está colocando. Não é simplesmente chegar e dizer que não podemos usar as florestas. Então, está bem, paguem para nós alguma coisa para que possamos zelar por tudo isso, para que tomemos conta, mas não podemos prejudicar as pessoas que tentam um futuro naquela região. Temos que encontrar uma solução, e a solução colocada por V. Ex^a e pelo Mangabeira é para onde temos que caminhar. V. Ex^a foi muito feliz em fazer essa colocação desse grande pensador que é o nosso Ministro Mangabeira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só para encerrar, Presidente Mão Santa, para não seguir sua linha de pronunciamentos bastante extensos, vou tentar resumir o final, porque não poderia deixar, Senador Romeu Tuma, de falar também de outro projeto do Ministro Mangabeira Unger: a aviação regional na Amazônia.

A Amazônia tem que ser ocupada. Então, o Ministro quer retornar, Senador Mário Couto, com a construção de aeroportos. Agora mesmo, lamentavelmente, houve um acidente no Estado do Amazonas porque não havia aeroporto alternativo, antes de Manaus, para um pouso. Foi necessário um pouso que se mostrou

desastroso, lamentavelmente, no rio. Mas ele quer retomar a construção dos aeroportos na Amazônia e criar linhas regionais na Amazônia de tal forma que se possa realmente ter a presença do Governo, isso que é importante, em todos os seus níveis nos Estados da Região Amazônica. E vai mais...

Vou voltar ao assunto para cumprir o Regimento,

Mas ele fala de algo que é importante, Senador Cristovam: a questão do modelo federativo, sobre o qual temos falado várias vezes.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Temos falado várias vezes que é preciso fazer a revisão do pacto federativo, para que os nossos prefeitos, que estão vindo a Brasília e vêm todos os anos, não tenham que ficar de pires na mão, mendigando recursos da União, que concentra mais de 60% da arrecadação do País, para depois fazer as benesses, sejam elas através de questão política, com “p” minúsculo, para deixar os prefeitos à míngua, sem terem recursos para atender onde vive o cidadão. É no município que nascemos, é no município que vivemos e é no município que morremos.

Então, os prefeitos não precisariam estar aqui. Temos que fazer a revisão do pacto federativo.

Se o Presidente Mão Santa permitir, Senador Augusto Botelho, terei muita honra em ouvi-lo, porque, amanhã, V. Ex^a terá um Ministro no seu Estado de Roraima.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, pessoalmente, gostaria de ouvi-lo, sim, mas o nosso César Borges está inscrito, está pacientemente aqui esperando e temos que atendê-lo, porque Roma, na Itália, tinha doze Césares e nós só temos esse: César Borges. Então, ele estava comunicando à cadeia de televisão que usará da palavra agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Mão Santa, eu encerrei o meu pronunciamento. O Senador Augusto Botelho está abrindo mão de fazer o aparte, o que, para mim, é lamentável, porque o conhecimento que o Senador tem da nossa região – e aqui vejo o Senador Mário Couto –, com o conhecimento que esses Senadores têm não podemos perder a oportunidade de falar sobre a Amazônia para todo o Brasil, para que os brasileiros das outras regiões incorporem de uma vez por todas que a Amazônia também é Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a passou 25 minutos na tribuna. Por justiça, eu daria 25 minutos a cada um. Seriam, portanto, 75 minutos. E o César Borges?

Em homenagem à Bahia, ao César Borges e ao Senhor do Bonfim.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente. Permita-me, Senador César Borges, usar a palavra pela ordem.

Quero apenas saudar, Sr. Presidente, a presença do nosso Prefeito de Faros, sua esposa e secretários; assim como o Presidente da Câmara do nosso querido Estado do Pará. Prefeito Denis, faço isso em meu nome, em nome do meu companheiro Senador Flexa Ribeiro.

Quero também, Sr. Presidente, com muita honra saudar o Prefeito de Almas, no Tocantins. Trata-se do prefeito mais jovem do Brasil, com 21 anos. S. Ex^a está ali.

Para terminar, Presidente, Mão Santa – e peço apenas um minuto. Presidente Mão Santa, eu gostaria de antes de ir embora para minha casa poder dizer a V. Ex^a duas palavras: Quero dizer que passei esses quinze dias, depois do retorno, falando em duas questões neste Senado: uma, da segurança do meu Estado; outra, dos aposentados – e V. Ex^a é um daqueles que participa na frente parlamentar de proteção aos aposentados.

Quero dizer a V. Ex^a que o feriado de Carnaval vai atrapalhar algumas decisões importantes nossas, mas quero pedir a V. Ex^a que tenha a seguinte atenção, porque V. Ex^a é um dos homens sensíveis a esta causa, é um dos homens que inclusive me chamou a atenção logo que entrei aqui. V. Ex^a disse a mim: “Mário Couto, olhe para a classe dos velhinhos que essa classe está abandonada no nosso País. Vamos fazer uma frente de luta aqui, neste Senado”. Eu não arredarei um milímetro sequer dessa questão, nem de retomar a paz do meu Estado e nem de ver os velhinhos brasileiros que trabalharam tanto para este País estarem abandonados, pisoteados, massacrados. Eu não vou arredar um milímetro dessa questão, Presidente.

Eu quero pedir a V. Ex^a, pedir ao Presidente Sarney que marcassem imediatamente uma reunião com o Presidente da Câmara. Oxalá, tomara que esse seja diferente do outro porque o outro, quando cheguei lá para conversar com ele, ele me olhou, perguntou qual

era o meu partido. Quando eu disse para ele qual era o meu partido, ele baixou a cabeça, e eu fui embora.

Tem uma palavra para isso e não vou dizer para não ofender ninguém, não vou falar. Já falei com o Presidente Sarney, já falei com V. Ex^a, já falei com o Vice-Presidente Marconi Perillo para que interfira. V. Ex^a que agora está na Mesa com força, com poder, interfira, marque essa reunião após o Carnaval para que possamos decidir a votação dos projetos na Câmara em favor dos nossos queridos aposentados, dos quais V. Ex^a é um dos grandes defensores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como Shakespeare disse, não tem bem nem mal. Foi um mal ali para o nosso orador que está paciente, mas também foi um bem, porque amanhã tem a primeira reunião da Mesa Diretora e eu, como sempre, sou liderado por V. Ex^a, embora na Mesa Diretora o Líder seja o Sarney. Então, levarei esse apelo, esse clamor em nome dos velhinhos aposentados.

V. Ex^a, Senador César Borges, poderá usar da palavra regimentalmente por 20 minutos. Mas jamais ousarei cortar os 20 minutos, porque V. Ex^a representa a Bahia, a Bahia que homenageamos, de Antonio Carlos Magalhães. Com todo o respeito a Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a trouxe modernidade, pois trouxe a indústria automobilística para o Nordeste, a Ford, do Henry Ford, que deu ensinamento, é uma escola de trabalho. Ele disse que, em dificuldades, se tivesse um incêndio na sua fábrica, ele ensinaria, iria à luta fazendo um produto em maior quantidade, em menor tempo e com menor custo. Esses são os princípios da indústria que também tem essa filosofia que V. Ex^a trouxe para o Nordeste.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que fosse esclarecido por V. Ex^a, na ordem de inscrição após o Senador César Borges, qual seriam os Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antonio Carlos Valadares pela Liderança do PSB, Senador Cristovam como orador, depois Valter Pereira também como orador, e Jayme Campos, nº 15.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Por favor, vamos cumprir então essa ordem, para nós...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos, vamos, vamos. E é o número 15 do meu Partido. E a Bíblia lá em Salomão diz: “A palavra branda afasta a ira e a palavra dura traz o furor”.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu sou 25.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, a sua generosidade com a minha pessoa e com o meu Estado, a Bahia. Acho que sempre que colocarmos o Senhor do Bonfim e a Bahia, eu vou ter prioridade nesta tribuna, porque não podemos negar nada nem à Bahia nem ao Senhor do Bonfim. Mas agradeço a gentileza e generosidade em me conceder a palavra.

O assunto que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, é do conhecimento geral, todos discutem, ocupa os espaços de toda mídia internacional e nacional: a grave crise financeira que ocorre no mundo. Ainda ontem, o Senado americano aprovou o plano do Presidente Barack Obama de quase US\$900 bilhões, que veio se acrescentar mais a US\$700 bilhões de dólares que já tinha sido aprovado anteriormente, para tentar debelar essa crise que infelizmente, veio em péssima hora, para tirar o mundo de um caminho de crescimento, de desenvolvimento, de geração de emprego, principalmente para os países chamados emergentes, para o Bric, o Brasil, a Índia, a China e a própria Rússia; uma crise que afeta, inclusive, o Primeiro Mundo. Então, todos nós estamos acompanhando apreensivos os efeitos dessa crise sobre o sistema econômico-financeiro do nosso País, os impactos negativos e perversos, que são traduzidos, inclusive, em milhares de vagas de trabalho perdidas para o trabalhador brasileiro.

Uma das razões dessa retração na atividade econômica é o fato da diminuição do crédito. As empresas estão, todas elas, com dificuldade de acesso ao crédito. E esse acesso de crédito fica difícil porque não há confiança no recebimento. E onde é que estamos vivendo um problema, Sr. Presidente, que é a minha preocupação central neste momento? É no custo do recurso.

Vejo o Presidente Lula dar a sua opinião de que é preciso que o Copom reduza de forma mais acentuada e mais apressada a taxa Selic, que está em 12,75%, mas que pode cair muito, porque não é possível que o Brasil continue campeão mundial em taxas de juros. Mesmo se a Selic fosse praticada, iria depender da sua aplicação: quem aplicar em qualquer instituição financeira, se não for um volume muito alto, receberá menos do que a taxa Selic; e, se for muito alto, vai receber um pouco mais do que a taxa Selic.

Pois bem, se fosse o custo do dinheiro do empréstimo que mantivesse a atividade produtiva em movimento, com a geração dinâmica de emprego no

nosso País, desse custo de 12,75 se poderia até dizer: é suportável. Lamentavelmente, Sr. Presidente, não é isso que acontece. Nós sabemos que qualquer micro ou pequeno empresário que precisar de um empréstimo bancário vai pagar em torno de 40% por ano. E sabemos também que, se o empréstimo se der por intermédio de cheque garantido ou cartão de crédito, essa taxa chega a mais de 100% ao ano, muito diferente da taxa Selic.

E por que isso ocorre? Por que isso ocorre? Por que tem um famoso **spread** bancário, ou seja, um valor adicionado à taxa básica de juros. O Brasil é “campeoníssimo” nas taxas mais elevadas do mundo, do **spread** bancário e das taxas próprias de juros.

Então, Sr. Presidente, eu tenho acompanhado pela imprensa o debate sobre as causas desse elevado **spread** bancário no Brasil – por que esse **spread** tão alto? Por que essa diferença entre a taxa de juros paga pelo tomador de empréstimo e a recebida pelo aplicador ou poupador? – assim como as possíveis soluções para minorar os efeitos desse **spread** elevado, que no momento de crise econômica se agigantam, magnificam-se.

Aqui nós já discutimos medidas para baixar o **spread**. Uma delas, a Lei de Falências ou a chamada Lei de Recuperação das Empresas, que daria mais segurança ao retorno do crédito das entidades financeiras. Lembro-me que quando discutimos aqui, no Senado Federal, essa lei, que veio do Executivo e foi aprimorada no Senado, questionamos os representantes da Febraban, a Federação Brasileira de Bancos, quanto seria o impacto para diminuir o **spread**, porque a lei vinha tirar o risco, o que, segundo as entidades financeiras, faz com que o **spread** seja elevado. Pois bem, votamos a lei e o **spread** não caiu.

Foi votado no Senado, e seguiu para a Câmara, projeto de lei – que lá na Câmara não foi aprovado lamentavelmente –, numa tentativa de fiscalizar esses valores, para que eles fossem praticados em níveis toleráveis pela economia. O Cade (Conselho Administrativo de Desenvolvimento Econômico) poderia fazer a fiscalização em lugar do Banco Central, a fim de não permitir que se trabalhe em cima de oligopólio com bancos que pratiquem taxas elevadas. Lamentavelmente, no entanto, Sr. Presidente, nenhuma dessas medidas impactou a desejada redução da tal taxa do **spread**.

Parece inquestionável que, sob qualquer referência que possamos adotar, os **spreads** bancários são, no Brasil, extremamente elevados se compararmos com outros países. Uma recente avaliação feita pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi), a média do **spread** embutido nas taxas de juros

brasileiras – veja bem, Sr. Presidente – foi de 34,88% em 2008, a maior do mundo e 11 vezes superior à média internacional.

Por que o Brasil precisa praticar uma taxa de **spread** tão elevada? Já pagamos uma carga tributária pesadíssima, que recai sobre as costas do contribuinte e do produtor brasileiro, e, quando é preciso recorrer ao crédito, porque sem crédito não há economia que evolua – crédito funciona como o ar, como o oxigênio funciona em nosso corpo –, paga-se uma taxa de **spread** 11 vezes superior à média internacional.

Então, essa é uma questão da maior importância para ser discutida, e o momento é extremamente oportuno. O País passa por uma crise que não é dele, que foi importada dos Estados Unidos e da Europa, mas, na globalização, estamos incorporados. Não há como dizer que o Brasil não sofrerá os efeitos; já os está sofrendo. Claro que queremos que eles sejam os menores possíveis, e o Governo adota, toma providências. Entretanto, é preciso tomar alguma providência com relação a essa questão.

Os cálculos do Banco Central apontaram um **spread** médio de 27% em 2008, enquanto o estudo do ledi sugere o valor de 35%. Há um divergência entre o Banco Central e o ledi. De qualquer forma, Sr. Presidente, ou pelo cálculo do Banco Central, ou pelo cálculo do ledi, esse valor ficou bem acima da média das 62 nações em desenvolvimento apontadas pelo estudo, que foi 6,5%. A média brasileira é 35%, pelo cálculo do ledi.

Sr. Presidente, quais as causas apontadas para essa indesejável liderança do Brasil na questão do **spread**? Os impostos cobrados pelo Governo Federal – e aí o Governo Federal pode dar sua contribuição para a redução –; o risco da inadimplência; os elevados compulsórios que são praticados – para os quais o Governo também pode dar uma solução –; a ausência de garantias para o credor no caso de calote. Essas são as principais fontes e fatores apontados pelas instituições financeiras para o elevado **spread**. Por outro lado, é inegável o peso, que há que se reconhecer, da oligopolização bancária – poucos bancos operam no mercado –, sem falar das elevadas margens de lucro obtidas.

Ninguém é contra o lucro. O lucro é normal na economia capitalista e é, inclusive, uma mola-mestra para incentivar os investidores. É normal. Agora, o lucro excessivo, em detrimento de outras atividades econômicas, é um papel do Estado regulamentar.

Sr. Presidente, apesar de os bancos alegarem que os **spreads** já foram maiores no passado, foi justamente no atual momento que nós vivemos de crise financeira, com crédito escasso para financiamento das empre-

sas, que os **spreads** voltaram a subir, a despeito da redução, foi feita pelo Governo em momento oportuno, dos recolhimentos compulsórios e da redução da taxa de juros, ainda tímida – apenas um ponto percentual –, mas já realizada. Esperamos que na próxima reunião do Copom possa haver uma redução maior do que a que houve até agora do **spread** bancário.

Enquanto isso, lamentavelmente, vemos lucros enormes existentes no sistema financeiro brasileiro.

O próprio Banco Central, Sr. Presidente, reconhece esse problema e tem, felizmente – despertou diante da crise –, sugerido medidas que vão desde a redução das exigências burocráticas para as operações de pequeno valor para os micro e pequeno empresários, e a redução das contribuições e dos impostos, que o Governo pode fazer para facilitar o crédito – redução do PIS e da Cofins –, até a modernização do cadastro informativo de créditos não quitados do setor público, o tal Cadin, temido por todos, facilitando o acesso às informações, e mais garantia para o crédito.

No âmbito do Poder Legislativo algumas proposições podem ajudar, contribuir para a redução do **spread** bancário. Eu citaria, Sr. Presidente, nos processos de cobrança de empréstimos, que seria importante separar da controvérsia os juros do principal. Quem estiver em discordância com os juros cobrados paga o principal e questiona os juros. Então, os devedores seriam impedidos de adiar o pagamento do principal, enquanto se discutem, até na Justiça, os juros, as multas, os encargos, que muitas vezes são exorbitantes e multiplicam o valor da dívida.

Outra medida, Sr. Presidente, é regulamentar o cadastro positivo dos bons pagadores. Isso daria mais segurança às entidades de crédito e elas poderiam baixar os seus **spreads**.

Cito, ainda, a proposta de racionalizar os processos judiciais e adotar súmulas vinculantes ou impeditivas de recursos para o recebimento desses créditos de forma mais célere.

Eu mesmo, Sr. Presidente, no ano de 2004, apresentei um projeto que obrigava o Banco Central a adotar políticas de redução desse **spread**. Mesmo porque, se nós temos no Brasil metas de inflação, metas fiscais, por que não termos uma meta também para os juros bancários, para o custo do dinheiro, para o **spread** bancário? Aí se diz: é porque o mercado é livre. O mercado é livre, quando, na verdade, é oligopolizado.

Por isso, eu sempre falei, Sr. Presidente, aqui, do papel importante dos bancos estatais. Se o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica também praticam esses **spreads** elevados – e o Governo pode e tem influência sobre a política desses dois bancos, porque é o acionista principal do Banco do Brasil e da Caixa Econômica –,

então, há que se dizer, não temos muita saída. Porque, se o Banco do Brasil, que poderia praticar taxas bem menores e mais acessíveis, não o fizer, muito menos os outros bancos privados vão fazê-lo.

O Banco Central passou a anunciar, em sua página na Internet, recentemente, o acesso à lista dos juros cobrados pelas instituições financeiras. Com isso, deu visibilidade à população, nos diversos segmentos de crédito, para que as pessoas físicas e jurídicas possam saber os juros que estão sendo praticados e escolher aqueles que praticam os menores juros, dando preferência àquelas instituições.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que é importantíssimo neste momento minimizar os efeitos sociais da grave crise financeira por que nós estamos passando, para que as empresas possam produzir e investir, gerando os empregos e a renda necessários. Enfim, para que a economia volte a funcionar normalmente, é preciso mais crédito, com juros menores, e sem dúvida uma política de redução do **spread** bancário deve estar no centro dos debates nesta Casa e nas demais instâncias de Poderes do País.

O que nós sentimos são os efeitos perversos dessa crise que aí está e que já afeta setor público e setor privado. No setor privado, as demissões a cada dia se avolumam e são anunciadas em todos os setores da economia. No setor público, estão os Prefeitos de todo o Brasil, que aqui vieram para o Encontro Nacional, que já estão sentindo os efeitos no Fundo de Participação dos Municípios, até porque, para combater a crise no setor automobilístico, por exemplo, foi feita uma redução do IPI, e, de imediato, uma redução do IPI significa menos recursos para Municípios brasileiros e para os Estados brasileiros, porque, lamentavelmente, na distribuição da carga tributária do País, os impostos que são repartidos com Estados e Municípios são o IPI e o Imposto de Renda. As contribuições ficam unicamente para a União. Quando se fala em redução do IPI no setor automobilístico, pagam todos os entes federativos brasileiros, sejam Governo Federal, Governos estaduais, ou, principalmente, Municípios, que já vivem numa situação que é totalmente injusta para os Municípios, que têm de assistir à população diretamente e são exatamente os entes federativos que menos recebem do bolo tributário cobrado do contribuinte brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu espero que algo possa ser feito e quem tem de fazer isso é o Governo Federal, quem tem de fazer isso é o Banco Central. Tem de acordar com os bancos, tem de chamá-los para um momento de esforço e de sacrifício de toda a sociedade brasileira, para que nós possamos vencer mais rapidamente essa crise que aí está assolando

nosso País, trazendo tanto desassossego a tantas famílias que estão perdendo a sua sustentação através do trabalho digno do trabalhador brasileiro.

Então, Sr. Presidente, quero reafirmar que, junto à discussão de redução da taxa Selic e do custo do dinheiro do Brasil, essa discussão do **spread** tem de ser feita em nível de Congresso Nacional e em nível de Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento de César Borges, orientando o Governo Federal a diminuir os juros para melhorar a economia e aumentar a possibilidade de emprego e trabalho dos brasileiros...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, mas já está na tribuna, como Líder, o Senador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe, que representa o PSB.

Então, pela ordem, com muita sensibilidade, respeitando a tolerância e a paciência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E representa de forma honrosa, com um trabalho permanente em defesa do nosso querido Estado de Sergipe.

Encaminho à Mesa dois requerimentos, mas gostaria de não fazê-lo. São dois requerimentos de pesar: um, pelo falecimento do Sr. Elias Salame da Silva, ocorrido hoje, em Belém, no meu Estado do Pará. Ele foi líder empresarial no Estado, tendo exercido a presidência da Associação Comercial do Pará e da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex). Foi Deputado Estadual de 59 a 69; Deputado Federal de 63 a 67. Recebeu várias medalhas, entre elas a da Ordem do Mérito do Grão-Pará e a da Ordem do Mérito Advocatício.

Eu solicito a V. Ex^a que, aprovado o requerimento, seja inserido em Ata voto de profundo pesar pelo falecimento do nosso amigo Elias Salame da Silva e, também, que sejam apresentadas condolências à família.

O segundo voto de pesar é pela morte do escritor e poeta, um símbolo do Estado do Pará, Max Martins da Rocha. Nascido em Belém, em 1926, Max Martins é a expressão máxima da poesia paraense.

Autodidata, trabalhou no Instituto Medicamenta Fontoura, como chefe de escritório em Belém; no Ministério da Saúde – Sucam, como inspetor administrativo; e desde 1991 era diretor da Casa da Linguagem, da

Fundação Curro Velho, em Belém. Membro da Academia Paraense de Letras.

Assim, também solicito a inserção de voto de profundo pesar nos Anais do Senado e apresentação de condolências à família.

O poeta e escritor Max Martins da Rocha é autor de vários livros e cito aqui, apenas, alguns deles: **O Estranho e Anti-Retrato**. Os dois receberam, respectivamente, prêmios da Academia Paraense de Letras e da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Também, **Não para Consolar**, outro livro do poeta Max Martins, recebeu, em 1992, o Prêmio Olavo Bilac, da Associação Brasileira de Letras, dividido com o poeta Antonio Carlos Osorio.

Então, são dois requerimentos de pesar pelo falecimento de duas figuras proeminentes: uma, das letras, da cultura, e outra, da área empresarial, que muito faltarão ao Estado do Pará.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois de dar o prêmio de paciência ao Senador Antonio Carlos Valadares, digo que a Mesa aguarda os requerimentos de V. Ex^a para que tenham a tramitação habitual.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez, nesta Sessão Legislativa, seja a primeira vez que um Senador se refere à PEC dos Vereadores.

A PEC dos Vereadores teve uma tramitação normal aqui, no Senado Federal. Ela foi dividida em duas partes: uma para ser promulgada pela Câmara imediatamente e uma outra, transformada em uma PEC paralela pelo nobre Relator aqui do Senado, o Senador César Borges. Essa PEC gerou quase que uma crise institucional, envolvendo o Presidente do Senado, que agiu acertadamente ao mandar para a Câmara a redação final da PEC. Enquanto o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arlindo Chinaglia, a meu ver, agiu de forma equivocada, precipitada, para não dizer desatenciosa, numa desconsideração jamais vista nos Anais da história do Congresso Nacional, quando, pela primeira vez, um Presidente da Câmara se recusa a promulgar uma matéria oriunda do Senado Federal, no caso, afirmando que a PEC paralela não resolveria o problema dos Vereadores das Câmaras Municipais.

Ora, já havia precedentes outros, como na reforma da Previdência, na reforma do Judiciário, confirmados esses precedentes pelo próprio Supremo Tribunal Federal, de que o Poder Legislativo tem a competência, tem a capacidade constitucional de fazer uma divisão de propostas, aliás, num ato de engenharia inteligente.

te, de iniciativa do Senador Tião Viana, por ocasião, se não me engano – a primeira vez –, da PEC da Previdência.

Mas, Sr. Presidente, tenho, aqui, um documento que foi objeto de um artigo que escrevi para o *Jornal da Cidade*, de Aracaju. Ele foi publicado em outros jornais. Na verdade, é um resumo da história da PEC dos Vereadores, que coloca nos seus devidos lugares a verdade de sua tramitação, os equívocos cometidos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, a sua desatenção e, eu poderia dizer, a sua demagogia contra os Vereadores, porque, na realidade, não houve nenhum aumento de despesa, as Câmaras ficaram com um número menor de Vereadores, com a mesma despesa que teriam se tivéssemos aumentado o número de Vereadores. Quer dizer, uma incongruência, uma demagogia que foi em cima do Senado, que foi em cima de Garibaldi Alves, que foi em cima dos pobres suplentes de Vereador espalhados por todo o Brasil.

O artigo, Sr. Presidente, é vazado nos seguintes termos:

PEC dos Vereadores, o Pomo da Discórdia.

A Mesa da Câmara dos Deputados numa ação de puro marketing político enterrou de uma vez o sonho de suplentes de vereador em todo o Brasil. Em cima de políticos simples e desconhecidos que se preparavam para assumir um mandato de vereador, figuras com bastante poder no Congresso, tentando atrair holofotes e acenar para a mídia, barraram a pretensão que estava prestes a se concretizar. Agora esses senhores da Mesa da Câmara dos Deputados, em face da decisão que tomaram, posam como arautos da moralidade e usam de sua aparente revolta e de seu arsenal de maldades para os seus projetos de ascensão política. Tanto que, no dia imediato à jogada esperta, aproveitando-se da situação que, à primeira vista, lhe parecia favorável, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, em meio à polêmica, lançou, na mesma hora, a sua candidatura ao Governo do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, com um discurso afiado, em atitude de desafio, se recusava a assinar a promulgação, instigando a opinião pública contra o Senado, insinuando, falsamente, que a PEC aumentava despesa.

Se é assim, por que então o Presidente da Câmara encaminhou tão malsinada proposta para o Senado? Por que não a deixou dormindo nas abarrotadas gavetas da Casa, no mesmo lugar onde dormitam

centenas de propostas mais importantes, como a da revitalização do rio São Francisco, que, por sinal, se encontra na pauta da Câmara há mais de seis anos? Por que resolveram colocar, em cima da hora, já no apagar das luzes do funcionamento das duas Casas, a PEC dos Vereadores?

A PEC dos Vereadores, desde o ano de 2004, sem pressa para despertar, repousava nas gavetas da Câmara dos Deputados. No entanto, para agradar os candidatos a Vereador antes das eleições, a Mesa incluiu na pauta, para ser votada apressadamente no fim de maio do ano passado.

Com o Senado repleto de medidas provisórias trancando os seus trabalhos, a matéria chegou à CCJ, com um incremento de 7.343 novas vagas de Vereadores, sendo o Relator designado, o Senador César Borges, do Estado da Bahia.

Para dar como resolvido o ponto nevrálgico e mais polêmico (a questão da despesa), o relator, na Câmara dos Deputados [escutem isto], deu uma redação contorcionista, na tentativa de enrolar e convencer a mídia, que criticava a matéria por criar impacto na despesa pública. Por esta razão, a PEC original, aquela que chegou ao Senado, tocava na questão da despesa, trazendo no seu conteúdo verdadeiras armadilhas ou artimanhas de ordem política, como a fixação de limites de despesas das Câmaras de Vereadores de acordo com a receita do Município, expressa em Real [em Real], abandonando o critério da população, conjugado com o da receita, como prescreve a Carta Magna de 88, no seu art. 29, “a”.

Toda essa coisa malfeita, mal redigida, no fundo tinha objetivos demagógicos e oportunistas, pois, afinal, terminava por colocar nas costas do Senado a responsabilidade de corrigir o monstro que veio Câmara ou rejeitar a proposta eivada de defeitos e armadilhas.

Tenho certeza de que a Mesa da Câmara sabia que a proposta, como estava colocada nas mãos do Senador César Borges, não podia prosperar. Que o Senado assumisse, então, possível desgaste com a modificação que precisava ser feita [a Câmara sabia que precisava ser feita a modificação]. Com a negativa em não assinar a promulgação, o Senado foi apunhalado pelas costas.

Hoje estou convicto de que melhor seria para o Senado ter recusado essa matéria,

colocando-a no arquivo das coisas mal-conduzidas e mal-elaboradas.

O que foi, então, que aconteceu no Senado que provocou a turbulência, que até o STF foi chamado para intervir?

Em virtude das distorções e incongruências embutidas na PEC dos Vereadores [que veio da Câmara], os Senadores resolveram aperfeiçoá-la. Todavia, só poderiam fazê-lo, e promulgá-la pelo menos em parte, se fosse desmembrada em duas propostas. Na primeira, o Senado concordaria, como concordou, com o aumento do número de Vereadores, o mesmo número que veio da Câmara dos Deputados, de 7.343 novas vagas. Essa proposta destacada do texto original é a que deveria ter sido promulgada para entrar em vigor de imediato. Todavia, a promulgação não se efetivou porque, de forma proposital e premeditada, engendraram uma argumentação falsa de que o Senado estaria inflando despesas nas Câmaras Municipais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a determinou que eu andasse com o Regimento, e eu ando. Mas espere: há **O Espírito da Lei**. O Regimento é de 1970 e diz que cada líder poderia, depois da Ordem do Dia, usar da palavra por vinte minutos. Mas, naquele tempo, só havia dois partidos. Aí é que chega Montesquieu com **O Espírito da Lei**. E o Rei Salomão diz: “A verdade está no meio”. Então, não são cinco minutos, nem vinte minutos. Eu já lhe dei dez minutos, que é o tempo salomônico e a nota para V. Ex^a. Então, use sua capacidade sintética, para dar oportunidade a todos, à comunhão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Quero saber se estou fora do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. V. Ex^a está dentro do meu coração. V. Ex^a tem mais dois minutos. Cristo, em um minuto, fez o Pai-nosso, e V. Ex^a, em dois minutos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas estou fora do Regimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, está no meu coração. O Regimento está muito velho e antigo, e V. Ex^a está novo. Acho que o Regimento foi feito antes de V. Ex^a ter nascido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, se V. Ex^a me permitir, vou terminar a leitura, já que estão presente muitos Vereadores, neste momento, no Senado. Muitos Vereadores passa-

ram *e-mails* para mim e para o Senador César Borges, para que fizéssemos um pronunciamento sobre essa matéria, inclusive para tirar essa imagem negativa que ficou, com a aprovação dessa PEC pelo Senado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou fazendo uma ressalva, defendendo o Senado Federal. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me desse o tempo suficiente para eu terminar a leitura deste artigo e ouvir pelo menos o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E diga aos Vereadores que sou o “seu Cirineu” nessa jornada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Dois fatores nos convenceram em aprová-la [a PEC]: a perspectiva do fortalecimento da representação popular e uma maior participação dos pequenos partidos e dos candidatos mais pobres na disputa eleitoral. Penso que, numa democracia, quanto maior a representação popular nas Casas legislativas, melhor será para a população, desde que seja observada a limitação de gastos.

A segunda proposta, que passou a ser denominada de PEC Paralela, que trata dos repasses ou dos limites de despesa, foi remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ser apreciada no início dos trabalhos legislativos de 2009.

Sr. Presidente, vou pular alguns parágrafos, para ouvir os Senadores César Borges e Valter Pereira. Por isso, vou citar apenas o caso do Estado de São Paulo, que tem uma arrecadação mensal de cerca de R\$2,3 bilhões. Teria um percentual de repasse, pelo que veio da Câmara dos Deputados, igual ao repasse da cidade de Aracaju, 2%, isto é, a Câmara de Vereadores de São Paulo ficaria nadando em dinheiro, com um superávit mensal de R\$20 milhões – é superávit, está sobrando dinheiro –, enquanto a Câmara de Vereadores de Aracaju, da minha querida Capital de Sergipe, com aquele repasse previsto e aprovado pelos Deputados, 2% da receita, ficaria impossibilitada de honrar até o pagamento dos seus funcionários e os subsídios dos Vereadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, concluo a leitura do documento:

Portanto, é uma falácia alguém afirmar que o Senado contribuiu para aumento da despesa pública ao aprovar a PEC dos Vereadores. Explorar esse fato é mostrar intolerância ao fa-

zer uma leitura fácil e destrutiva da atuação do Poder Legislativo, o Poder desarmado e mais transparente, cujo funcionamento traduz se uma nação tem ou não uma democracia.

Concedo a palavra, se V. Ex^a me permitir, Sr. Presidente, ao nobre Relator da PEC dos Vereadores, o Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permito, pela relevância e importância do Vereador no organograma da democracia.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Quero parabenizar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas antes peço, Sr. Presidente, que seja publicado na íntegra esse artigo, porque tive de pular alguns parágrafos para atender ao Regimento.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Quero parabenizar, Sr. Presidente, esse artigo e esse pronunciamento que faz o Senador.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não vai faltar tempo para a defesa dos Vereadores.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – S. Ex^a fez uma análise profunda, correta, honesta e séria. E seriedade é muito importante no Parlamento. Ninguém aqui está brincando, muito menos o Senado Federal. Num momento de crise, aumentar despesas? Muito pelo contrário, ficamos de analisar o art. 2º da PEC nº 20, a PEC dos Vereadores. Entretanto, não podemos assumir a responsabilidade de inviabilizar a democracia nos Municípios brasileiros, inviabilizando as Câmaras de Vereadores. Nós agimos corretamente. Tenho a consciência tranquila, Senador Antonio Carlos Valadares, bem como meus Pares, porque isso foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aqui por 58 votos a 5. E veja V. Ex^a que, constitucionalmente, não há possibilidade de a Câmara não promulgar. Lamento apenas que o STF esteja demorando tanto a se pronunciar, porque as PECs paralelas já foram sujeitas a Adins, a declarações de inconstitucionalidade, e o Supremo confirmou que esse é um método legislativo, uma prática legislativa perfeitamente legal. Então, só cabe à Câmara dos Deputados promulgar. Parabenizo seu artigo e espero que, rapidamente, o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, um constitucionalista, possa refletir e fazer essa promulgação, sem qualquer procrastinação ou demora. Da mesma forma, espero que o Presidente do Senado, Senador José Sarney, possa entrar em entendimento com o Presidente da Câmara para resolver essa questão. O que não pode-

mos é procrastinar, sob pena de compactuarmos com a inconstitucionalidade. Então, tenho a consciência tranquila de que cumpri meu dever ao relatar a PEC. Defendo a forma como o Senado a aprovou e espero que, para se fazer justiça à representação popular nos Municípios, ela seja rapidamente promulgada, senão vamos reduzir. Imaginar que, num Município com 1,5 mil habitantes, há nove vereadores e que, num Município com 50 mil habitantes, também há nove vereadores, nisso não há objetividade; não há lógica nesse tipo de representação popular. As Assembleias Legislativas, as Bancadas de Deputados Federais de cada Estado são uma representação proporcional ao eleitorado. As Câmaras de Vereadores têm de ser formadas de forma idêntica. Não podemos ficar, como disse bem V. Ex^a, nesse sofisma, muitas vezes nesse desconhecimento, quando não má-fé, para analisar esse assunto importante para o Brasil. Parabenizo V. Ex^a! Estamos solidários e vamos nessa luta até o fim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Ouçó o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos, esse episódio nos expôs diante de duas circunstâncias: a da verdade e a da hipocrisia. Eu gostaria de fundamentar minha convicção pelo seguinte fato: o que se passou para a opinião pública foi, na verdade, a ideia de que a PEC dos Vereadores foi de autoria do Senado, que a teria aprovado, e de que, posteriormente, a Câmara a teria rejeitado. Aí reside a hipocrisia, a primeira hipocrisia. Por quê? Porque todos nós sabemos que a PEC foi aprovada na Câmara, foi aprovada pelo Plenário da Câmara. Não foi só a Mesa Diretora que a aprovou, mas, sim, a maioria esmagadora do Plenário da Câmara dos Deputados. Pois bem, veio para o Senado essa proposta aprovada. E, aqui, o Senador César Borges fez uma mudança que não alterou o objeto, que não alterou o fundamental da proposta, o essencial da proposta, mantendo, na íntegra, o que veio da Câmara. Retirou apenas uma sentença, uma sentença de morte, porque é uma incongruência colocar um dispositivo que reduz drasticamente os custos quando se sabe que, na reposição da representação que havia sido confiscada, que havia sido seccionada pelo TSE, para repor aquilo ali, precisava-se manter, pelo menos provisoriamente, o que estava previsto na Constituição. Então, o que fez o Senador César Borges? Tirou, única e exclusivamente, aquilo que ia matar as Câmaras municipais.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tirou a ferida, para consertar.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Exatamente, tirou a ferida. Para fazer justiça e repor a verdade, S. Ex^a retirou aquilo que ia, na verdade, matar as Câmaras, mas sem eliminar, porque, na PEC Paralela, essa questão, que era polêmica, ia ser discutida, como vai ser discutida, porque a PEC Paralela ainda existe. Então, essa é a verdade. O que aconteceu? O Presidente da Câmara – e V. Ex^a fez uma bela exposição sobre esse assunto –, demagogicamente, reuniu a Mesa e disse: “Olha, isso não pode ocorrer, porque foi alterada a PEC”. Ora, não houve alteração do objeto, não houve alteração do objeto. Isso já tem jurisprudência. V. Ex^a lembrou a jurisprudência que há na Casa. São fatos idênticos que já aconteceram, como a Reforma do Judiciário e a Reforma da Previdência. Foi a mesma coisa. Agora, V. Ex^a suscita o assunto. Essa questão tem de ser passada a limpo; é preciso que ela seja passada a limpo. E, agora, começo a ouvir algumas conversas de que vai ser submetida ao Plenário, de que o Plenário tem de decidir. Não consigo mais entender, Senador César Borges, como é que funciona o Legislativo. Vou falar para V. Ex^a com toda a honestidade: faço parte do Legislativo desde os anos 70 e não consigo entender mais como é que isso funciona, porque, de repente, aquilo que já passou pela fase de admissibilidade, que passou pelas Comissões técnicas, que foi para o plenário e que, depois do plenário, já foi para a outra Casa, de repente, vai voltar para o plenário da Câmara dos Deputados. Alunos da faculdade de Direito começam a me perguntar isso, e não sei como responder. Sou advogado, tenho formação jurídica e já não sei responder qual será a decisão da Câmara dos Deputados. A grande verdade é que a Mesa da Câmara, especialmente o então Presidente Chinaglia, agiu aqui, diante de todos nós, movido única e exclusivamente por uma hipocrisia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Jogou o Senado às feras.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Agiu por uma hipocrisia oportunista, eleitoreira, e isso exige reparação. Isso exige reparação. É preciso que a população entenda que lá ele deveria ter impedido que a Câmara a aprovasse. Ele não teve força para impedir isso, e a atitude dele foi de desautorização do Plenário da Câmara. Hoje, a vontade da Mesa prevalece sobre a da maioria do Plenário. É muito difícil entender como está a cabeça do Legislativo brasileiro, infelizmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valter Pereira.

Afinal, concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Queria só lembrar – se não foi lembrado no discurso de V. Ex^a; cheguei um pouquinho atrasado – que V. Ex^a foi autor do projeto em que tomamos um tombo aqui, por um golpe inexplicável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, eu era o Relator, na primeira vez.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – V. Ex^a era o Relator. E praticamente era uma recomposição – não era aumento – de Vereadores. É dessa recomposição, é dessa proporcionalidade entre o número de eleitores e o número de Vereadores que fala o Senador César Borges.

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não havia biônico nisso. O Senador César Borges sabe que é com aqueles que foram votados que vão recompor a Casa. Não há biônico, não há nomeação. Sabemos que estamos lutando pela reforma tributária: a União com 60%, o Estado com 25% e o Município com 15%. Desde então, vários ônus têm recebido. Há vários Prefeitos aqui que, provavelmente, não aguentam mais responder pela responsabilidade que estão recebendo na área do ensino, da saúde; há uma série de fatores. Com o que o Senador se preocupou? Quando o Supremo reduziu o número de Vereadores, ele deixou a mesma verba. Não mexeu na verba, não tirou a verba ou disse: “Tem de diminuir a despesa”. Ficou igual. O Senador César Borges, que tem experiência administrativa por ter sido Governador – e V. Ex^a também –, sabia que não podia, dentro do que foi aprovado na Câmara, responder ao ônus que teria o Município dentro de uma Câmara de Vereadores recomposta. Então, retirou, para evitar uma polêmica ou um desespero dos Municípios de repassar para a Câmara Municipal aquilo que não daria para pagar as despesas. Então, o que fez? Eticamente, com responsabilidade e com amor ao Erário, disse: “Vamos discutir isso depois, com calma”. E aí aprovou aquilo que era a recomposição de números das Câmaras Municipais. Não estou falando em aumento de número de Vereadores. Falam em aumento, mas não existe aumento, Senador. É recomposição. Quando V. Ex^a fala em aumento, V. Ex^a o faz para criar mais cargos. Mas não é isso. V. Ex^a está recompondo aquilo que era anterior à decisão do Supremo. Por quê? Porque a população aumenta praticamente todo ano. Cumprimento V. Ex^a. No dia em que sua relatoria foi derrotada, sofri muito. Tive de sair da Presidência, para que aquele que modificou tudo encerrasse a sessão. V. Ex^a se lembra da angústia por que passamos em razão disso, pois praticamente estava resolvido o assunto.

Por quê? Porque V. Ex^a fez o cálculo, e o Estado, que derrotou a medida, aumentava, em uma porcentagem razoável, o número...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eram mais de duzentos Vereadores.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eram mais de duzentos Vereadores, ao contrário do que acontecia nos outros Municípios. Eu não diria que isso foi um golpe, porque é uma expressão chata, e o advogado aqui pode representar contra mim. Não foi um golpe, mas foi uma jogada horrorosa. Ele fez o cálculo e sabia que, se rejeitassem a proposta de Antonio Carlos Valadares, seria aumentado o número de Vereadores em seu Estado em mais de 200 Vereadores, enquanto nos outros Estados diminuiria o número, em razão da decisão judicial. Obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma lembrou que a classe política, por meio daquela decisão, da rejeição de uma proposta que fazia uma recomposição justa e equidosa das Câmaras de Vereadores, até falando em redução de despesa, foi derrubada aqui. É mais uma prova, Sr. Presidente, de que não é só a mídia... Às vezes, muita gente culpa a mídia de desgastar ocasionalmente o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Nesse episódio, mais uma vez, o Presidente da Câmara dos Deputados desgastou o Senado Federal sem necessidade alguma. E o Senado Federal agiu acertadamente. Naquele episódio, um Senador amigo meu, que admiro muito, por sinal, perdeu a candidatura de Senador da República; falo do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a completa 30 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, Sr. Presidente, o que estou dizendo é que atitudes como essa, ao invés de valorizar o Poder Legislativo, colocam cada vez mais na lama das dificuldades o Poder Legislativo, até sem merecer, como é o caso dessa questão dos Vereadores.

Na Constituição, o art. 29-A diz como será feito o repasse para cada Câmara de Vereadores. Ora, não se aumentou o número de Vereadores, e os repasses estão no art. 29-A da Constituição. Isto é, se aumentarmos o número de Vereadores, Sr. Presidente, o repasse continuará sendo o mesmo para os Vereadores. E, com isso, quem vai ganhar é a comunidade. Quem vai ganhar com isso é a representação popular, pois haverá mais Vereadores sem se aumentar a despesa.

Era essa a defesa que eu queria fazer não só da PEC, mas principalmente da atuação acertada do Senado Federal, do seu Relator, da Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania e do Plenário, quando votou. Quando votei, votei consciente de que estava valorizando o Poder Legislativo nos Municípios, onde nasce a política, onde cresce a democracia, onde se realizam as obras e onde o cidadão sente o cheiro da política. Quando votei naquela proposta, jamais imaginei que a demagogia ia enterrar e desgastar o Poder Legislativo, como fez o Presidente da Câmara dos Deputados.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“PEC DOS VEREADORES, O POMO DA DISCÓRDIA”

Publicada no **Jornal da Cidade** de Aracajú (SE).

A Mesa da Câmara dos Deputados numa ação de puro marketing político enterrou de uma vez o sonho dos suplentes de vereador em todo o Brasil. Em cima de políticos simples e desconhecidos que se preparavam para assumir um mandato de vereador, figuras com bastante poder no Congresso, tentando atrair holofotes e acenar para a mídia, barraram a pretensão que estava prestes a se concretizar. Agora estes senhores, em face da decisão que tomaram, posam como arautos da moralidade, e usam de sua aparente revolta e de seu arsenal de maldades, para os seus projetos de ascensão política. Tanto que, no dia imediato à jogada esperta, aproveitando-se da situação que, à primeira vista, lhe parecia bastante favorável, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, em meio à polêmica, lançou na mesma hora a sua candidatura ao governo do Estado de S. Paulo. Ao mesmo tempo, com um discurso afiado, em atitude de desafio, se recusava a assinar a promulgação, instigando a opinião pública contra o Senado, insinuando, falsamente, que a PEC aumentava despesa.

Se é assim, por que então o Presidente da Câmara encaminhou tão malsinada proposta para o Senado? Por que não a deixou dormindo nas abarrotadas gavetas da Casa, no mesmo lugar onde dormitam centenas de propostas mais importantes como a da Revitalização do Rio S. Francisco, que, por sinal, se encontra na pauta há mais de 6 anos?

A PEC dos Vereadores desde o ano de 2004, sem pressa para despertar, repousava nas gavetas da Câmara dos Deputados. No entanto, para agradar os candidatos a vereador antes das eleições, a Mesa a incluiu na pauta para ser votada apressadamente, no fim de maio. Com o Senado repleto de Medidas Provisórias trancando os seus trabalhos, a matéria chegou à CCJ, com um incremento de 7.343 novas vagas de vereadores.

Para dar como resolvido o ponto nevrálgico e mais polêmico (a questão da despesa), o relator na Câmara deu uma redação contorcionista, na tentativa de enrolar e convencer a mídia, que criticava a matéria por criar impacto na despesa pública. Por esta razão, a PEC original, aquela que chegou ao Senado, tocava na questão da despesa trazendo no seu conteúdo verdadeiras armadilhas ou artimanhas de ordem política, como a fixação de limites de despesas das Câmaras de Vereadores de acordo com a receita do município expressa em real (R\$), abandonando o critério da população conjugado com o da receita, como prescreve a Carta Magna de 88.

Toda essa coisa mal feita, mal redigida, no fundo, tinha objetivos demagógicos e oportunistas, pois, afinal, terminava por colocar nas costas do Senado a responsabilidade de corrigir o monstro ou rejeitar a proposta eivada de defeitos e armadilhas. Tenho certeza que a Mesa da Câmara sabia que a proposta como estava não podia prosperar. Que o Senado assumisse então possível desgaste com a modificação que precisava ser feita. Com a negativa em não assinar a promulgação, o Senado foi apunhalado pelas costas.

Hoje estou convicto de que melhor seria para o Senado ter recusado essa matéria, colocando-a no arquivo das coisas mal-conduzidas e mal-elaboradas.

O que foi então que aconteceu no Senado que provocou a turbulência que até o STF foi chamado para intervir?

Em virtude das distorções e incongruências embutidas na PEC dos Vereadores os senadores resolveram aperfeiçoá-la. Ainda, só poderiam fazê-lo, e promulgá-la pelo menos em parte, se fosse desmembrada em duas propostas. Na primeira, o Senado concordaria, como concordou, com o aumento de vereadores, o mesmo número que veio da Câmara dos Deputados, de 7.343 novas vagas.

Esta proposta destacada do texto original é a que deveria ter sido promulgada para entrar em vigor de imediato. Todavia, a promulgação não se efetivou porque de forma proposital e premeditada engendraram uma argumentação falsa de que o Senado estaria inflando despesas nas Câmaras Municipais.

Dois fatores nos convenceram em aprová-la: a perspectiva do fortalecimento da representação popular e uma maior participação dos pequenos partidos e dos candidatos mais pobres na disputa eleitoral. Penso que, numa democracia, quanto maior a representação popular nas casas legislativas, melhor será para a população, desde que seja observada a limitação de gastos.

A segunda proposta que passou a ser denominada de PEC paralela, que trata dos repasses, ou dos limites de despesa, foi remetida à Comissão de Justiça para ser apreciada no início dos trabalhos legislativos de 2009. Ali, numa discussão madura, encontraremos a melhor solução sobre os valores e os limites dos repasses futuros. Essa solução engenhosa de desmembramento de proposições, sem perda ou interrupção da tramitação legislativa, já faz parte da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (PECs paralelas da Reforma da Previdência e da Reforma do Judiciário). Aproveitaram-se então desse fato, amparado em Jurisprudência, para insinuarem que deixaríamos as Câmaras livres e desimpedidas na realização de suas despesas.

Entenda como pensávamos em dirimir essa questão: enquanto o Senado discutia a PEC paralela, se a outra já aprovada (a que fixa e aumenta o número de cadeiras), fosse promulgada e entrasse em vigor, haveria de fato um aumento de vereadores mas sem acarretar aumento de despesa, pois os repasses atuais estão definidos na Constituição. Incurreria em ato de improbidade administrativa quem ultrapassasse os limites estabelecidos.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal as Câmaras não podem gastar mais de 70% em pessoal. Elas, de qualquer modo, teriam que ajustar os seus gastos à nova composição, economizando para não gastarem além do permitido, e para fazerem face ao pagamento dos Vereadores, inclusive dos que ocupassem as novas vagas. Haveria apenas uma redistribuição dos repasses sem aumento de despesa.

Pela norma constitucional em vigor, as Câmaras têm os seus gastos fixados em percentuais que incidem sobre o somatório das receitas, levando-se em conta faixas populacionais de cada município. Para que se tenha uma idéia das distorções que iria causar a proposta da Câmara dos Deputados, se fosse aprovada com a mesma redação, sem a elaboração da PEC paralela, basta que façamos uma comparação. A cidade de S. Paulo, que tem uma receita mensal de cerca de R\$ 2.3 bilhões, teria um percentual de repasse igual ao da cidade de Aracaju (2%), a qual tem uma receita mensal de aproximadamente R\$ 30 milhões.

O que isso significa?

A Câmara de Vereadores de São Paulo ficaria nadando em dinheiro, com um superávit mensal de mais de R\$ 20 milhões, enquanto que a Câmara de Vereadores de Aracaju com aquele repasse previsto e aprovado pelos deputados (2% da receita), ficaria impossibilitada de honrar até o pagamento dos subsídios de seus vereadores.

Em resumo: se o Senado tivesse decidido pela proposta original da Câmara dos Deputados faria com que as Câmaras de Vereadores de municípios ricos acumulassem grandes somas de dinheiro como superávit, induzindo a gastos exorbitantes e desnecessários e a prática de atos de corrupção.

Enquanto isso, Câmaras de Municípios médios e pequenos ficariam com seu funcionamento praticamente inviabilizado, sem verba para manutenção adequada, nem tampouco recursos para cobrir as despesas com a folha de pagamento de pessoal, inclusive a dos seus Vereadores.

Como haveria uma liberalidade para a ganância nas Câmaras das grandes cidades, ou das cidades com grandes receitas, o país teria uma democracia capenga, com vereadores de duas categorias, apesar de eleitos com o voto do povo. O certo é dar direito iguais para todos os vereadores para que possam exercer seus mandatos com honra e dignidade sem abrir brechas para excessos, desperdícios ou desmandos.

Portanto, é uma falácia alguém afirmar que o Senado contribuiu para aumento da despesa pública ao aprovar a PEC dos Vereadores. Explorar esse fato é mostrar intolerância ao fazer uma leitura fácil e destrutiva da atuação do

Poder Legislativo, o poder desarmado e mais transparente, cujo funcionamento traduz se uma Nação tem ou não uma democracia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos. V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, teve sensibilidade política, porque trouxe um dos temas mais importantes, um caso mal resolvido. E ninguém melhor do que V. Ex^a, que inclusive foi não um prefeitinho, como eu, mas um prefeitão. Ainda mais: nesta Casa, simboliza a sabedoria e a grandeza. Está ali um que foi três vezes prefeito, e não simplesmente prefeito, mas um extraordinário prefeito: Jayme Campos. Então, nós lamentamos Chinaglia não ter vivido essa experiência.

Para ensiná-lo – e estamos aqui é para ensinar, para que Chinaglia aprenda a importância do vereador –, devo lembrar que Giscard d'Estaing perdeu as eleições na França para Mitterrand. O grande estadista Giscard d'Estaing, sete anos Presidente de França, discípulo de Charles de Gaulle, ganhou no primeiro turno, mas, no segundo turno, Mitterrand, experimentado, fez aquele jogo político de promessa de emprego e ganhou. A imprensa foi a Giscard d'Estaing e perguntou, na hora que ele empossava Mitterrand: “E a política? O que vai ser?”. Ele disse: “Vou voltar a minha cidade natal, no interior da França, e ser vereador”. Essa passagem simboliza a grandeza do vereador que nós entendemos. Sintetizando isso tudo, eu disse que o vereador era um senador municipal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ordem e progresso, Presidente. Ordem e progresso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A ordem agora é obedecer aqui à lista dos oradores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero, se V. Ex^a permitir e me conceder a palavra pela ordem, registrar a presença do nosso Prefeito de Goianésia, Prefeito Itamar Cardoso, que muito nos honra estar aqui na tribuna de honra do Senado Federal, junto com sua esposa, a Sr^a Mariley Carla, e com dois vereadores, amigos de Goianésia que nos ajudam a desenvolver não só Goianésia, como o Pará, Vereador Evaldo e Vereador Thiaguinho.

Senador Mão Santa, quero também parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pelo pronunciamento. Eu não o aparteei, Senador Valadares, para não tomar o tempo de V. Ex^a na tribuna, Mas quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que realmente é necessário que o Supremo defina a ques-

tão do projeto que foi aprovado por esta Casa e, de forma monocrática, devolvido, não sendo aceito pelo Presidente da Câmara à época, o Deputado Arlindo Chinaglia. Então, acho que V. Ex^a tem toda razão em levantar essa questão.

Por último, Senador Mão Santa, quero fazer o registro de que recebi o volume da revista publicada pela Academia Brasileira de Letras desde 1941. A atual fase dessa importante revista, a Fase VII, que mantém a sua trimestralidade, já conta com 57 números, dos quais quero destacar este, publicado no final de 2008, que traz, em seu conteúdo, artigo intitulado *Vida que valeu a pena*, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB. O artigo trata de homenagear a vida pública de Luís Viana Filho – professor, jornalista, historiador, biógrafo, ensaísta e político –, que foi Presidente do Congresso Nacional. O Líder Arthur Virgílio destaca, em seu artigo, a passagem marcante de Luís Viana Filho na vida pública e na vida literária do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, para não ter dois pesos e duas medidas, vou atender o Senador Garibaldi Alves, que trouxe à Mesa o registro de que estão presentes no plenário a Prefeita do Município de Monções, acompanhada de seu marido Mário Cardoso, da Secretária de Educação, Conceição Viegas, e do Vice-Prefeito José Sousa.

Está presente também o Prefeito de Angicos, no Rio Grande do Norte, Jaime Batista. Isso é uma homenagem ao nosso extraordinário Líder Garibaldi Alves, que homenageia os líderes do seu Estado.

E o nosso Secretário João Pedro reorganizou a lista. Então, de acordo com a metodologia da Secretaria da Mesa, chamaremos Cristovam Buarque, a Líder da Minoria Lúcia Vânia, que está conseguindo o documento, Jayme Campos, por permuta por Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, que está inscrito, Casagrande, Paulo Paim e Romeu Tuma, último inscrito. Mas está escrito no Livro de Deus que “os últimos serão os primeiros”.

Então, Cristovam Buarque, V. Ex^a, pela segunda vez, é chamado a comparecer à tribuna. Na primeira, declinou.

Sei que, regimentalmente, cada um, depois da Ordem do Dia, tem direito a vinte minutos; contudo, lembro que Cristo, ali, disse que comunhão é dividir o pão. Acho que dez minutos são suficientes para todos. Para o Líder do Governo são vinte minutos, mas esse Regimento é antigo. Vinte minutos para um líder era quando só tinha dois partidos. Agora, temos muitos caciques para poucos índios. Tem muitos líderes aqui, é partido como o quê.

Então, o espírito da lei faz com que eu leve essa proposta: dez minutos, que é a nota de cada um.

Com a palavra V. Ex^a...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, dentro do espírito da lei...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas, pela ordem, é de pé. Vamos começar, regimentalmente. Não é um aparte, V. Ex^a está pedindo pela ordem.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar a presença de 45 prefeitos de Municípios de Mato Grosso do Sul que estão participando da sessão desta Casa. Não vou nem enumerá-los para não perder tanto tempo, mas gostaria de registrar, sobretudo, a presença do ex-Prefeito de Paranaíba, Diogo Tita, que hoje é Deputado Estadual na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que está aqui coordenando a bancada do Bolsão Sul-mato-grossense, compreendida por Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Paranaíba, Cassilândia etc. Estão, pois, todos os prefeitos, junto com o Deputado Diogo Tita e também com os vereadores de Paranaíba que, quase na totalidade, estão presentes também nesta sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito perto daqui, Senador Valter, na cidade de Sobradinho, dentro do Distrito Federal, realiza-se nesse exato momento, desde as nove horas da manhã de hoje, o julgamento de quatro réus, acusados do assassinato do Professor Carlos Mota, de uma escola do Distrito Federal.

O Professor Carlos Mota era não apenas uma professor, mas um professor muito especial que conseguiu mudar a escola onde ele estava como diretor, que conseguiu trazer para dentro das escolas as famílias dos alunos, que conseguiu fazer programas que ensinavam os alunos a enfrentar os problemas da contemporaneidade, Senador Augusto Botelho, inclusive o problema das drogas, e, por isso, foi assassinado às 4 da madrugada, na frente da sua casa, depois de o terem chamado e ele ter levantado da cama e ido atender a quem o chamava, e recebeu os tiros que o mataram. Meses atrás isso aconteceu, e os réus, hoje réus, foram presos e chegaram a confessar que tinham feito o assassinato porque o Professor Carlos Mota tentava impedir a venda de drogas dentro da sua escola.

O que está em julgamento hoje na cidade de Sobradinho é muito mais do que o assassinato de um professor. O que está em julgamento é a demonstração deste País e da nossa Justiça se queremos ser tolerantes ou não com a violência nas nossas escolas. Não estamos percebendo a hemorragia que o

País vive pelo fato de que os nossos jovens fogem da carreira do magistério pelo medo da violência, pelas más condições de trabalho, pelos baixos salários. E se há algo que é preciso enfrentar para reverter essa hemorragia, ao lado da formação dos professores, dos bons salários, é um basta na violência que toma conta das nossas escolas.

Uma pesquisa recente da Unesco, feita pela Sr^a Miriam Abramovay, mostra dados absolutamente alarmantes, Senadores, a que nós estamos assistindo de uma maneira pouco séria: 55% dos alunos sabem que existem armas na escola ou ao redor da escola – 55%, Senador Mão Santa; 70% dos alunos dizem que têm acesso às armas – se necessário for, 70% dos nossos alunos, nas escolas de nível médio e fundamental, dizem que têm acesso; 36% dos estudantes de Brasília já ouviram tiros dentro ou ao redor de suas escolas – 36% dos nossos alunos já ouviram tiros! Essa é uma percentagem maior do que em países em guerra, porque, mesmo em países em guerra, esta fica localizada em alguns pontos. Não há 36% dizendo que ouviram tiros. Mas, nas escolas brasileiras, 36% dizem que já ouviram tiros dentro da escola. Os tiros dados dentro ou tiros dados fora, mas eles ouviram desde o interior da escola. Quarenta por cento dos professores consideram que o problema mais grave hoje na educação brasileira, o xis da questão, como diz o jornal *Zero Hora*, num seriado muito interessante que tem feito sobre a educação, 40% dizem que o mais sério problema é a existência das gangues. Metade dos professores, $\frac{1}{2}$, que anotei, 50% dos professores de São Paulo já sofreram algum tipo de agressão na escola.

Senadores, reflitam um pouco sobre o dado que estou formulando; parem de pensar na depressão da economia apenas; parem de pensar apenas em quanto diminuiu a venda de automóveis.

Cinquenta por cento dos professores da cidade de São Paulo dizem que já sofreram algum tipo de agressão dentro da escola onde trabalham. Que futuro vai ter esse País? Que futuro, Senador Valter Pereira?

Pois bem, há mais dados. Quarenta por cento, em Brasília, dos diretores admitem drogas nas escolas. Quarenta por cento dos diretores admitem drogas nas suas escolas, no Distrito Federal. Cinquenta e três por cento sabem que se vendem bebidas alcoólicas nas proximidades das escolas.

Que quadro é esse? Que Brasil está nascendo daí?

Hoje, esse julgamento que se está realizando, neste momento, em Sobradinho, tem um simbolismo, tem uma imagem que vai dar um recado ao Brasil inteiro. Vai dar o recado de que assassinos de professores que tentam impedir o tráfico de drogas dentro

das escolas, os assassinos dos que tentam impedir, matando diretores, a venda de drogas nas escolas ficarão soltos ou serão soltos? Isso é um recado para o Brasil. Sendo soltos, está dado o recado da total possibilidade de que, em nosso País, professores sejam assassinados porque lutam para que seus alunos não caiam nas drogas. É isso que está em julgamento neste momento, aqui muito pertinho de onde estamos, dentro do Distrito Federal, ao lado da residência onde foi assassinado o professor Carlos Mota.

Nós – e passo daqui a pouco a palavra ao Senador Valter Pereira, até com muito prazer, porque o projeto está nas suas mãos e espero que em breve tenhamos o parecer – precisamos dar um basta nisso.

É claro que o verdadeiro basta nisso é encantar a escola, que começa pelo encantamento dos dirigentes políticos deste País para o problema das crianças e da educação. Nós não somos líderes encantados com a educação neste País. Há exceções, mas são exceções. Nossos Governadores, nossos Prefeitos, nossos Presidentes, nós, Senadores, nós, Parlamentares, não somos pessoas encantadas delirantemente em função da educação. Até brigamos por escolas técnicas, porque dá voto; até brigamos por universidades novas, porque dá voto, mas nós não somos encantados com o problema da educação e com a tarefa fundamental de educar as crianças.

Segundo, é encantar os professores, é encantar os alunos, é encantar os pais, é encantar a mídia, para que, juntos, tenhamos um esforço neste País para resgatar o que está em plena degradação no País, que é a escola. Degradação dos prédios quebrados. Eu não vejo bancos quebrados, eu não vejo *shoppings* quebrados, não vejo cinemas quebrados, eu não vejo nem as estações de metrô quebradas. Mas as escolas estão quebradas, e não nos revoltamos com isso. E há degradação de também de escolas, que não são escolas, porque não têm os equipamentos necessários para o mundo de hoje.

Se qualquer um de nós tivesse ido dormir 20, 30 anos atrás, acordasse agora e entrasse num *shopping center*, não saberia o que era; se entrasse num supermercado, não saberia como comprar; se entrasse numa loteria, não saberia como jogar; se entrasse em um banco, 30 anos depois de ter dormido, não saberia como tirar dinheiro nas máquinas, não saberia que aquilo era um banco.

Mas, se tivéssemos ido dormir cem anos atrás, acordássemos agora e entrássemos em uma escola, nós saberíamos que era uma escola, porque elas não mudaram nada nesse período! É preciso encantar as escolas.

Agora, além disso, é preciso de imediato ter um programa que cuide da violência. Há um programa, há um projeto na Comissão de Educação – e o Senador Valter Pereira deve estar em fase final da elaboração do parecer – que cria a agência federal para a segurança escolar no Brasil.

Não dá! Não dá para deixar o problema da segurança escolar nas mãos dos Prefeitos, dos Governadores, com os poucos recursos que eles têm. Não dá!

Nós precisamos ter uma instituição com a força da Presidência da República, com os recursos do Governo Federal, precisamos ter uma instituição que seja capaz de trazer para o colo do Presidente e do Governo Federal a preocupação com a segurança das nossas crianças, com a segurança dos nossos professores, dos servidores das nossas escolas, para parar essa sangria, essa hemorragia, essa evasão de cérebros que hoje ocorre, seja pelo assassinato, como o que aconteceu com o professor Carlos Mota,...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –... em que a sangria foi até o final da sua vida, seja obviamente evitando que mais professores abandonem a carreira.

Hoje, aqui pertinho, na cidade de Sobradinho estamos julgando mais do que quatro réus que mataram um professor. Estamos tomando a decisão – a Justiça, os jurados ali presentes –, e hoje estive pela manhã no Fórum. Assisti ao julgamento, assisti ao depoimento das testemunhas, e ali toda a sensação que eu tive é a de que estávamos julgando o futuro da escola brasileira, pelo menos no que se refere a trazer ou não paz para dentro delas.

Vamos – nesta madrugada, provavelmente, sairá o resultado do julgamento – dar o recado: “Continuem matando professores”; ou daremos o recado: “Basta!”.

Neste País, os professores e as crianças, portanto,...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Neste País, os professores e as crianças, os alunos, portanto, vão ter a Justiça ao lado deles. É pouco, é muito pouco, mas é fundamental para evitarmos a tragédia que está em marcha, sob os olhos da gente, e a gente não está enxergando.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a falar, mas eu não posso deixar de passar a palavra ao Senador Valter para ouvir o seu aparte que muito me honra.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Cristovam, eu sou testemunha de que a luz vermelha que V. Ex^a está acendendo dessa tribuna neste instante

não está sendo acionada agora. Há muito tempo V. Ex^a já vem alertando a Nação para esse grave perigo que está rondando cada escola pública deste País...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – E eu digo a escola pública. Por quê? Porque a escola privada tem a segurança privada que lhe dá uma certa proteção, embora também a violência esteja rondando tais estabelecimentos. Eu gostaria aqui, no pronunciamento de V. Ex^a – e atestando o que estou dizendo –, de lembrar o PLS nº 191, de autoria de V. Ex^a, que cria essa agência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – E eu o estou examinando porque alguns óbices precisam ser contornados e, sobre esses óbices, depois vamos conversar pessoalmente. Mas o que eu gostaria, referendando tudo o que V. Ex^a fala e corroborando toda a inquietação que tem, de lembrar aqui um episódio. Quando fui Secretário de Educação do meu Estado de Mato Grosso do Sul, lá pelos idos de 1989, o dia que mais me chocou foi quando a agente de ensino me trouxe uma diretora com a seguinte decisão: “Secretário, pedi demissão porque um aluno fora esfaqueado na frente do estabelecimento que dirijo e, naquele instante, quando vi o aluno caído no chão, fui socorrê-lo. Esse gesto de socorro custou-me uma ameaça à minha vida. Hoje estou jurada de morte porque prestei socorro a um aluno que estava ameaçado de perder a vida”. Veja a que ponto que chegamos, e foi muito difícil convencer a diretora que ela tinha que continuar dirigindo a escola e que eu iria garantir a segurança dela. Pois bem, isso foi em 1989. De lá para cá, não dá nem para comparar o que vem acontecendo em termos de deterioração da segurança das escolas. V. Ex^a está de parabéns, está coerente com a conduta que vem adotando em defesa do aluno e da escola.

E realmente nós temos que adotar uma política, nós temos que criar mecanismos, nós temos que envolver o Governo nessa questão, porque se não for feito, se não for adotada uma medida eficaz o que vai acontecer? Aliás, já está acontecendo. Alguns professores, alguns diretores, hoje, diante da insegurança e do perigo já começam a fechar os olhos diante da delinquência. Há diretores hoje que já estão se silenciando diante do tráfico que ocorre na frente dos seus olhos. Mas diante do perigo acaba tendo que ficar calados, tendo que se silenciar. Então, V. Ex^a faz um discurso oportuno. Acho que tem que ter, sim, uma política prioritária. Nós temos que adotar medidas urgentes e medidas eficazes para combater a delinquência que ocorre

nas escolas. E o mais grave, a impunidade. Porque já há sentença de juízes mandando aluno voltar para a escolar de onde ele foi excluído por ameaçar os seus colegas, por colocar em risco a vida de diretores e de seus colegas e que de repente volta à escola protegido por uma liminar, quer dizer, colocando novamente em risco, aquele risco que já esperava o diretor ou professor ter afastado com a exclusão do aluno. Então, medidas urgentes têm que ser feitas e ser adotadas. E eu aqui estou para aplaudir a iniciativa, o discurso de V. Ex^a e me somar a essa luta que V. Ex^a está deflagrando em favor da segurança nas escolas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Valter Pereira.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais um minuto de tempo, além dos 20 segundos que ainda tenho, para dizer que a morte de um dos melhores diretores de escola que já tivemos no Distrito Federal, o Professor Carlos Mota, não recupera mais a sua vida, o seu esforço, o seu papel. Mas pelo menos não deixemos que tenha sido em vão. Despertemos para a realidade que nós estamos enfrentando, lembrando que ele foi despertado, retirado da cama e assassinado na porta da sua casa por ser um Diretor de escola, competente e preocupado, capaz de lutar contra o tráfico de drogas dentro das salas de aula, e que por isso foi assassinado. Despertemos pelo menos. Que a morte dele não seja em vão e que saia daqui desta Casa uma preocupação. O Presidente da República, nos seus seis anos, nunca fez, ao que saiba, um pronunciamento sobre o problema da violência nas escolas. Que nós façamos nossa parte, aprovando, também, esse PLS que cria uma Agência Federal de Segurança Escolar no Brasil. Deveria ter partido do Governo Federal, mas eles não tomaram a iniciativa, e a nós fizemos, aqui. Que seja aprovada, nem que seja como uma homenagem ao Professor Carlos Mota.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Professor e Senador Cristovam Buarque, chegou à Mesa um documento comunicando que a Senadora Lúcia Vânia usará da palavra por delegação da Liderança do Bloco da Minoria.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a usará a tribuna. Regimentalmente, seriam 20, mas o Regimento é muito antigo, V. Ex^a não tinha nem nascido, é de 70. Só havia dois partidos. Então, chegamos a um acordo de que são 10 minutos, porque dez é a nota que V. Ex^a merece como Senadora e como encantadora mulher.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como todos os colegas, hoje recebi inúmeros prefeitos do meu Estado, que vieram para a reunião anual ocorrida aqui em Brasília com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Sou municipalista por excelência. Tenho plena consciência de que o Município é o espaço do cidadão e da cidadania.

Ali, no cotidiano, a vida de cada pessoa e de cada família se concretiza. A dinâmica do que acontece no Município reflete o que acontece na sociedade.

No seu espaço ocorre a finalidade maior da democracia, que é a promoção do bem-estar individual e coletivo.

Por isso mesmo, o Município deve ser guindado à sua posição de direito, a de centralidade da vida pública, como um parceiro fundamental dos Estados e da Federação para a implementação de ações de políticas públicas em favor do cidadão.

Senhoras e senhores, a Constituição de 1988 atribuiu aos Municípios um *status* considerável em relação aos demais entes federados: atribuiu-lhes autonomia e assegurou-lhes receitas que lhes garantem razoável sustentabilidade e bases para um efetivo planejamento.

O Município, então, longe de ser um ente federado menor, vem adquirindo centralidade na vida pública, pois é lá que devem começar as políticas públicas, a partir das legítimas demandas da população. É das reais necessidades da população que devem nascer as legítimas políticas públicas.

Nestes tempos em que temos uma necessidade premente de que a austeridade seja um primado das ações públicas, dois parâmetros legais assumem a maior importância: a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações e Contratos, que são uma barreira contra comportamentos pautados pelo vício do uso ilícito dos recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, implantada no governo Fernando Henrique, sinalizou para uma época de transparência nas contas públicas e de ética na gerência pública.

Entretanto, dotados os Municípios de instrumentos fiscais adequados, preocupa-me, sobremaneira, a necessidade de instrumentos legais sobre os quais sejam construídas efetivas políticas públicas sociais.

Como um corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, há o clamor do Tribunal de Contas da União e de todos aqueles que lidam com as políticas sociais por uma lei de responsabilidade social. Essa lei viria dotada de um enorme poder transformador das premissas locais.

Entendo que, sem prescindir do adequado cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso avançar muito mais na busca da eficácia na gestão do dinheiro público, estabelecendo metas para a superação das desigualdades econômicas e sociais e para a melhoria das condições de vida das pessoas, especificamente as de menor poder aquisitivo.

É nessa direção que caminha a PEC nº 29, de 2003, de minha autoria, que está pautada para a próxima votação na Casa.

A par das gritantes desigualdades que caracterizam o quadro social brasileiro, dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, apontam desigualdades estatísticas inaceitáveis: dos 5.562 Municípios brasileiros, cerca de 68, onde vivem apenas 15% da população brasileira, detêm a metade do PIB brasileiro. Essa desigualdade se reflete em todos os fundamentos da cidadania: educação, cultura, saúde, violência, desemprego, entre outros.

Só as políticas públicas de planejamento, aliadas às políticas públicas de inclusão social, podem superar as ações clientelistas que impedem a real distribuição de renda, a criação de empregos e o acesso à educação.

Propomos um Índice Nacional de Seguridade Social, INRS, que terá como base indicadores como expectativa de vida, taxa de mortalidade infantil, nível de renda, nível de emprego, grau de educação, acesso ao saneamento básico e acesso à habitação.

Portanto, eu gostaria, neste momento em que prefeitos estão nos visitando aqui em Brasília, de colocar uma questão que considero muito importante, e que não sei se foi colocada pelo Presidente ontem, quando em contato com os prefeitos. Eles sempre reclamam das condições que temos em relação ao trabalho infantil, em relação à mortalidade infantil, em relação ao trabalho escravo, em relação à própria reforma agrária e a tantos outros itens que são importantes e em que os Municípios podem atuar, de forma evidente, como parceiros do Governo Federal.

Acredito que um encontro como esse é importante principalmente para estreitar essa relação do prefeito com o Presidente da República, para trazer as demandas do Município e tornar os prefeitos não apenas depositários dos recursos centralizados como também parceiros dessas atividades, que podem e devem ser descentralizadas, porque renderão resultados muito mais importantes.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que V. Ex^a, que já foi Prefeito e Governador de um Estado desigual como o nosso, sabe o quanto é importante uma ação social descentralizada, o quanto um prefeito, como par-

ceiro, pode ajudar a combater a mortalidade infantil, pode ajudar a combater a evasão escolar, pode ajudar a combater as diversas doenças infectocontagiosas que acometem as nossas crianças. Enfim, o parceiro prefeito é o parceiro central da Administração Pública.

Nessa ocasião, eles vêm aqui, de espírito aberto, para se tornarem parceiros. Acreditamos que esse encontro se transformará num encontro frequente e que terá bons resultados. Espera-se, principalmente, que o Governo entenda que não se pode mais tolerar esses recursos centralizados. Os prefeitos se deslocam, às vezes, mais de mil quilômetros para chegar a Brasília e liberar verbas, às vezes, de R\$20 mil, R\$30 mil. Isso é desumano, isso não é parceria, isso é dependência política, e o que queremos é a parceria. E, para essa parceria, é preciso entender que o Município é um ente federado e merece a sua independência, não só financeira como também a sua independência política.

Por isso, quero saudar todos os companheiros que aqui estiveram e saudar, de forma muito especial, os prefeitos do meu Estado, do Estado de Goiás. Tive o prazer de receber hoje, em meu gabinete, cerca de 50 prefeitos cheios de entusiasmo, prefeitos recém-eleitos, e com muita esperança. Espero que o que foi dito hoje nesse encontro pelo Presidente da República seja cumprido. Os prefeitos aguardam a renegociação do INSS, que é, sem dúvida nenhuma, um grande empecilho para a liberação dos recursos aqui na área federal.

Portanto, deixo aqui a minha saudação a todos os prefeitos, a todos os Srs. Senadores, que tiveram hoje a oportunidade de ter seus gabinetes repletos de prefeitos, ouvindo as reivindicações dos seus Estados e daqueles Municípios que aqui estiveram representados.

Portanto, muito obrigada, Sr. Presidente, por esta oportunidade. Quero aqui dizer que a Lei de Responsabilidade...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Lúcia Vânia?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora, a questão do planejamento, no Brasil, já tem uma história, que foi abandonada por um longo período da fase chamada autoritária. Lá atrás, com Celso Furtado, com o Plano de Metas e com as tentativas de desenvolvimento regional do Nordeste e, recentemente, foram anunciadas medidas que tinham a ver com planejamento, ou que parecia um projeto verdadeiramente estruturado para curto, médio e longo prazos. Nunca se consumaram. Os chamados planos de investimento plurianuais se transformaram em relações ou referên-

cias, jamais em projetos de fato para médio e longo prazos, numa perspectiva brasileira, na qual médio e longo prazos...

(Interrupção de som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Assistimos agora a um espetáculo: o espetáculo do PAC. O PAC foi previsto para ser um projeto de aceleração econômica, que priorizaria investimentos de diversas áreas e que daria a esses investimentos execução garantida, dessas que não dependem dos constrangimentos usuais para quem é obrigado a liberar pequenas verbas para pequenos contratos. Não deixa de ser uma boa idéia nessa aspecto. Antes dela, o Brasil em Ação era um ensaio semelhante a esse. O fato é que o que deveria ser um projeto, um projeto fundado em prioridades que reproduzissem políticas, transformou-se numa agenda de empreendimentos. Esses empreendimentos entram e saem do PAC. E não saem nem entram porque estão a serviço de uma determinada proposição de política global do País; entram ou saem do PAC em face de pressões políticas que recebem, que reforçam esses empreendimentos, esses projetos. A execução do PAC é sofrível, se não deprimente. Está comprovado aí para quem quiser olhar os números que estão reproduzidos no seu próprio acompanhamento. Um programa de prioridade não pode ser executado em 40%. Um programa de prioridade deve ser executado em 100%, senão não é prioridade. Menos ainda, não é um programa, porque quem desenvolve apenas 40% ou 30% não está desenvolvendo um programa, mas, sim, uma tentativa de programa. Não há arranjo para o planejamento, para a formação de prioridades que pudessem mudar o cenário econômico do País ou determinadas situações sociais.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – É uma operação, uma operação política que, neste instante, tem um nome: é a campanha presidencial da Ministra Dilma Rousseff. A campanha da Ministra poderia ser: Unidade e Ação! Trabalhadores Avante! Mobilização pelo Povo! Mas não, é PAC. O PAC é a campanha da Ministra Dilma Rousseff. Chamar aquilo de Projeto de Desenvolvimento e Aceleração Econômica do País é brincadeira! Não tem nada a ver. E, neste instante, é absolutamente avassaladora a operação de divulgação do PAC e das suas conquistas. Há um investimento muito claro na divulgação, que reproduz a Ministra em todo lugar e o Presidente quase sempre. Nem sempre ou quase sempre para inaugurar coisa alguma, a não ser pedras fundamentais. Lá, no meu Estado, pedras fundamentais foram inauguradas muitas vezes. Agora mesmo, pedras fundamentais serão inauguradas de

novo. Eu não conheço, rigorosamente, nenhum projeto concluído e inaugurado. Nenhum deles. Há um grande laboratório previsto, que está no PAC, para o Município de Goiânia, produção rigorosamente científica de medicamentos para o Nordeste, um hemocentro, que é do PAC, e está lá um terreno que já foi inaugurado. Um dia desses inauguraram a casa de força do que deveria ser, ou melhor, a pedra fundamental da casa de força do que deveria ser um projeto de refinaria. Um dia desses estava prevista a inauguração de um empreendimento de um empresário privado no mar, a cerca de 30 ou 40 quilômetros. Houve, depois, uma decisão de não fazê-lo. Era praticamente impossível, em alto-mar, uma pedra fundamental. Na falta da pedra fundamental – ali só havia peixes –, não houve nenhuma inauguração confirmada, a inauguração da pedra fundamental. A repetição sistemática dessas “inaugurações” – entre aspas – vai criando na população a perspectiva, ou impressão, de que algo de muito importante está sendo feito. O problema é que não está sendo feito. Não está sendo feito na transposição das águas do Rio São Francisco, que é o projeto mais divulgado pelo Governo Federal no Nordeste; há projetos de refinaria questionáveis, dos quais um aparentemente caminha em marcha lenta, que é no meu Estado, Pernambuco; a duplicação da BR-101, que está lá no PAC, prioritária, se alguém perguntar: está realizada? E vou responder: não está realizada coisa nenhuma, vai terminar em 2010 ou 2011, na melhor das hipóteses, obra que já demanda cinco, seis ou sete anos e que, se fosse prioritária, seria feita em dois ou três. Não fizeram antes porque foram tentadas uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove licitações, que, por razões muito especiais, não foram confirmadas. Então, esse é o PAC, essa é a festa. Nada contra a festa dos prefeitos. Os prefeitos merecem muitas festas. Tudo a favor da solução dos seus problemas, que não estão resolvidos, que não foram resolvidos e que não estão a caminho de ser resolvidos. Acho que existe uma grande fantasia e uma forte pressão da propaganda. A presença diária do Presidente da República, por duas, três, quatro, cinco vezes, nos organismos de comunicação de massa, aos quais nós, da oposição, não temos acesso; isso tudo cria um ambiente de aparente otimismo que não se confirma na prática, nem nas inaugurações que não ocorrem e muito menos nos resultados macroeconômicos e nos resultados que têm a ver com emprego, que estão em declínio. Então, precisamos ser realistas. Este ano e o ano que vem devem ser anos nos quais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ...a sociedade brasileira deve apreciar com detalhes o que aparece como sendo – e não é – um programa para mudar o Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra.

Quero dizer, Senador, que concordo inteiramente com V. Ex^a. É muito importante que friseamos isso aqui e agora, porque os prefeitos saíram carregados de esperança, como sempre. Todo ano, eles vêm e são motivados com essa concentração, com a decisão de que obras mais virão para seus Municípios; no ano seguinte, fazemos um balanço e nada aconteceu. Portanto, é muito importante que nós estejamos atentos.

Daí por que estamos travando uma guerra santa em torno da regionalização dos orçamentos. Eu acredito que, se não conseguirmos fazer com que o Governo aceite regionalizar os orçamentos, nós jamais teremos condições de combater as desigualdades regionais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a engrandece o Senado da República.

Eu acho muito natural o comportamento do Presidente Luiz Inácio. Ele não está acostumado, no Executivo, com a participação da mulher. Mas quero dar um testemunho. O estadista Fernando Henrique Cardoso teve duas extraordinárias mulheres – a Dilma vai ter que suar a camisa dela –, a Dona Ruth Cardoso, no seu mais exemplar trabalho, no programa mais sério deste País, o Programa Solidariedade; e esta mulher, a Senadora Lúcia Vânia, responsável pelo Peti.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mas a Dilma vai suar por quê? Não entendi essa comparação. Por que a comparação da Dona Ruth Cardoso com a Dona Dilma?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estou dizendo mulher, sexo feminino. Só isso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dona Ruth não está mais aqui – está no céu –, mas não existiu num país uma dama tão correta e tão realizadora. Digo isso com espírito de gratidão, porque governei o Estado do Piauí e vi o que era o Programa Solidariedade.

Agradeço também a Lúcia Vânia ter ajudado, a mim e à Adalgisa, a implantarmos o Peti, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que é uma das páginas mais belas da administração brasileira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no meio da tarde, por volta de 15h30, fiz um pronunciamento contrário à manutenção, no Brasil, do Sr. Cesare Battisti, que, na minha opinião, é um bandido, um guerrilheiro e tem de ser extraditado pelo Supremo Tribunal Federal.

No instante em que eu falava – falava pela Liderança da Minoria –, o Senador Eduardo Suplicy pediu um aparte, e eu o concedi. Mas estava na Presidência o Senador Sarney, que nos advertiu de que, regimentalmente, não era possível o aparte. Naquele instante, o Senador Eduardo Suplicy disse que tinha uma audiência no Supremo Tribunal Federal e que, dentro de meia hora, voltaria para que pudéssemos continuar aquele embate. Ele teria a palavra como orador inscrito e, então, me concederia o aparte para que pudéssemos debater.

Passadas quase quatro horas, como o Senador ainda não retornou – certamente ele teve outros afazeres – e eu tinha combinado de ficar no plenário, peço a V. Ex^a e aos Senadores aqui presentes desculpas por ter de me ausentar, porque tenho outros compromissos. Fiquei até este instante para poder polemizar com o Senador Eduardo Suplicy, mas me coloco à disposição para que, em outras oportunidades, esse debate possa, em grande nível naturalmente, acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Jayme Campos, do Estado de Mato Grosso, dos Democratas.

Senador Demóstenes, posso até estar preocupado de ele ter entendido e lhe convidado não para o debate aqui – principalmente em se tratando de direito e de justiça –, mas que ele tenha lhe convidado para um outro debate, um boxe, já que ele é boxeador.

Com a palavra Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, que subiu a esta tribuna no dia de hoje para falar sobre a PEC dos Vereadores.

Na verdade, a decisão do Presidente da Câmara, no mínimo, foi obscura, tendo em vista que, na história republicana brasileira, nós não tínhamos visto ainda uma decisão de um Presidente de uma Casa Legislativa em relação à matéria, que foi, naturalmente, transitada e aprovada aqui no Plenário do Senado Federal.

Eu quero dizer que a minha indignação é muito grande, até porque o Presidente da Câmara foi desleal, na medida em que a opinião pública, pelo que tenho conversado no meu Estado, com a minha população, em geral entendeu que essa PEC foi o Senado que propôs e aprovou. Não é verdade. Nesse caso, particularmente, muitos achavam e acham que nós estamos criando mais despesas para o Poder Executivo e, sobretudo, para a sociedade brasileira de uma maneira geral porque se está aumentando o número de vereadores. Nós não estamos aumentando; estamos apenas recompondo o número de vereadores nas Câmaras Municipais do nosso Brasil.

Sr. Presidente, na verdade, a minha fala aqui se refere a outro assunto.

Ao longo de sua história, o Brasil se acostumou a dar as costas para o interior, admirando apenas o seu exuberante litoral. Somente na década de 1950, com a construção de Brasília e a inevitável marcha para o Oeste, nós nos demos conta das inesgotáveis possibilidades da região central do País, não apenas do ponto de vista material e econômico, mas também nos aspectos humano e cultural.

Agora, quando o mundo se assusta com a tempestuosa crise que se propaga em escala planetária, vamos encontrar abrigo não mais no cobijado cenário externo, nem tampouco nas grandes metrópoles construídas nos momentos de fausto; vamos encontrar segurança no interior desta Nação, que resiste às adversidades do mercado internacional, arando a terra e plantando alimento e gerando energia renovável.

As explicações para nossa força como sociedade produtiva não estão na Bolsa de Valores ou na Avenida Paulista, no coração financeiro da América do Sul, mas sim nas fazendas, nas minas, nos frigoríficos, na construção civil, no comércio e na pequena indústria do interior do Brasil.

Digo isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o Governo Federal precisa olhar o interior do País com mais atenção e respeito; precisa encarar o Município como membro ativo da unidade federativa, e não como mero apêndice de uma organização política arcaica e defasada.

Diariamente, centenas de Prefeitos acorrem ao Planalto Central, como na data de hoje, buscando desesperadamente auxílio para enfrentar as demandas de suas localidades. Vivem permanentemente asfixiados pela escassez de recursos e por uma distribuição injusta do bolo tributário. Mal conseguem fazer frente às suas múltiplas obrigações. E, quanto menor o Município, menos perspectiva existe.

Neste sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da

República, a criação do PAC do Interior – um programa de apoio ao crescimento dos pequenos Municípios brasileiros.

Como todos os senhores sabem, o Programa de Aceleração do Crescimento, concebido pelo Governo Federal, tem como fundamento básico a aplicação de receitas públicas e privadas em obras de grande porte, buscando o fortalecimento da macroeconomia nacional.

O programa é essencial para o desenvolvimento do País. Mas seu foco está calibrado excessivamente no mercado, deixando o núcleo da organização social desta Nação, o Município, fora desse plano estrutural.

Atualmente, nosso País é formado por 2.740 Municípios com população igual ou inferior a 30 mil habitantes. Subi a esta tribuna para falar em nome dessas cidades que, segundo dados do IBGE, sofreram um êxodo da ordem de 27% entre os anos de 1991 e 2000, ou seja, nesse período, 1.496 Municípios com baixa densidade demográfica perderam massa populacional. Isso decorre, obviamente, da falta de investimento em logística e infraestrutura social nessas localidades, dessa forma subtraindo as oportunidades para quem lá vive. Principalmente os jovens são os mais afetados por essa realidade.

Por outro lado, recentes estudos do IBGE indicam que ocorreu uma melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em regiões críticas como o Nordeste e o Centro-Oeste, porque houve um lento mas efetivo deslocamento de indústrias das regiões metropolitanas para o interior, e do Sul/Sudeste para esses quadrantes. É um sinal da vitalidade do interior do País, onde as demandas sociais são menos intensas e a violência menos percebida.

Cabe, portanto, ao Governo Federal articular um amplo programa de apoio aos pequenos Municípios, investindo em obras, capacitação profissional e antecipação tecnológica para o interior brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Mato Grosso, meu Estado, tem sido um espetacular laboratório econômico e social deste País nas últimas três décadas. Com o evento de fortes correntes migratórias, lá brotou uma civilização produtiva. Municípios como Lucas do Rio Verde, considerado modelo em matéria de arrojo econômico e exemplo do IDH para a Nação, formam a base de nosso desenvolvimento. Dos 141 Municípios que integram nossa Unidade Federativa, exatamente 122 possuem menos de 30 mil habitantes. Mesmo assim, ela se destaca como grande produtora de grãos, sendo a primeira na colheita de soja e também líder do plantio de algodão. Temos o maior rebanho bovino do País e nos preparamos para, em breve, também contarmos com a maior criação de suínos e aves do

Brasil. Ou seja, os pequenos Municípios formaram uma cadeia para esta potência agropastoril que se tornou nossa região.

Mato Grosso é um Estado pujante e sólido, calcado exclusivamente na força empreendedora de sua gente, que necessita de investimentos públicos, principalmente em momentos de crise, necessita de obras estruturantes, mas também precisa das pequenas ações do Governo: reforma de escola, construção de casas, postos de saúde e recuperação de estradas, investimentos que, muitas vezes, as pequenas prefeituras não possuem receita para efetivar.

Por isso mesmo, reitero a proposta da criação do PAC do Interior, voltado exclusivamente para Municípios com menos de 30 mil habitantes e que apresentem projetos de pequeno porte que possam ser financiados de maneira rápida e sem burocracia. Tais recursos seriam aplicados na própria economia dessas cidades com a contratação de mão de obra local e compra de material nas localidades, aquecendo a economia do interior e alcançando um verdadeiro exército de trabalhadores, muitas vezes excluídos dos programas nacionais de geração de emprego.

Não podemos desconhecer que dos 5.564 Municípios brasileiros, 2.740 possuem população inferior a 30 mil habitantes. Nossa realidade é feita de pequenas cidades, microeconomias, sociedades arraigadas culturalmente e que, assim, representam nossa identidade política.

De tal forma, Sr. Presidente, que alguns podem imaginar que o PAC do interior possa ser uma utopia, um sonho, mas não. Ele vai representar a diferença entre uma sociedade abatida por uma crise importada e uma retomada de nosso orgulho e de nossa vocação econômica, que nasceu no interior do País e, hoje, se fortalece com o agronegócio.

No coração do Brasil, no seu interior, vive uma comunidade ativa e corajosa, que não precisa de muito... Só quer respeito e o retorno em investimentos públicos, do muito...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...que contribui para o desenvolvimento do nosso País.

De tal forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que venho aqui com a experiência de três vezes Prefeito da minha querida cidade de Várzea Grande – fui Prefeito por 14 anos daquela localidade. Fui Governador de Mato Grosso por quatro anos e, hoje, sou Senador da República.

Eu tenho a certeza absoluta de que os problemas deste País estão nos grandes centros, todavia, nunca perdendo de vista também as pequenas localidades.

Certamente, com o investimento nos pequenos, nós vamos dar melhor qualidade de vida, geração de emprego e, acima de tudo, vamos fazer a verdadeira cidadania, que o povo brasileiro deseja.

É temeroso nós ouvirmos o Presidente da República anunciar, na presença dos Prefeitos aqui, nos encontros que tiveram, recursos suficientes.

Na verdade, nós estamos cobrando, aqui, que o Governo faça o orçamento impositivo. Nós estamos vendendo ilusão e, nesse caso, inclusive,...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ... Sr. Presidente, nós temos de fazer um apelo para o Poder Executivo: que cumpra aquilo estabelecido dentro dos orçamentos. Na verdade, dos recursos que nós colocamos no Orçamento quase nada, ainda, foi liberado.

Quanto ao PAC, particularmente, tenho visto que, até agora, Senador Antonio Carlos Júnior, ainda é uma peça apenas fictícia, ou seja, é uma ilusão de ótica que o Governo está propondo. Particularmente em Mato Grosso, o meu Estado, até agora não aconteceu nada. Foram anunciados bilhões em obras, entretanto, por incrível que pareça, nada de concreto Mato Grosso recebeu, até este exato momento, do tão falado, comentado, decantado PAC. Eu espero que, certamente, esse PAC, se não der para atender às grandes obras, atenda pelo menos às pequenas obras para os Municípios brasileiros, que estão sofridos, sem recursos, sem capacidade de nenhum investimento, para melhorar, com certeza, as condições de vida de milhões de brasileiros que moram...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...nas pequenas cidades brasileiras.

Agradeço, Sr. Presidente, na certeza absoluta de que algo tem de ser feito em prol dos Municípios brasileiros, porque é lá que residem os problemas e, certamente, reside a maioria do povo brasileiro – nos rincões deste imenso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o Senador Jayme Campos, democrata do Mato Grosso, que engrandece este Parlamento. Ele foi três vezes prefeito – não simplesmente prefeito, mas extraordinário prefeito –, extraordinário Governador do Estado, e o pronunciamento de Jayme Campos sintetiza o pensamento de Franklin Delano Roosevelt: as cidades podem ser destruídas; o campo, não. O campo sendo destruído, as cidades morrem de fome; mas, com o campo fortalecido, as cidades renascerão. Assim, ele adverte o Governo Federal para que faça

um programa de ação e aceleração do desenvolvimento do interior.

Há orador inscrito.

O Senador José Nery, como Líder do PSOL, com a sua sensibilidade, cedeu a Antonio Carlos Magalhães Júnior. Antonio Magalhães Júnior representa o Democratas e a Bahia, com uma grande responsabilidade na história política do Brasil: é filho de Antonio Carlos Magalhães.

Deus fez o mundo e Antonio Carlos Magalhães ajudou Deus a fazer os encantos da Bahia. Sem dúvida nenhuma, de grande executivo, ele foi o mais bravo legislador. A democracia existe se um Poder contrabalança o outro e se um Poder freia o outro, e Antonio Carlos Magalhães foi o único Parlamentar, em 183 anos, que freou o Poder Judiciário. Foi ele que fez a CPI do Judiciário, foi ele que desmascarou os “lalaus” que enxovalhavam a nossa democracia.

Com o nosso respeito e admiração, V. Ex^a poderá usar a palavra. Nós combinamos, aqui, para todo mundo, dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos mais de dois anos, em janeiro de 2007, o Governo lançava o que decidira chamar de “Programa de Aceleração do Crescimento” – o PAC.

Vou citar alguns números da época apenas para situar o Plenário e aqueles que nos ouvem e assistem pela Rádio e TV Senado.

O Programa previa investimentos em infraestrutura da ordem de R\$504 bilhões pelos próximos quatro anos, isto é, de 2007 até 2010.

A maior parte dos investimentos, R\$275 bilhões, seria direcionada para o setor de energia – geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; R\$58,3 bilhões iriam para logística – rodovias, ferrovias, portos, hidrovias; R\$170,8 bilhões seriam aplicados na área social e no desenvolvimento urbano – saneamento, habitação, transporte urbano, no Programa “Luz para Todos” e em recursos hídricos.

Entre os investimentos das estatais, destacava-se o da Petrobras – um montante estimado em R\$148,7 bilhões.

Ora, o que, em seguida, pôde se verificar é que uma grande parte do que o Governo anunciava como um grande e novo Programa de Desenvolvimento Nacional, na verdade, era uma reunião, um ajuntamento de projetos já existentes, alguns em andamento, inclusive do Governo anterior, de iniciativas de estatais, paraestatais e empresas privadas.

Os bilhões da Petrobras, por exemplo, estavam previstos desde 2006, no plano de investimento da empresa.

Os investimentos de R\$78,4 bilhões em geração e transmissão de energia elétrica, a serem realizados, principalmente, pela Eletrobrás, estavam inseridos, um ano antes, em 2006, no Plano Decenal de Energia Elétrica (2006/2015), no qual o Ministério das Minas e Energia estimava, para o período, o aumento da capacidade de produção de energia elétrica a uma taxa de 4,4% ao ano.

Da mesma maneira, a maior parte dos investimentos a serem executados diretamente pelo Governo Federal já constavam do Orçamento Geral da União.

A propósito, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma dessas apropriações, a usina hidrelétrica de São Salvador, em Tocantins, foi recentemente inaugurada, com a presença do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff, e prontamente contabilizada pelo Governo como uma das realizações do PAC, quando, na verdade, a usina foi planejada, licitada e contratada ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma outra apropriação – desta feita, além de indevida, inusitada – foi a que o Presidente Lula perpetrou ontem, durante comício que fez a os Prefeitos de todo o País presentes aqui em Brasília. Sua Excelência creditou ao PAC o elevado índice de reeleições verificado no último pleito municipal. Mais do que apropriação indebita, despropositada, parece-me que o Presidente teria cometido um ato falho ao admitir que o Programa visaria às próximas eleições.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fato é que, para dar musculatura ao PAC, misturou-se projetos de Governos passados, projetos pensados ainda antes que o PAC surgisse das pranchetas de **marketing**.

Juntaram-se também projetos e investimentos que estatais já planejavam e precisavam fazer, e até mesmo investimentos privados.

Desses investimentos privados, computaram-se até mesmo inversões em moradia – cerca de R\$76 bilhões –, a maior parte financiada com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do FGTS.

Tudo virou PAC. Inclusive o relatório Balanço do PAC conta com redução de tributos, que não tem nada a ver com o PAC; crescimento do mercado de consumo, que não tem nada a ver com o PAC; resultado primário e nominal do setor público... O que isso tem a ver com o PAC? Ainda: dívida líquida do setor público. Quer dizer, isto é o relatório do PAC. Tudo do Governo é PAC! É, realmente, um instrumento de *marketing* poderoso.

De novidade mesmo, apenas a redução do superávit primário de 0,5% do PIB, destinado a projetos de infraestrutura incluídos no Plano Piloto de Investimento (PPI).

Sr. Presidente, ainda que o PAC fosse apenas um instrumento de **marketing**, uma tentativa de dar visibilidade e ares de planejamento a obras em infraestrutura de interesse do Governo Federal, esperava-se que o programa, pela expectativa gerada, criasse um tal custo político para o contingenciamento dos recursos que promovesse uma mudança no padrão observado nos anos anteriores, em que recursos para investimentos sempre sofreram severas reduções em relação aos valores inicialmente previstos, assunto que já foi tratado aqui pelos oradores que me antecederam.

Paradoxalmente, isso não aconteceu.

O contingenciamento perdurou, assim como re-crudesceram os gastos públicos.

Esperava-se também que a reunião, de iniciativas sobre o guardachuva do PAC e de seus gestores, permitisse um maior controle sobre elas, com isso proporcionando agilidade no andamento dos projetos.

Isso também não aconteceu.

Levantamento feito pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, publicado na semana passada, com 75 projetos de logística, energia e transporte urbanos, mostra que 62% desses empreendimentos apresentavam atrasos em seus cronogramas. Em alguns casos os projetos aguardavam há meses edital de licitação. Em outros, sequer os projetos executivos estavam concluídos.

Na lista de problemas, desde barreiras para fechar os financiamentos das obras a dificuldade na desapropriação de terras, que são pontos relevantes.

Um dos setores com maior número de atraso é o portuário, em que a maioria dos editais de licitação do programa de dragagem dos terminais brasileiros não foi publicada na data prevista.

Este é um problema que a Bahia, infelizmente, conhece de perto: o Porto de Salvador, subdimensionado e defasado tecnologicamente, tem se tornado uma barreira para o desenvolvimento do Estado.

Além disso, os recursos, em geral, e ao contrário do que apregoa o Governo Federal, também não foram disponibilizados como prometido.

Senão vejamos: em 2007, primeiro ano do PAC, os investimentos em infraestrutura do Governo Federal foram de R\$15,2 bilhões. Já logo no segundo ano, 2008, já se verificou uma queda de 3,7%, com os recursos não ultrapassando os R\$14,6 bilhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, por fim, como presente de Natal, o Presidente Lula sancionou, em 24 de de-

zembro, o Fundo Soberano, que eu, aqui, chamei de “fundo do soberano”.

A lei sancionada prevê o repasse de recursos a serem aplicados em despesas que o comitê gestor do Fundo considere necessárias. Mais uma vez, uma clara tentativa de restringir a prerrogativa do Legislativo ao reduzir-lhe o poder constitucional em matéria orçamentária. É uma burla às prerrogativas do Legislativo.

O tempo dirá qual a eficácia desse mecanismo, resultado da carga que setores do Governo fazem contra o papel do Poder Legislativo em questões orçamentárias. Uma carga falaciosa, desmentida pelos fatos, e que tem permitido ao Poder Executivo seguir buscando formas de cassar os poderes constitucionais do Congresso Nacional. Até porque, não é o Legislativo, e sim o Executivo, que tem expandido as despesas correntes – vale lembrar que as emendas parlamentares são concentradas em investimentos; portanto, não são despesas de custeio, aquelas que aumentam efetivamente.

Sr. Presidente, da minha parte, sigo na firma convicção de que o Governo precisa gastar menos e melhor se pretender investir mais e melhor.

Seja no PAC ou em nova sigla que decida criar, o Governo precisa conter suas despesas correntes de caráter continuado. Precisa, principalmente, ser austero no custeio da máquina pública.

Sr. Presidente, pretendo retornar a esse assunto, aprofundando as discussões sobre o PAC. Esta minha palavra de hoje é uma introdução ao assunto. Voltarei na semana que vem para discutir detalhes desse programa, porque é um assunto que o Congresso precisa discutir, precisa debater.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos cumprimentos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

GLPSB OF. Nº 14/2009

Brasília, 10 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

De acordo com o art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 2 de 2001, indico o Exmº Sr. Senador Renato Casagrande para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz na qualidade de representante do Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Cordialmente, **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB.

Ofício nº 12/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi indicada, Senadora Patrícia Saboya, como representante do PDT, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício SF/GSJM nº 79/2009

Brasília, DF, 10 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Atendendo sua solicitação expressa no Of. SF nº 61/2009, desta data, indico o meu nome para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz, representando o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Atenciosamente, Senador **Jose Nery**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência designa para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a Senadora Patrícia Saboya, pelo PDT, o Senador José Nery, pelo PSOL, e o Senador Renato Casagrande, pelo PSB, nos termos dos expedientes lidos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência recebeu da Liderança do Partido Democrático Trabalhista diversos expedientes referentes a indicações e a substituições de seus membros nas Comissões.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 2/09 – GPDT

Brasília, 10 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Assuntos Econômico o Senador Osmar Dias como titular e o Senador Jefferson Praia como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 3/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de

Assuntos Sociais, como titulares, a Senadora Patrícia Saboya e o Senador João Durval.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 4/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designadas para comporem a Comissão de Constituição, Justiça e o Senador Osmar Dias como titular e Senador Jefferson Praia como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 5/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Senador Cristovam Buarque como titular e Senador Jefferson Praia como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 6/09-GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle o Senador Jefferson Praia como titular e Senador Cristovam Buarque como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 7/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designadas para comporem a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Senador Cristovam Buarque como titular e Senador Jefferson Praia como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 8/09 – FGLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como titulares, o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Patrícia Saboya.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 9/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor, como titular, a Comissão de Infra-estrutura o Senador João Durval.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 10/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Senador Cristovam Buarque como titular e o Senador Jefferson Praia como suplente.

Ao ensejo renova Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

Ofício nº 11/09 – GLPDT

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado para compor, como titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Senador Cristovam Buarque.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Serão feitas as substituições solicitadas, nos termos dos expedientes encaminhados.

A Presidência designa o Senador Jefferson Praia para integrar, como suplente, as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legisla-

ção Participativa, e o Senador Cristovam Buarque, para integrar, como suplente, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos dos expedientes encaminhados.

Há oradores inscritos. Como Líder tem prioridade, chega aqui a inscrição do Líder do PSOL, José Nery.

V. Ex^a, no nosso entendimento, terá dez minutos. Regimentalmente, no regime arcaico, seriam vinte minutos. Mas naquele tempo de que V. Ex^a não gostava – o estatuto é de 70, da ditadura –, tinha só dois Líderes, MDB e Arena. Agora, há muitos líderes. É muito cacique para pouco índio aqui.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes do pronunciamento do Senador José Nery, eu gostaria só que o senhor esclarecesse exatamente qual a posição em que estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A posição da senhora no meu coração está tranquila.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada. Acho que o Senador Antonio Carlos Júnior falou pela Liderança. E sempre é intercalado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós pedimos o trabalho aqui do nosso Secretário Executivo João Pedro, e eu estou seguindo. Agora é o Senador José Nery, depois, Senadora Rosalba Ciarlini, Democratas, do Rio Grande do Norte. Está o João Pedro também aqui. João Pedro é também o executivo. Está inscrito.

Vamos prorrogar por mais meia hora para que todos possam usar da palavra.

Senador Líder do PSOL, com os nossos respeitos à Líder Presidente Heloísa Helena. V. Ex^a poderá usar da palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a quem cumprimento pela eleição para a 3ª Secretaria da Mesa Diretora do Senado, Sr^s e Srs. Senadores, vou abordar dois temas. O primeiro está relacionado à perda de um grande brasileiro, o poeta Max Martins.

A cultura brasileira está de luto. Cumpro neste momento o doloroso dever solidário de comunicar o falecimento anteontem, em Belém, aos 82 anos, do poeta Max Martins, consagrado como um dos mais importantes poetas do cenário das letras de nosso País.

Nascido em Belém, em 20 de junho de 1926, desde muito cedo se destacou como um dos principais expoentes de uma geração de intelectuais de vanguarda da cultura paraense como o foram também Haroldo Maranhão, Benedito Nunes e Mário Faustino, ainda nos idos dos anos 40. Autodidata, percorreu com inegável vigor os caminhos da criação literária, aliando

um olhar poético do homem e da vida na Amazônia com uma temática universal.

Premiado dentro e fora do País, Max Martins deixou uma vasta e portentosa obra na qual se destacam, entre muitos outros, os seguintes livros: **O Estranho** (1952); **Anti-Retrato** (1960); *H'era* (1971); **O Ovo Filosófico** (1975); **Abracadabra** (1982); **Caminho de Marahu** (1986); **Não para Consolar – Poesia Completa** (1992), este vencedor do Prêmio Olavo Bilac da Academia Brasileira de Letras.

Max Martins consagrou sua vida à valorização da capacidade criativa de nosso povo. Foi, ao longo de décadas, um digno representante do que se produz de melhor na literatura da Região Amazônica, particularmente no Pará, cuja legião excepcional de escritores e poetas continua infelizmente pouca conhecida e reconhecida pelo restante deste nosso País continental.

Espero, portanto, que o desaparecimento físico desse grande poeta brasileiro não resulte, como tantas vezes acontece, no esquecimento de sua grande obra literária e que seu legado para a cultura e para a formação das futuras gerações também não seja esquecido. Ao contrário, espero que suas palavras em fogo possam continuar aquecendo e sublevando corações e mentes por este Brasil afora.

Concluo este breve registro do falecimento do poeta Max Martins, transcrevendo os belos versos feitos em sua homenagem por Age de Carvalho, outro consagrado nome da moderna poesia amazônica e brasileira.

Ele diz assim, Sr. Presidente:

A Max Martins
Oremos
Redourada a questão
Ano a ano,
Sobre
nascer, renascer.
diante da tua Árvore
acendamos
pelo sim pelo não,
essa mecha de chama
no coração descorado: salve,
estás entre nós,
a salvo
Diante, distante
De ti
Forma-se o barro
De nossas ausências.
Nu e uno,
Deixaste à porta
O que ainda apartava
A terra do céu,
A lama da alma.

Descalço de teu nome
Voltaste a ser
Eu
Oremos.

Essa é a poesia de Age de Carvalho em homenagem ao grande poeta paraense Max Martins. Rendemos a nossa homenagem aos seus companheiros de academia e escritores paraenses, bem como o voto de profundo pesar aos seus familiares e amigos.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar aqui o quarto ano do martírio de irmã Dorothy Stang, que amanhã, em 12 de fevereiro, completa quatro anos de impunidade.

Eu queria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tornar pública uma carta do Comitê Dorothy, formado por várias instituições e entidades populares de Belém do Pará e de vários Municípios e regiões do Pará. Gostaria de, pelo menos, tornar públicos alguns trechos da carta aberta, endereçada pelo Comitê Dorothy ao Desembargador Rômulo Ferreira Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, no próximo dia 12 de fevereiro, estaremos celebrando a memória do 4º ano do martírio da irmã Dorothy Stang, que foi covardemente assassinada aos 73 anos, no município de Anapu. A notícia da morte correu o mundo inteiro, que ficou chocado com a brutalidade do fato.

Os acusados acreditavam que, após ceifar a vida e a liderança da religiosa, finalmente iriam viver livres, sob o manto da impunidade. Entretanto, eles esqueceram que a missionária Dorothy Stang era uma defensora dos direitos humanos e do meio ambiente e que o trabalho por ela desenvolvido, junto aos trabalhadores carentes e excluídos, era conhecido por muitos como novo modelo de desenvolvimento.

Em decorrência da repercussão e pressão, em nível nacional e internacional, o “Caso Dorothy” passou a receber atenção das autoridades e tudo foi feito para que a responsabilização dos envolvidos não caísse na morosidade que, por vezes, caracteriza o sistema judicial brasileiro.

O processo que apura o homicídio foi desaforado para capital e os cinco acusados foram pronunciados, sendo que quatro já foram julgados, três condenados: Raifran das Neves Sale, Clodoaldo Carlos Batista e Amair Feijoli da Cunha e um foi absolvido: Vitalmiro Bastos de Moura.

A absolvição do mandante VITALMIRO BASTOS DE MOURA, no segundo julgamento, causou perplexidade e indignação, seguida

de preocupação em relação à exposição das vidas e das seguranças dos trabalhadores que vivem em Anapu. Hoje, passados meses em que foi devolvida a liberdade ao Vitalmiro, sabe-se que o mesmo voltou a intimidar lideranças no Município de Anapu.

A situação do outro mandante REGIVALDO PEREIRA GALVÃO, também é preocupante. Este réu ainda não foi julgado. Merece destaque o fato de que, desde o dia 26/12/2008 ele encontra-se preso na Casa Penal de Altamira por ordem da Justiça Federal, acusado de grilagem de terra, fato ocorrido envolvendo o lote 55, da Gleba Bacajá, onde se situa o PDS Esperança, e exatamente o mesmo local onde a irmã Dorothy foi assassinada.

A história se repete: os condenados são os mais pobres, enquanto os mandantes, todos possuidores de poder econômico e político, conseguem beneficiar-se das brechas da lei, alimentando ainda mais o lamentável quadro de impunidade reinante em nosso Estado.

Nesse sentido, por acreditarmos que a nossa luta pela Justiça e contra a impunidade não seja em vão, dirigimo-nos a Vossa Excelência com o habitual respeito para solicitar uma audiência para o dia 12/02/2009 às 10:00, para tratar sobre este tema, destacando:

1. Solicitação do julgamento imediato do recurso de anulação do julgamento de Vitalmiro Bastos de Moura.

2. Seja levado a júri popular Regivaldo Pereira Galvão outro mandante desse crime bárbaro.

Na oportunidade, queremos externar os nossos votos de que Vossa Excelência à frente da Presidência deste Egrégio Tribunal possa desenvolver um trabalho onde o acesso à Justiça, combate à impunidade e à celeridade sejam as marcas e o anúncio de um novo tempo no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Respeitosamente,

Ir. Margarida Maria Pantoja da Silva

Coordenadora do Comitê Dorothy, representando dezenas de movimentos, entidades e personalidades que apóiam a luta do Comitê Dorothy.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Amanhã, Sr. Presidente, em Belém e Anapu, ocorrerão, Senador João Pedro, Senadora Rosalba, Senador Demóstenes, Senador Augusto Botelho, atividades, tanto em Belém quanto em Anapú – missas, caminhadas, celebrações

–, pela memória da Irmã Dorothy, que continua viva na luta, na consciência, no trabalho de tantos quantos se dedicam à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, convido a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores e as Sr^{as} e os Srs. Deputados...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ...para assistir ao filme intitulado: Mataram Irmã Dorothy, produzido por um diretor americano, junto com uma equipe de brasileiros. O filme será exibido no próximo dia 17, no Auditório do Interlegis, às 19 horas. Todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores estão convidados. Membros do Congresso Nacional estão convidando Ministros dos Tribunais Superiores e várias autoridades da República para que possamos juntos assistir ao filme Mataram Irmã Dorothy.

Logo após, vamos realizar um debate sobre essa luta, sobre essa memória, sobre essa história, que nos emociona e que, na verdade, deve fazer com que todos nós nos comprometamos na luta pela justiça, contra a impunidade.

Sr. Presidente, já tratando de outro tema, quero informar que, amanhã, farei uma visita ao preso político italiano Cesare Battisti no presídio da Papuda, em razão da concessão de refúgio político pelo Governo brasileiro e da repercussão ocorrida, sobretudo por pressão do governo italiano, para que o Brasil reveja a decisão tomada pelo Governo. Considero que devemos conferir a esse tema uma importância fundamental, tendo em vista que tem despertado polêmicas, incompreensões e, muitas vezes, não raro, um desconhecimento e até má-fé.

Trata-se de tema relevante. Amanhã, farei uma visita ao Sr. Cesare Battisti e, na próxima semana, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento em que pretendo demonstrar, como tem feito aqui, de forma brilhante e muito firme, o Senador Eduardo Suplicy...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a paciência de V. Ex^a. Conceda-me mais três minutos, para que possamos concluir.

Na próxima semana, pretendemos oferecer uma opinião mais abalizada e fundamentada em relação a essa questão, que considero fundamental na defesa da Constituição, das leis brasileiras e da nossa soberania.

Concedo um rápido aparte, já que meu tempo se esgotou, ao Senador Eduardo Suplicy. E digo ain-

da, Senador Eduardo Suplicy, farei amanhã essa visita ao presídio da Papuda na companhia do Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, V. Ex^a fala pela Liderança e, regimentalmente, não pode receber aparte. S. Ex^a já usou umas duas horas em defesa do Cesare Battisti, ao longo do tempo em que presidi a sessão nesses dias. Olhe ali a nossa encantadora Rosalba Ciarlini esperando pacientemente a hora de falar.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, tenho certeza de que V. Ex^a é paciente, é condescendente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador João Pedro...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Mão Santa, aceito o que V. Ex^a está fazendo, mas, a partir de amanhã, aqui, neste plenário, quem ousar passar do tempo vai ter de se explicar, primeiro. Aqui, há sempre dois pesos e duas medidas. Então, não vou mais admitir isso. Para, chega! Então, como sempre é de costume aqui... E V. Ex^a, muitas vezes, faz assim: é condescendente conosco, concede tempo, abre espaço, permite o debate. E louvo essa vocação democrática de V. Ex^a. Mas, a partir de amanhã, todos aqui vão cumprir o Regimento. Ou o cumprem ou não o cumprem. V. Ex^a sabe quantas vezes... Sei que é proibido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a quer quantos minutos para falar? (Pausa.)

O Suplicy está inscrito aqui e está punido pelo art. 17 do Regimento. V. Ex^a sabe o que isso significa?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Se o Senador Suplicy assim compreende, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Isso está no art. 17 do Regimento. Sabe o que diz o art. 17? É que o Senador já falou muito nesta semana. Não fui eu que fiz o Regimento. Está aqui. Aliás, tenho tido...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o Senador Mão Santa vai assegurar que eu fale, mesmo com o que diz o art. 17 do Regimento, um pouquinho mais tarde. Sei que vai garantir isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está garantido. O art. 17 garante o uso da palavra depois do pronunciamento de todos. S. Ex^a já falou muito tempo ao longo desta semana.

V. Ex^a quer quanto tempo, em respeito ao PSOL, de Heloísa Helena? Quantos minutos V. Ex^a quer? (Pausa.)

Em um minuto, Jesus fez o Pai-nosso. Quantos minutos V. Ex^a deseja?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto, igual a Cristo. Pronto. Vamos ouvir o Pai-nosso de José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, esse minuto é aquele mesmo em que, no início da minha fala, V. Ex^a atendeu, com justa razão, a uma pergunta da Senadora Rosalba Ciarlini. Aquele diálogo consumiu um minuto e meio no painel. Sei que, depois, V. Ex^a me concedeu mais alguns minutos e lhe agradeço. Mas, cada vez que essas situações ocorrem aqui, penso que é importante que possamos nos debruçar mesmo sobre o cumprimento do nosso Regimento. Estamos até fazendo uma reforma no Regimento. Como V. Ex^a mesmo diz, o Regimento é muito antigo e precisa ser atualizado. Nesse sentido, quem sabe, consigamos uma equação que permita a manifestação de todos em condições de igualdade, para que alguns não venham a esta tribuna como verdadeiros reis, como se fossem reis, e falem aqui por uma hora, por duas horas ou por três horas. Aqui, um não é maior do que o outro. Então, por isso, espero que, na reforma do Regimento, possamos conseguir equidade, igualdade para cada um fazer seu trabalho sem ser admoestado ou impedido ou chamado a atenção por conta de sua participação nesta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns por sua eleição! Como eu tinha dito a V. Ex^a, a eleição foi chapa completa, sem disputa. Mas eu lhe havia garantido que, se houvesse disputa, V. Ex^a saberia que contaria com meu apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu lhe agradeço, com todo o respeito a V. Ex^a e ao PSOL.

Convidamos para usar da palavra a Sr^a Senadora Rosalba Ciarlini, do Democratas do Rio Grande do Norte. Essa Senadora engrandece esta Casa. É médica pediatra reconhecida internacionalmente. Por três vezes, foi prefeita, extraordinária prefeita. É Senadora da República, com perspectivas invejáveis na política do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Vou dar a V. Ex^a dez! Essa é a nota que lhe quero dar; não é o tempo.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside esta sessão e que foi eleito, recentemente, como membro da Mesa. O seu Piauí, com certeza, está exultante com essa representação tão importante no Senado Federal. Eu gostaria, antes de começar meu pronunciamento, de dizer que V. Ex^a me fez muitos elogios, deu-me mui-

tos predicados, mas se esqueceu de um: sou paciente, sou bastante paciente. Hoje, quando cheguei aqui, V. Ex^a me disse que eu iria falar em substituição à outra Senadora que já tinha falado em meu lugar. Quando saí – entendo –, já estava aqui o Líder do nosso Democratas, o Senador Antonio Carlos Júnior, e seria a vez do orador. Depois, veio a vez de outro Líder. Entendi que isso pode acontecer, mas, nem por isso, reclamei do Senador Nery.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu o fiz propositadamente, porque V. Ex^a garante o êxito da audiência, por toda a noite, no Senado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Compreendi que meu Colega tinha mais urgência em falar e esperei. Então, quero dizer que também sou paciente.

Mas venho aqui exatamente para falar a todos os Prefeitos do Brasil, aos Prefeitos que vieram nesta semana a Brasília em número surpreendente. Todo ano, existe a Marcha dos Prefeitos, promovida pela Confederação dos Municípios e pelas Associações dos Municípios. Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, representantes municipais chegam aqui para formar uma frente em busca de melhorias para seus Municípios, em busca de melhores condições para administrar seus Municípios.

Este ano foi diferente, Senador Mão Santa. Neste ano, surpreendentemente, nessa Marcha, que normalmente acontece a partir de março, houve o inverso. A Confederação dos Municípios e as Associações sempre convidam o Presidente e os Ministros para fazerem parte da Marcha dos Prefeitos e para trazerem soluções para reivindicações muitas vezes antigas, como é o caso dos precatórios, que vêm prejudicando muito os Municípios; como é a questão dos recursos da saúde, que ainda não chegou aqui por que não foi ainda regulamentada a Emenda nº 29, que aprovamos; como é a questão de mais recursos para a educação infantil. Senador Mão Santa, a meta do que chamamos de PAC da Educação, do Programa Nacional de Educação, era que chegássemos a 2009 com 50% das nossas crianças no ensino infantil, com direito à creche e à educação infantil. Sabe qual foi o percentual alcançado, Senador Mão Santa? Apenas 16%!

Senador Garibaldi, V. Ex^a sabe e é testemunha do esforço que fazem os Municípios, mas, sem os recursos, sem as condições, eles não podem, de forma alguma, colocar as crianças nas escolas, pois, só a partir do ano seguinte, é que recebem recursos para a matrícula, sem oferecer qualidade. Além de receber acompanhamento pedagógico, a criança de três a seis anos precisa ser assistida também com uma boa merenda, com acompanhamento psicossocial. A criança

precisa de uma assistência que lhe forneça realmente condições de dar com segurança o primeiro passo, o passo que é fundamental, para que, pelos caminhos da educação, possa se transformar num grande homem ou numa grande mulher neste Brasil.

Pois bem, este ano, houve um fato interessante: o Presidente não esperou a Marcha dos Prefeitos, talvez por que ele não quisesse apenas ser interpellado e receber reivindicações, talvez por que ele não quisesse que os Prefeitos trouxessem seus anseios. Não! Ele quis se antecipar. Houve as eleições agora, e o convite foi feito pelo Presidente. E vi os Prefeitos numa animação danada! Eu já fui Prefeita, bem como V. Ex^a e o Senador Garibaldi. E tantos aqui o foram. Eles estavam animadíssimos.

Ora, o Presidente convidar para um encontro de prefeitos, o que tem de tão bom para anunciar, numa época de crise, quando o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) está caindo, assim como o dos Estados, em função de estarmos vivenciando uma crise? E o Governo Federal, para o apoio, para que possamos ter ações para sair dessa crise... O que acho justo que deva fazer, mas não fazer exatamente dentro de condições que estão trazendo prejuízo para os Municípios, porque baixar IPI é válido para que a indústria possa produzir mais, trabalhar mais e não desempregue, mas tem que fazer a compensação aos Municípios. Porque, na hora em que cai o IPI, na hora em que as alíquotas do Imposto de Renda também são reduzidas, é no Fundo de Participação que acontece também uma grande queda, e nós sabemos que os Municípios estão passando as maiores dificuldades.

Ontem mesmo, ouvimos quando o Presidente da Confederação dos Municípios, na reunião que fui – e fiz questão de estar presente, para que pudesse ver –, porque, na realidade, o Presidente até falou de forma que até nos chocou um pouco, contra a imprensa, que estava dizendo que aquele encontro que ele estava promovendo, que ele estava convidando era para fazer um trabalho político, era para lançar a candidatura de A ou de B. Mostrou-se inclusive muito chateado com essas observações, com essas colocações que a imprensa estava fazendo.

No entanto, Senador, eu queria até alertar porque, se o Presidente está tão preocupado em que esse programa, esse encontro não tenha essa imagem politiquês, não apareça como uma campanha antecipada de um candidato, ou de uma candidata, eu gostaria de dizer que já está circulando em todos os *blogs* – e aqui é do Portal de Notícias da Globo – que, em frente ao local onde estão acontecendo os encontros, foi montado um estúdio, em frente ao Centro de Convenções de Brasília. Não é possível que ninguém

tenha visto, porque a segurança é muito grande – ontem, estive lá e vi a quantidade de seguranças, de apoio, porque, claro, o Presidente da República, os Ministros, a Primeira-Dama, todos estavam lá –, não tenham visto que foi montado, em frente ao Centro de Convenções de Brasília, onde ocorre o encontro de prefeitos, um estúdio com a fotomontagem do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff, para que os prefeitos possam tirar foto e levar essa foto para os seus Municípios. Está aqui, por R\$30,00. Em frente. Será que não viram isso?

Eu acho que o Presidente precisa tomar conhecimento, porque se ele estava preocupado que o encontro tivesse a conotação de lançar candidatura, fazer um encontro politiqueiro, na realidade, isso aqui é uma comprovação. E aqui está, para que todos possam ver, no Uol: notícias, fotos; no Portal de Notícias da Globo. Está aqui exatamente na área onde acontece o evento uma propaganda realmente bastante escancarada.

Então, faço aqui este aviso, coloco essa preocupação, para que se tomem as providências, porque não é possível que isso esteja acontecendo sem que ninguém tenha visto, sem que ninguém tenha sentido, sem que ninguém tomasse conhecimento, a não ser os prefeitos, que já chegam e dizem: “Olha, se quiserem fazer, tem uma fotomontagem ali mesmo onde está acontecendo o evento. Eu vou levar a minha foto, com o Presidente e com a Ministra”.

Fica aqui, então, só essa observação, porque é estranho, bastante estranho, que ninguém esteja tomando conhecimento, e isso aqui pode ser muito bem interpretado como uma forma de se querer fazer uma campanha antecipada com os seus candidatos.

Na realidade, o que nos preocupa, Sr. Presidente? É que, realmente, os Municípios precisam de apoio e não somente neste momento de crise. Nós precisamos é que, nessa reforma tributária, haja condições de que os Municípios venham a ter maior participação sobre tudo o que é arrecadado para os cofres, para o Tesouro Nacional, porque o que nós sabemos é que o FPM vem encolhendo, pois as taxas e contribuições criadas não entram no cálculo. Hoje, a pirâmide, de certa forma, é injusta. Para os Municípios não chegam 20% do suor do povo brasileiro, arrecadado através de tantos e tantos impostos; não voltam aos seus Municípios. Para os Estados, ficam em torno de 25%, e para a Nação, 60%...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... que é mais necessário.

O que fez a Constituição de 1988, Senador João Pedro, a Constituição cidadã? Descentralizou ações:

descentralizou na educação, na ação social, na saúde, mas não descentralizou os recursos na proporção necessária para que realmente o prefeito, na sua cidade, como é seu dever, sua obrigação, possa atender à sua população com saúde de qualidade, com educação que realmente impulse o desenvolvimento, com condições de realmente cada cidade se transformar pelo trabalho, pelas oportunidades, porque este Brasil, para ser forte, não precisa... É tão simples, meu Deus do céu! É fazer a lição de casa. É o bê-á-bá, é cidade forte, é Município forte... Na hora em que cada Município tiver condição de resolver as suas questões, de ser valorizado...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... nas suas vocações, de poder fazer crescer exatamente o potencial que tem a sua cidade, a sua região, vamos ter realmente um Brasil forte, desenvolvido e justo, respeitando as peculiaridades de cada região.

No Norte, Senador João Pedro, o senhor sabe mais do que ninguém, caminhando Município a Município, conversando com os prefeitos, com os vereadores, com os representantes, o senhor sabe das suas necessidades, das suas carências, e vem aqui interpretá-las.

É isso o que faço no meu Rio Grande do Norte, caminhando, todos os finais de semana, de cidade em cidade, conversando, e quando os prefeitos aqui vêm conversar, recebê-los no meu gabinete, que está de portas escancaradas, trocar idéias, reunir, independentemente de cores partidárias, porque o importante é que a cidade se fortaleça, porque, assim, o meu Estado vai ser grande, e o Brasil maior ainda.

Portanto, ficam aqui essas preocupações. Estamos agora entrando...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... neste momento de crise. Sabemos que, se o Brasil não crescer pelo menos quatro pontos percentuais, nós vamos ter uma perda muito grande. E os Municípios? E as suas responsabilidades?

Então, nós queríamos, sim, ter ouvido do Presidente não apenas o parcelamento que já aconteceu tantas vezes, não apenas a ampliação das condições para que possam financiar transportes escolares, o que é importante, mas que o programa, que já existe, que foi ampliado... Nós queríamos, sim, é que os prefeitos pudessem sair daqui satisfeitos porque os precatórios não vão tirar, como tem acontecido muito, os recursos do Município. Quando do recebimento dos recursos municipais, todos esses recursos, na realidade, ficam

presos, eles não chegam às prefeituras em função de precatórios. Para que os recursos do parcelamento...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...do INSS, cinco anos, que estão prescritos, realmente estivessem prescritos e não entrassem mais na contagem, dentro dos valores para esse parcelamento.

Senador Garibaldi, pois não, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Rosalba, eu quero me associar à narrativa que V. Ex^a está fazendo acerca do encontro dos prefeitos, e dizer que a premissa lançada por V. Ex^a é absolutamente correta, no sentido de que os prefeitos precisam vir para encontros como esse e receber ainda uma agenda mais consistente. Não podemos negar que o Governo Federal adotou algumas providências com relação, por exemplo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ...ao parcelamento do INSS, mas, na verdade, o que foi lançado pela Confederação Nacional dos Municípios, através de Paulo Ziulkoski, e que mereceu aplauso dos prefeitos, é absolutamente veraz, quer dizer, verdadeiro. Os prefeitos precisam, isto sim, da aprovação – claro que isso depende do Legislativo – de maiores recursos para a saúde, aprovação da Emenda nº 29; os prefeitos precisam da aprovação dos precatórios, os prefeitos precisam ter uma fonte mais estável de recursos, porque a queda do Fundo de Participação durante o mês de janeiro, segundo o relato de todos eles...

(Interrupção do som.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Eu peço desculpas ao Presidente e sobretudo a V. Ex^a, porque tomei o tempo de V. Ex^a que já está quase esgotado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Garibaldi.

Peço ao Senador Mão Santa para concluir.

O Senador Nery também está pedindo um aparte. Mas eu gostaria de um minuto para compensar o minuto que foi tomado no início da sua fala.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senadora Rosalba, primeiro para cumprimentar V. Ex^a, que homenageia e discute essa importante marcha dos prefeitos a Brasília, a senhora, com a experiência de quem foi prefeita municipal em Mossoró, no seu Estado...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – ... e que conhece a realidade dos Municípios brasileiros. Todos os temas

que a senhora abordou foram em termos daquilo que devem ser as preocupações dos prefeitos dos Municípios brasileiros, no sentido de responder ao compromisso de trabalhar em prol das suas comunidades. Quero dizer que faço minhas as suas palavras na homenagem aos prefeitos e prefeitas brasileiros. Também aproveitamos esta oportunidade para cumprimentá-los pelos debates, pela ação em defesa dos seus Municípios. Principalmente, quero dizer aqui que temos a tarefa de descentralizar os recursos da União. Por ocasião da reforma tributária, é importante aumentar o bolo da arrecadação para os Municípios. Essa é a tarefa do Congresso. Tenho certeza que podemos ampliar esses recursos em benefícios dos Municípios brasileiros. Parabéns a V. Ex^a e aos prefeitos e prefeitas do Brasil que estão em marcha nesses dois dias. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigado, Senador Nery.

Na realidade, os prefeitos deverão retornar de março até abril, na marcha promovida pelas associações e Confederação. Gostaríamos, inclusive, contar com o apoio de todos. Isso é muito importante, porque cada prefeito representa nossa gente, a gente do nosso Estado. Então, quando há um encontro em que todos os prefeitos estão presentes, é o nosso Estado.

Para isso, queria também, Senadores, pedir apoio – é importante, sou favorável, e sei que a maioria também o é – ao Orçamento impositivo. Não vamos mais aceitar, porque você luta para colocar emendas; depois, para serem empenhadas é outra questão, é outra questão; e, quando empenhadas, para liberar.

Nós temos aí recursos que foram colocados no Orçamento para os Municípios por emenda individual ou coletiva, Senador Mão Santa, que já estão, há quanto tempo, sem ser liberados. Isso tem que acabar. O Orçamento tem que ser impositivo. O recurso é do povo e da Nação. E nós aqui estamos trazendo o sentimento do nosso povo e das nossas cidades para que possamos representar, defender e, cada vez mais, fortalecer os nossos Municípios para que este Brasil possa realmente dizer que é um país cidadão.

Muito obrigada, Senador Mão Santa.

Fica aqui o nosso apelo pela luta do Orçamento impositivo, para que os recursos para os Municípios sejam ampliados na reforma tributária. Não é possível continuar esta situação: tanto prefeito de pires na mão. Porque um ou outro prefeito, de certa forma, se desviou da boa conduta, os outros não podem ser, de forma nenhuma, colocados como pessoas não-íntegras, capazes, querendo servir a sua cidade. Não! Eles, sim, estão ali para servir e querem cumprir com a sua palavra, querem fazer com que o que se discutiu e deba-

teu nas praças públicas, nas ruas da sua cidade seja realmente compromisso honrado, seja dito e feito.

Por isso, estamos aqui em defesa dos nossos Municípios e também nos somando e convocando a todos para reforçarmos a união e a luta em favor de todos os Municípios e das administrações municipais.

Muito obrigada e até o nosso próximo pronunciamento, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Senadora Rosalba Ciarlini indignou-se porque essa Constituição não é obedecida.

A Constituição brasileira diz que, de todos os recursos, o Presidente da República deve ficar com 53%, os Municípios com 22,5%, os Estados com 21,5% e os fundos constitucionais com 2%. O Governo Federal foi garfando, capando, como se diz no Nordeste, de tal maneira que os prefeitos brasileiros historicamente admitem 14% da receita.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dando sequência... A senhora vai perder a medalha de ouro da paciência. Quem vai ganhar é João Pedro.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, gostaria só....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tenho uma solicitação de Augusto Botelho. Diga.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Aqui está presente a Prefeita da minha cidade, Mossoró, nossa Prefeita Maria de Fátima Rosado, reeleita, e conhecida por todos como Fafá Rosado. E também a Prefeita da cidade de Macaíba, Marília. Hoje sou também cidadã macaibense. Marília, como Rosalba, também é mossoroense. É a força da mulher na terra onde a mulher brasileira votou pela primeira vez. Foi Celina Guimarães Viana. Estamos aqui nessa luta. A presença da mulher na política, com sua participação e contribuição, passa pela sensibilidade e pela determinação com o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por solicitação do Senador Augusto Botelho, anuncio que, do Município de Uiramutã, estão os Vereadores Milton Messias e Max Ferreira e seu secretário adjunto estadual Wilson Jordão.

Há pouco li várias lideranças do Rio Grande do Norte por solicitação do Senador Garibaldi. Agora, V. Ex^a apresenta orgulhosamente as mulheres prefeitas do Rio Grande do Norte?

E eu, orgulhosamente, cito os piauienses bravos que, aqui, engrandecem e dão uma esperança de desenvolvimento ao Piauí. Está o Prefeito de Patos, no Piauí, Sílvio José da Silva; o Vice-Prefeito, Joaquim Lopes dos Reis; Raimundo Mesquita, Prefeito de Bo-

queirão do Piauí; Dr. Edcarlos Costa, assessor jurídico de Boqueirão do Piauí; Zacarias Assunção, assessor legislativo; o Sr. Inocêncio, Prefeito de Dom Inocêncio; e o Prefeito de Miguel Leão, Bismark. Então, sobre todos eles, sem dúvida nenhuma, temos a confiança e a certeza de que eles garantirão um Piauí progressista.

Decepcionados estamos com Governo Federal, uma vez que as obras federais estão paralisadas. Reconhecemos que o Piauí recebeu muita Bolsa-Família. É uma caridade. Não somos contra a caridade. O apóstolo Paulo diz : fé, esperança e caridade. Ela é bem-vinda. Mas as obras federais: o Porto de Luís Correia há um século parado. Eu pensei que, com o Governador do Piauí sendo do Partido dos Trabalhadores, ele andasse. Eu coloquei muitas emendas e muitos recursos para o porto. As ZPEs estão paradas; a Estrada de Ferro Central do Piauí também. Eu vi o Presidente da República, o Governador do PT, dizendo que em 60 dias botavam os trens para funcionar Parnaíba-Luís Correia; em quatro meses para Teresina. Não trocaram um dormente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Porto de Luzilândia, o hospital universitário, a Ponte do Sesquicentenário, a estrada Transcerrado, a Cepisa, que é a companhia de energia, o pior, a eclusa de Boa Esperança e a universidade.

Com a palavra João Pedro. V. Ex^a poderá usar por dez minutos, mas não ousarei cortar a palavra de V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Pensei que V. Ex^a fosse falar também dez minutos, mas estava aqui pacientemente aguardando por V. Ex^a.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu não tenho nenhuma dúvida de que este encontro do Governo Federal com os Municípios é um gesto da Presidência da República, do Governo Federal, no sentido de aproximar as ações dos Governos das administrações municipais, que saíram, bem recentemente, de uma eleição municipal. Isto foi o que acertou o Presidente da República e acertaram os Prefeitos que estiveram aqui em Brasília. Não é a marcha, não podemos confundir. A marcha é um fórum, já faz parte da cultura dos Prefeitos, com data, com a manifestação política dos Prefeitos do Brasil. Este encontro é um encontro da iniciativa do Presidente com os Prefeitos eleitos. Considero, principalmente, para os Prefeitos da Amazônia, avanços significativos por conta dos decretos e das decisões que o Presidente Lula tomou

no dia de ontem, apresentando-os no encontro com os prefeitos.

Quero também registrar a presença, há pouco, do Prefeito Antônio Lima, do Município de Caapiranga, e da sua Vice-Prefeita, a Sr^a Klíssia Queiroz, que estiveram aqui, no plenário, prestigiando a sessão no dia de hoje. Passaram também o Antônio Peixoto, de Itacoatiara, e o Prefeito Nato, de São Paulo de Olivença, cidade no Alto Solimões, quase na fronteira com a Colômbia e com o Peru. São prefeitos que acabaram de sair da última eleição e que estão iniciando os seus mandatos.

Sr. Presidente, a população do Brasil, que é amante do futebol, que aprecia o futebol, vive a expectativa de um segundo passo, porque o primeiro passo foi dado pela Fifa no final de 2008, quando decidiu que o Brasil será a sede da Copa do Mundo de 2014, o que considero importante por conta desta paixão que o povo brasileiro tem com o futebol. A última Copa no Brasil foi em 1950 – a única Copa do Mundo que teve o Brasil como sede.

Então, 64 anos depois, penso que é um gesto importante da Fifa realizar uma competição internacional tão relevante para os amantes do futebol, para o desporto do Brasil e do mundo.

Pois bem, o segundo passo foi a visita dos dirigentes da Fifa a vários Estados do nosso País no sentido de olhar a infraestrutura, os estádios, as ruas, as cidades, hotéis, segurança, iluminação, enfim, comunicação. E a comitiva da Fifa passou por Manaus, passou pelo meu Estado.

Primeiro, espero que a Fifa contemple como sede essa região tão importante para o Brasil, que é a Região Amazônica. Espero que a Fifa faça um evento no Brasil que passe pela marca do futebol, mas que também passe pela marca do verde, da floresta, do Norte brasileiro.

Há uma expectativa grande da população do Amazonas, das suas autoridades, dos dirigentes do futebol do meu Estado, do Governador, dos Deputados Estaduais, dos Deputados Federais, dos Senadores, dos Vereadores e dos Prefeitos de que o Amazonas, Manaus, a nossa capital, seja sede de uma das chaves da Copa do Mundo nessa região tão bonita e tão emblemática para o mundo.

Tomei a iniciativa de remeter uma carta ao Presidente da Fifa, Sr. Presidente, e espero que os meus companheiros do Estado, Senadores, também possam assiná-la. E a referida carta, quero deixá-la nos Anais do Senado.

Passo a ler, Presidente Mão Santa, a carta que faz um apelo para que o nosso Estado seja contemplado como sede:

“Caro Sr. Joseph Blatter,

Primeiramente, agradeço-lhe, em nome do povo amazonense, o empenho e a dedicação da comissão técnica designada pela instituição dirigida por V. S^a no cumprimento da missão de verificar, no Amazonas, nos dias 4 e 5 de fevereiro, a infraestrutura oferecida pela cidade de Manaus a prováveis jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Os amazonenses estão certos de que, por intermédio do cumprimento dos acordos assumidos por suas instituições, atenderão, em tempo hábil, a todas as exigências da Fifa para que a cidade se torne sede de jogos dessa competição.

Ressalto, também, que o Amazonas, além da condição estrutural à promoção de megaeventos, acumula larga experiência em parcerias internacionais. O exemplo mais recente é o das que ocorrem com as companhias multinacionais instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) desde meados da década de 1970. Desse interesse comum resultou uma modalidade de desenvolvimento que, embora ainda concentre emprego e renda na capital, contribuiu para a preservação de 98% da floresta do território amazonense, cujo tamanho é de 1,5 milhão de quilômetros quadrados.

Esses fatos já seriam suficientes para legitimar a decisão dos avaliadores da Fifa em favor de Manaus. Afinal, a floresta amazônica possui riquíssima diversidade biológica e social, constitui-se no maior sumidouro de gases que causam o efeito de estufa e ainda tem função relevante na distribuição das chuvas em vários continentes. Por tudo isso, ela é imprescindível ao equilíbrio ecológico mundial. Os jogos da Copa em Manaus darão mais visibilidade à agenda positiva da Amazônia e sensibilizarão a humanidade a se comprometer com as ações que reduzam o aquecimento global e assegurem a sobrevivência do Planeta.

Mas, Sr. Presidente, é preciso que V. S^a tome conhecimento e considere o principal atributo dos amazonenses: a determinação para realizar grandes eventos com hospitalidade, alegria e muita arte, como o Peladão, maior campeonato de futebol amador do mundo, e o Festival Folclórico de Parintins, que se tornou conhecido no Brasil e no exterior pela competência de transformar o imaginário amazônico em espetáculo midiático de rara beleza.

Por fim, sou-lhe grato, de antemão, pela deferência que dispensa ao Estado do Ama-

zonas e aos seus habitantes, os quais tenho a honra de representar no Congresso Nacional.

Saudações democráticas!

João Pedro Gonçalves da Costa
Senador do Amazonas”

Espero que os Senadores do Amazonas, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Jefferson Praia, possam assinar esta carta e que o Brasil faça uma Copa do Mundo não só para engrandecer o futebol, como também estreitar laços de integração e solidariedade dos povos da América Latina, da Europa, da Ásia, da África e da América do Norte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo, porque V. Ex^a foi de uma precisão não amazônica, mas britânica. Exatamente dez minutos. V. Ex^a é de uma capacidade sintética, regimental.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Seguir o Regimento é bom para todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é. V. Ex^a merece uma menção honrosa e as nossas desculpas por ter tomado um pouquinho da paciência de V. Ex^a.

Mas ainda há um orador inscrito, de Minas, o Senador Eduardo Azeredo, ele é do PSDB, **Libertas Quae Sera Tamen**. E como temos uma gratidão imensa a S. Ex^a – acho que em respeito ao Piauí que deu um dos melhores Governadores de Minas, Francelino Pereira, que nos homenageou quando Governador daquele Estado com a Comenda Maior **Libertas Quae Sera Tamen** – V. Ex^a poderá usar da palavra por dez minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa. Não precisarei dos dez minutos.

V. Ex^a lembra muito bem do Governador Francelino Pereira, que até esteve aqui conosco, na semana passada, no plenário, mostrando a sua presença sempre vigorosa e nos honrando. Francelino Pereira foi realmente um governador muito operoso em favor de Minas Gerais e, aqui, um Senador que honrou o nosso Estado.

Mas quero hoje trazer, Presidente Mão Santa e Senadores, a questão ainda do municipalismo, a importância do municipalismo na realidade brasileira. Temos 5.500 Municípios. Os Prefeitos estão reunidos aqui em Brasília para exatamente ouvir um pouco dos programas federais existentes.

No meu Estado, Minas Gerais, temos o maior número de Municípios. Em Minas, são 853 Municípios. Alguns se espantam dizendo que Minas tem Municípios demais. Não digo que seja demais. Minas Gerais tem também uma extensão territorial grande e a segunda

população do País. Sendo a segunda população do País, tem o maior número de Municípios. São Paulo é a primeira população e tem o segundo maior número de Municípios. O fato é que os Municípios mineiros são realmente bem espalhados. Temos regiões muito desiguais em Minas Gerais. Temos a região sul muito semelhante a São Paulo; a região do Triângulo, muito rica e próspera com a agropecuária, com o *agrobusiness*, com a agroindústria, muito semelhante, às vezes, a Goiás; a região norte é semelhante à Bahia; a região leste é semelhante ao Espírito Santo; a zona da Mata, ao Rio de Janeiro. Portanto, é um Estado que é bem uma síntese do Brasil. Minas Gerais tem, e não é à toa, parte do seu Estado integrado à Sudene, fazendo parte do semi-árido. São várias regiões. Como Guimarães Rosa disse, são várias Minas. São Minas Gerais, que se unem e fazem com que tenhamos um Estado forte e que tem hoje um Governador realmente da estirpe de Aécio Neves, que esteve aqui no Senado hoje também, esteve na Câmara dos Deputados.

O Governador Aécio, já no seu segundo mandato, vem fazendo um governo, realmente, de muitos resultados, é um político hábil, é um dos nomes que o PSDB tem para a disputa futura da Presidência da República, e temos que, realmente, lembrar da importância que têm os prefeitos e os Municípios em todo esse processo político. A base da democracia se instala exatamente nos Municípios. É ali que temos os vereadores. O eleitor conhece o vereador. Isso é um pouco diferente com Deputados e Senadores, que não é todo mundo que os conhece. O vereador, não. Para vereador, em geral, cada voto é muito pessoal.

Temos, portanto, que entender este elo da democracia. E, apesar de ser muito folclorizado, de muitos criticarem os vereadores e os prefeitos, não podemos, de maneira alguma, generalizar. A imensa maioria dos vereadores e dos prefeitos são pessoas que estão buscando o interesse público, que estão trabalhando efetivamente. E é assim que eu vejo a atuação dos prefeitos mineiros. Recebi dezenas deles, Senador Mão Santa, em meu gabinete ou aqui nos corredores do Senado ou aqui mesmo no plenário. São prefeitos, alguns, eleitos agora; outros, prefeitos que já têm o segundo mandato, reeleitos; outros têm o segundo mandato porque tiveram mandato anteriormente, mas não na mesma sequência. O fato é que os vereadores e os prefeitos trazem algumas demandas importantes.

Eu quero me situar especialmente numa dessas demandas, que é a questão ambiental. Felizmente, os prefeitos já descobriram que não podem mais deixar o lixo existir. O lixo é socialmente incorreto, é um absurdo, do ponto de vista das pessoas que ficam buscando o restinho do lixo para saciarem a sua miséria.

Temos de coibir definitivamente os lixões, do ponto de vista de saúde pública, bem como do ponto de vista dessa questão que é um vexame social.

E como fazer com que isso se resolva? Evidentemente, primeiro, fazer com que essas pessoas não precisem desses recursos. Isso se faz, principalmente, através do incentivo aos empregos e ao desenvolvimento do País em todas as regiões, não apenas nas grandes cidades.

Por outro lado, precisamos de programas que façam o tratamento do lixo, um programa de financiamento para que os Municípios possam instalar estações de tratamento de lixo, estações de tratamento de esgoto. Quer dizer, o que, na maioria das cidades brasileiras – e ainda é a maioria – acontece com o lixo? O lixo é exposto a céu aberto; é o chamado “lixão”, como eu dizia.

Uma alternativa que é usada é o aterro. Mas alguns fazem o aterro sem qualquer técnica, apenas passando o trator com terra por cima. Outros, em menor número, fazem o aterro corretamente, com os filtros que são necessários, com o tratamento adequado do ponto de vista técnico. Alguns, muito poucos mesmo, têm usinas de tratamento de lixo ou a seleção para o reaproveitamento.

Junto com a questão do lixo, temos a questão do esgoto. Os nossos rios, os nossos córregos são maltratados, recebem o esgoto de todas as cidades brasileiras. E o que podemos fazer? Mais uma vez, temos a necessidade de financiamento. Por isso, urge que o Governo busque linhas de financiamento para esta questão grave que aflige os Municípios: a questão do tratamento de lixo e a questão do tratamento de esgoto. O Governo não tem efetivamente uma linha que se dedique a essa área.

Nós vimos aí algumas alternativas sendo colocadas, como essa de máquinas agrícolas, máquinas de terraplanagem e máquinas rodoviárias. Ótimo; é uma boa iniciativa, mas falta essa iniciativa que é o financiamento desse setor que cresceu, felizmente, de importância, e hoje a enorme maioria dos Prefeitos já entende que precisamos cuidar das nossas nascentes para que elas não sejam poluídas com lixo, poluídas com o esgoto ou que, logo após a nascente, aquela água limpa, bonita seja deteriorada.

Essa esperança existe, sim. Nós temos já em vários Estados as secretarias de meio ambiente funcionando. Lá, no nosso Estado, Minas Gerais, Senador Mão Santa, realmente, quando eu era Governador, criei a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, que não existia. Nessa secretaria, nós temos toda a estrutura com as agendas referentes à água, à madeira.

Nós temos aí a questão, agora criada, do ICMS ecológico, que retribui ao Município. Quanto mais o

Município investe na questão de preservação, mais recursos do ICMS ele recebe. É uma prerrogativa constitucional que está prevista e que não são todos os Estados brasileiros que usam; são poucos os que usam. Na verdade, de todo o dinheiro do ICMS, três quartos vão para o Estado, um quarto vai para o Município. Deixa-se um quarto para os Municípios. A Constituição prevê que três quartos são distribuídos de acordo com o Valor Agregado Fiscal (VAF), de acordo com a economia do Município, mas um quarto está previsto que deve ser ou pode ser aplicado em políticas compensatórias. Assim é que essas políticas compensatórias geraram em Minas a lei que carinhosamente foi chamada de Lei Robin Hood, que eu propus ainda no meu primeiro ano de governo e que prevalece ainda hoje. Muitos dos Prefeitos que me procuraram hoje ainda lembravam muito dessa lei, já passados treze anos da sua implantação, lembrando como ela foi e é importante como apoio aos pequenos Municípios, como apoio ao combate à desigualdade regional, à desigualdade social que existe. Municípios menores passaram a ter condições básicas de poder propiciar a educação, de cuidar da saúde, a partir de uma distribuição mais justa desses recursos que são arrecadados com o ICMS. Nesses recursos está o ICMS ecológico e está o ICMS cultural, que é outra idéia muito importante, ou seja, o Município que tiver cuidado com o patrimônio histórico entra numa pontuação e recebe mais recursos de volta do ICMS, assim como já acontece com o ICMS ecológico.

Essas são providências municipalistas, de fato, de verdade, que já existem, que já funcionam. Agora, nós precisamos somar outras providências, como esta que trago aqui, vindo pedir que tenhamos atenção especial com o tratamento de lixo e de esgoto; que o Governo Federal instale, crie uma linha de financiamento para que as prefeituras possam fazer os investimentos necessários. Esses investimentos, essas políticas, ao fim, vão significar a defesa da população brasileira na saúde e no bem-estar. Elas vão significar que teremos o respeito ao meio ambiente; elas vão significar que teremos as questões ambientais tratadas corretamente. Lixo não é para ser jogado em córrego ou para ser colocado em lixão. O lixo tem que ser tratado, e hoje existem soluções tecnológicas para isso. O mesmo ocorre com o esgoto, que precisa ser tratado, e para isso os Prefeitos precisam de recursos.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Perfeito. V. Ex^a é um londrino. Eu não sabia que o mineiro era tão pontual assim. Foram dez minutos exatamente.

Senador Eduardo Suplicy, está no livro de Deus: “Os últimos serão os primeiros”. V. Ex^a está punido não por mim, porque V. Ex^a, por mim, merece todo o respeito e a amizade, principalmente porque votou em mim, aqui, para ser da Mesa Diretora.

V. Ex^a está no art. 17. Para que entendam: “Art. 17, §1º O Senador só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna”.

Então, isso é um troféu. Isso significa dizer que você usa a tribuna em defesa do povo de São Paulo e do Brasil.

V. Ex^a, eu gostaria que empatasse com o nosso Eduardo Azeredo e o João Paulo, que foram dez e dez.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bem. Vou cumprir o Regimento e a recomendação de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Vou, hoje, expressar a minha preocupação com o que está acontecendo com uma das principais empresas de suco de laranja, no interior de São Paulo, que fechou a sua unidade em Bebedouro, anunciando que vai demitir 208 trabalhadores, mas quero, antes, dizer uma palavra sobre o diálogo que iniciamos com o Senador Demóstenes Torres. V. Ex^a foi testemunha e, aliás, o Senador José Sarney, tal como V. Ex^a, dizendo que precisa, de fato, cumprir o Regimento, observou que não poderia, na hora que ele estava fazendo o seu pronunciamento, conceder-me o aparte. E como apenas agora, por causa do artigo que diz que os que já falaram...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, eu pediria permissão para interrompê-lo e para anunciar a presença desta Deputada e mulher mineira que está aqui, honrando-nos com sua presença: Maria Lúcia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Deputada Maria Lúcia, seja bem-vinda ao Senado Federal!

Senador Mão Santa, há pouco, conversei com o Senador Demóstenes Torres e lhe expliquei que, como tive alguns compromissos, só pude chegar aqui bem mais tarde, e S. Ex^a precisou, agora, ausentar-se. Então, vamos continuar o diálogo e o debate sobre o caso Cesare Battisti na próxima semana. Inclusive, transmiti a S. Ex^a e a todos os Senadores a carta por mim enviada, ontem, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, acompanhada da carta da Sr^a Fred Vargas, onde exponho as dúvidas que aconteceram no julgamento de Cesare Battisti na Itália, especialmente em função de falsos mandados na hora de definir quais eram seus defensores e das contradições que aconteceram por parte dos que fizeram depoimentos, rela-

tando que ele teria cometido os quatro assassinatos. Justamente em função de todos esses fatores, é que há dúvidas muito significativas sobre se ele, de fato, cometeu os assassinatos.

Tendo em conta que o próprio Cesare Battisti assegura que, de maneira alguma, ele os cometeu; tendo em conta que ele, inclusive, está preparando uma carta aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, explicando exatamente tudo o que aconteceu e seu compromisso, desde o assassinato de Aldo Moro, de nunca mais cometer qualquer tentativa de ferir ou de matar alguém; tendo ele dito que nunca matou qualquer pessoa e que nunca um juiz ou uma autoridade policial lhe perguntou se ele havido matado alguém, é importante que possamos melhor desenvolver esse debate. E assim faremos na próxima semana.

Saliento apenas que, quando o Senador Demóstenes Torres aponta que houve, de fato, os assassinatos cometidos por Cesare Battisti, ele fala que, em Milão, teria havido um assassinato às 15 horas e outro, também no dia 16 de fevereiro de 1979, às 16h50, portanto com um intervalo de apenas uma hora e cinquenta minutos, em duas cidades que distam mais de 200km uma da outra. Isso, nitidamente, mostra que dificilmente poderia uma pessoa ter participado de ambos os assassinatos nesse intervalo de tempo, já que essas duas cidades podem ser alcançadas em viagem de automóvel, mas num intervalo maior de tempo do que o que aconteceu. Justamente aí está uma das contradições do depoimento do Sr. Pietro Mutti, que foi o que denunciou, principalmente ele, o Sr. Cesare Battisti.

Vamos continuar esse diálogo de maneira construtiva, e espero que o propósito do Senador Demóstenes Torres, como o meu, seja o de desvendar inteiramente a verdade. Se tivéssemos a convicção e a certeza de que não houve qualquer ausência por parte de quem foi o acusado e de que ele pôde se defender da maneira mais clara possível, se não tivesse havido a designação de pessoas que fossem defendê-lo por documento falseado, aí seria diferente.

Mas o que, hoje, desejo aqui expressar é minha preocupação pelo fechamento da Citrosuco, empresa exportadora de suco de laranja que deixou de produzir, no Município de Bebedouro, esse suco. A segunda maior processadora de suco de laranja do País, a Citrosuco, anunciou, nessa segunda-feira última, o encerramento da produção da unidade industrial de Bebedouro, em São Paulo. Duzentos e oito funcionários da unidade já começaram a ser demitidos. A Citrosuco informa, em nota, que não acionará sua linha de produção de sucos na fábrica de Bebedouro durante a safra 2009/2010.

Para esse período, a empresa concentrará o processamento de suco nas unidades de Matão e de Limei-

ra, que “estão preparadas para manter os mesmos níveis de produção total da empresa”, sem que haja qualquer redução nos volumes comercializados por ela.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Bebedouro divulgou comunicado no qual repudia as demissões ocorridas na unidade da Citrosuco. Segundo o documento, o Grupo Fischer, controlador da empresa, agiu com “desrespeito” com o sindicato e “principalmente com os trabalhadores da referida empresa, dispensando os mesmos com uma fria carta recebida em sua residência, trazendo um grande transtorno e desconforto para seus familiares”.

A Citrosuco garante que “a unidade de Bebedouro continuará recebendo normalmente a laranja adquirida dos produtores da região, que será processada nas outras duas fábricas. Além disso, a planta de Bebedouro também continuará a fazer o armazenamento e a movimentação de sucos produzidos pela empresa e será mantida em condições de retomar suas operações de produção a qualquer momento que se tornar necessário”. Aos trabalhadores dispensados (208 funcionários), de acordo com a empresa, ela está oferecendo um pacote de indenização e de benefícios.

O problema é que, além das demissões de trabalhadores, a empresa ainda não fechou contrato com os produtores de laranja da região de Bebedouro. Os agricultores estão muito apreensivos, pois estão sem comprador para a sua produção e, no caso de a Citrosuco adquirir as laranjas, como as indústrias de processamento localizam-se distantes da região, quem arcará com o custo do transporte? Existe o medo, fundado, de a empresa querer repassar esse custo para os agricultores.

Para se ter ideia da importância econômica e social da produção citrícola no Estado de São Paulo, cabe ressaltar que o Estado detém quase 90% de quase toda a produção nacional da fruta, ou seja, mais de quatro quintos das laranjas brasileiras são plantadas e colhidas em São Paulo. Como o Brasil detém um pouco mais de um terço a produção mundial de laranja, se esse movimento de fechamento não for estancado, teremos um grave problema para o Estado como um todo.

De acordo com os dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus), o mundo citrícola gera mais de 400 mil empregos diretos e indiretos no Estado de São Paulo. Somente na área agrícola, a laranja absorve 8,5% e 7,16% do total da demanda da força de trabalho rural, em termos de divisas.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo. As exportações de sucos de laranja

concentrado e subprodutos e de frutas de mesa captaram próximo a US\$1,6 bilhão em 2007.

Sendo assim, considero muito importante que o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda e o Governo do Estado de São Paulo possam, o mais rapidamente, apresentarem um plano para a solução desse problema. Quero enfatizar que não podemos deixar que as indústrias, que sempre auferiram grandes receitas e lucros nos tempos das “vacas gordas”, não queriam assumir suas responsabilidades sociais para com os produtores rurais e para com seus trabalhadores nas horas mais difíceis.

Confio, Sr. Presidente, que as medidas que o Governo do Presidente Lula está tomando – sobretudo para verificar que a nossa economia possa caminhar bem – possam dar resultados positivos, inclusive para os produtores rurais e aqueles que cuidam da produção desses produtos, que tão bem fazem à nossa saúde: a laranja e o suco de laranja.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília-DF, 9 de fevereiro de 2009

Assunto: **Manifestação de apoio.**

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, externamos a Vossa Excelência o nosso apoio à indicação do nome do Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ) para assumir a função de Ouvidor-Geral, no biênio 2009/2010, por reconhecer nele as qualidades necessárias para coordenar as importantes atividades atinentes à Ouvidoria do Senado Federal.

Atenciosamente,

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A comunicação que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Enfim, vamos encerrar essa sessão e, como representante do Piauí, falei com dezenas dos bravos Prefeitos do Estado do Piauí que aqui vieram, trazendo suas reivindicações, com objetividade para o Governo Federal, do Luiz Inácio, é que o Presidente da República. Fiz uma pesquisa com todos os Prefeitos que querem que o Governo priorize as seguintes obras, que darão, sem dúvida nenhuma, uma infra-estrutura e um potencial de riqueza para o Piauí: Porto de Luís Correia – há recurso para o Porto de Luís Correia; nós mesmos colocamos por três anos consecutivos todas as nossas emendas para que ele ande; as ZPEs, uma solicitação antiga, assinada desde o Governo do nosso José Sarney, de Parnaíba, parada; a estrada de ferro Central do Piauí, obra federal desativada. Os Governos Federal e Estadual do Partido dos Trabalhadores, por várias vezes prometeram ao povo do Piauí que fariam voltar os trens Parnaíba/Luiz Correia – Parnaíba/Teresina; a ponte de Luzilândia/Teresina; um sistema de saúde de excelência; há quatro faculdades de Medicina, mas não há um hospital universitário; a ponte sesquicentenária, comemorativa pelos 150 anos de Teresina há oito anos está inconclusa, e o Governo Federal mostra-se incompetente para concluí-la; a estrada Transcerrados, fundamental para o transporte de grãos de soja do sul do Estado; a Companhia Energética do Piauí – lamentamos, ontem, a revista *Exame* apontá-la como a pior Companhia energética do Brasil, por incompetência e corrupção; a eclusa da Boa Esperança – prometiam cinco hidrelétricas e não terminaram a que tem; a universidade do Delta do Piauí.

Estes são os itens mais importantes elencados pelos Prefeitos do Piauí para que sejam atendidos por Sua Excelência, Luiz Inácio, nosso Presidente.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, gostaria de, aqui, registrar a presença, na Tribuna de Honra do Senado, do Presidente da Câmara Municipal, Nivaldo, de Novaes, e também de Fábio Prado, que é o assessor do Prefeito de Novaes, que nos visitam nesta noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romeu Tuma enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais um ano legislativo inicia-se e, com ele, desafios a serem vencidos. Com a presidência do honrado senador José Sarney, tenho certeza que a Casa vai avançar em pontos essenciais para independência do Legislativo e o progresso do País.

Começamos os trabalhos empenhados e animados para os trabalhos das Comissões e do Plenário. São nesses colegiados que temas importantes para a sociedade são debatidos e projetos aprovados. Em tempos de crise mundial temos mais uma oportunidade – aliás, dever, de agilizar a Reforma Tributária, na Comissão de Assuntos Econômicos, relatada com competência pelo senador Francisco Dornelles. As mudanças são imprescindíveis para o crescimento econômico do País. A Reforma Política também precisa avançar. Precisamos de regras que resolvam problemas graves do atual sistema.

Mas nesse conjunto de desafios temos velhos problemas. Mais um ano legislativo começa e a preocupação continua a mesma: o excesso de Medidas Provisórias que tranca a pauta do Congresso Nacional e prejudica a produção legislativa. Para se ter uma idéia do estrago que as MP causam se não forem votadas no prazo constitucional, das 120 sessões deliberativas do Senado, no ano passado, apenas 35 delas tiveram a pauta livre para votações de projetos de interesse da sociedade. Enquanto o Congresso permanece refém do excesso de MP, os projetos de iniciativa parlamentar não são votados. O espírito da Constituição Cidadã era o de fortalecer o Legislativo e disciplinar a atuação do Executivo, o que não está sendo respeitado.

A bandeira do nosso ex-presidente senador Garibaldi Alves, continuará a ser empunhada por essa Casa. Agora, o presidente José Sarney já sinalizou que uma das primeiras e mais urgentes tarefas será fixar um sistema que restrinja a possibilidade de uso de MP, ao mesmo tempo em que sejam transferidas ao Poder Executivo as medidas de ordem administrativa que devem ser de sua competência exclusiva.

A sessão legislativa que se inicia hoje é também uma oportunidade ímpar para tratar, de uma vez por todas, a questão dos vetos presidenciais. É lamentável que os novos presidentes do Senado e da Câmara já encontrem, na gaveta, 1.152 vetos presidenciais – totais e parciais – que aguardam para serem votados.

Desde o ano passado, mudanças no Regimento Interno do Senado estão sendo estudadas por uma comissão especial temporária designada para esse fim. Precisamos aperfeiçoar o processo legislativo. Defendo que o novo Regimento fortaleça o poder decisório das Comissões Permanentes, a fim de garantir

agilidade aos trabalhos da Casa. É urgente dar mais celeridade a esses colegiados para que os projetos dos senadores não sejam atropelados por decretos presidenciais.

Em julho passado, fui surpreendido por um desses decretos que “clonou” projeto de minha autoria ao estabelecer regras para os serviços de atendimento aos consumidores, o chamado **call center**. Há dois meses, o governo anunciou novas regras para as contas-salário do trabalhador da iniciativa privada, que agora poderá escolher o banco em que deseja receber seus pagamento. Projeto de mesmo teor, de minha autoria, tramita no Senado desde 2004, sem que tenha avançado.

Herança deixada pela sessão legislativa passada, a CPI da Pedofilia continuará, neste ano, sua missão de contribuir no combate a esse mal que ainda teima em castigar a infância brasileira. Nesse sentido, quatro projetos para atualizar a legislação e criar punições para os acusados de pedofilia são frutos do trabalho dos senadores, que pagaram o preço de mergulhar nesse mundo tão cruel. O primeiro, já transformado em lei, foi o PLS nº 250/08, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aprimorou o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e criminalizou a aquisição e a posse de tal material. Outros três aguardam análise da Câmara dos Deputados.

Com esperança renovada, espero que a Câmara, nesta sessão legislativa, enfim aprecie projeto de minha autoria que dá poder da polícia às Guardas Municipais. O projeto tramita há quase uma década, no Congresso. Não dá mais para ficar de braços cruzados e deixar de apreciar um projeto tão importante para a sociedade brasileira. É cada vez maior o número de cidades que estão investindo mais e mais recursos nas Guardas Municipais, com o objetivo de trazer mais segurança à população. Aliás, a segurança pública continuará sendo minha prioridade, nessa Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, os nossos agradecimentos ao Secretário da Mesa, João Pedro, que está aqui desde às 14 horas, que orienta a Mesa Diretora, aos Senadores e às Senadoras, aos que nos visitaram e a todos os funcionários, que são simbolizados, pelo seu desejo e sua competência em servir, pelo Zezinho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão do Senado da República do Brasil de 11 de fevereiro de 2009, lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.12.2008)

Prazo final prorrogado: 16.04.2009

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias*

e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

- Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo

como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, - 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; - 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; - 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na

Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP - Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro*.

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho*.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Virginio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo*

único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 - Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator:

Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dis-*

põe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Ca-

valcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas - MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso*

do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso*

so Americano a derrubar o veto aposto pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o "waterboarding".

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio,

solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes "ilegais" por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo*

colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete*

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo

Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Sery Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade,*

por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB-PI) –

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 56 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 344 de 2009

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato nº 821/2008 do Diretor Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº 11675/08-0, resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, o servidor MARCELO AUGUSTO BERNARDES NORMANDO, matrícula 30380, Técnico Legislativo - Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o art. 186, inciso I, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, em 11 de fevereiro de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 345 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 001.081/09-8,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor JOÃO FERREIRA GOMES, Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato, Nível M 30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 11 de fevereiro de 2009.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata

Senador César Borges

Senador Papaléo Paes

Senador Antonio Carlos Valadares

Senador Marco Maciel

Senador Inácio Arruda

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. VAGO ^(14,16)
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.

2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO ^(6,18)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
18. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ^(6,19)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ^(10,14)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB, PP)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,3)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
VAGO ^(13,24)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor ^(8,9,10,11,20,21,23,25)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. Nº 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) ^(8,10,11)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO ^(7,15)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
15. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO ^(4,10)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

10. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO**PROCURADORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 02/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PRJoão Ribeiro (TO) ⁽³⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSBRenato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 27/11/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme Of. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.

4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
(VAGO) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 06.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/L/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vago em virtude da renúncia à suplência do mandato do Deputado Cezar Schirmer, conforme OfGDCS-0270/2008, de 05.01.09.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS